

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



Rosa cidadão

Miguel Abreu Raposo de Magalhães

MESTRADO EM ESTUDOS BRASILEIROS

**Dissertação orientada pelos Professores Doutores José Luís Cardoso e
Clara Rowland**

2016

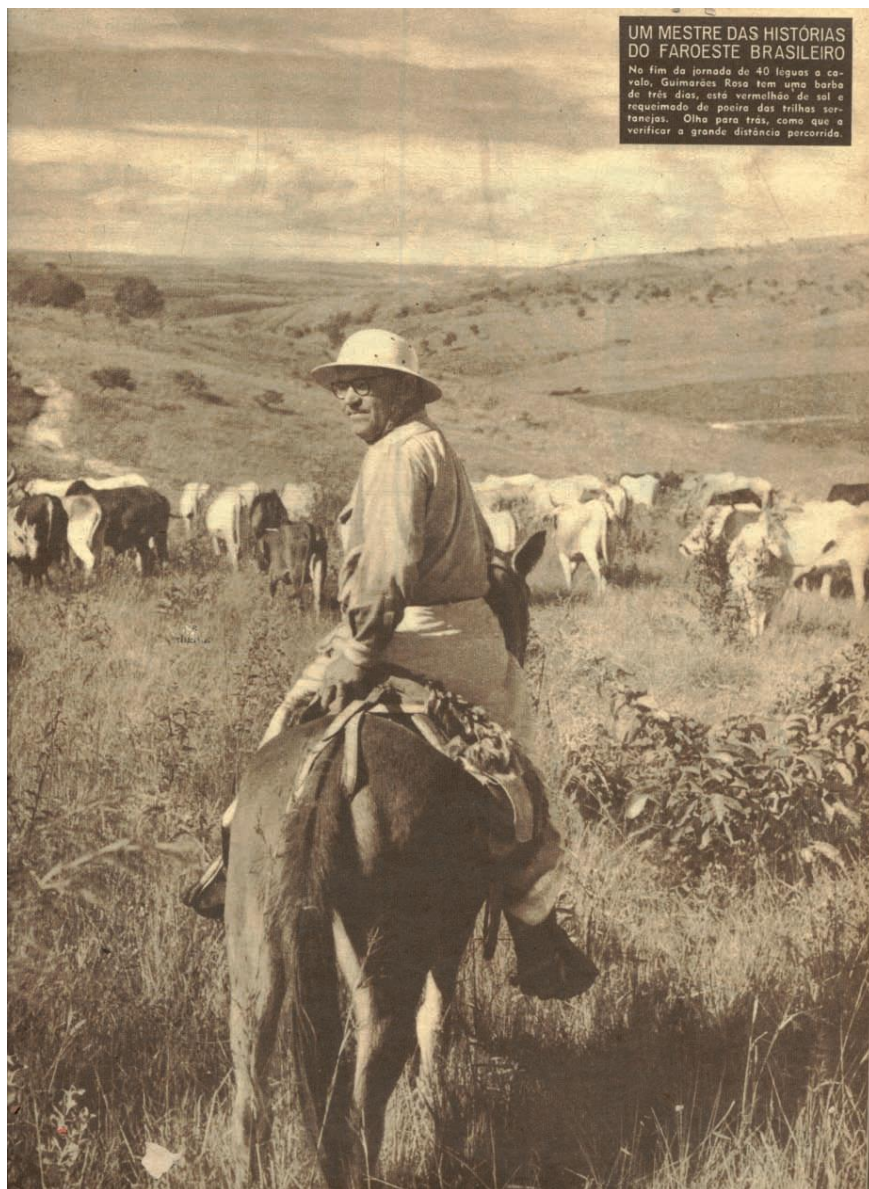


Foto de *O Cruzeiro*, reportagem de 21-6-1952

Resumo: A presente dissertação pretende analisar a intervenção política do cidadão João Guimarães Rosa e a recepção crítica das suas obras no Brasil do pós-guerra. O objetivo do trabalho consiste em dar destaque ao carácter “modernista” das obras de João Guimarães Rosa, sem descurar os seus posicionamentos políticos na atribulada História do Brasil, enquanto escritor e diplomata, com a correspondente prudência política, perante o ambiente militante que vigorava nos meios literários do pós-guerra. Pretende-se assim questionar o pretenso carácter apolítico apontado a Guimarães Rosa e pôr em evidência as suas posições políticas em consonância com as ambições nacionais-desenvolvimentistas permanentemente presentes na política brasileira, desde Getúlio a Kubitschek.

Índice

- Introdução, agradecimentos

1 - Antecedentes históricos, do fim da Monarquia à implantação da República

2 – Política do *café com leite* e revoltas *tenentistas*

3 – A Era de Getúlio

3.1 – A Revolução de 1930

3.2 – A Revolução Constitucionalista

3.3 – Consolidação do regime de Vargas

3.4 – O Estado Novo de Vargas

4 - A Democracia do pós-guerra

4.1 – As presidências de Dutra e de Getúlio

4.2 – A presidência de Juscelino Kubitschek

5 - Modernismos e arte brasileira (1920-1960)

5.1 - São Paulo, metrópole modernista

5.2 - Modernismo e entidade nacional - o caso Rosa

5.3 – Rosa na cidade

- Conclusão

- Anexos

- Bibliografia e outras fontes

Introdução e agradecimentos

A decisão de abordar um autor com o grau de complexidade de João Guimarães Rosa não pode ser isolada do percurso académico que tive durante o mestrado de Estudos Brasileiros. Quando me candidatei, dei como exemplos de áreas de interesse, entre outras, as migrações e os modernismos. Por outro lado, não me era indiferente o facto de a coordenadora do mestrado ser uma especialista de João Guimarães Rosa, autor que eu sempre intuí como interessante, mas que nunca tinha conseguido ler. Os primeiros agradecimentos vão assim para a Professora Clara Rowland, pelas suas aulas de Literatura Brasileira bastante centradas nas obras de João Guimarães Rosa, que me estimularam a ler a quase totalidade das obras publicadas deste autor mineiro. Por outro lado, não posso deixar de salientar o muito que aprendi nas duas cadeiras de História do Brasil I e II com os Professores José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro e José Damião Rodrigues, que me permitiram ligar as várias “ilhas” de conhecimento disperso que caracterizavam o pouco que eu sabia sobre História do Brasil antes de iniciar o mestrado. Também nas cadeiras de Antropologia e de Estudos Críticos adquiri conhecimentos essenciais para ter uma visão mais global do Brasil histórico e contemporâneo, nomeadamente nas questões relacionadas com índios, escravos e realidades urbanas. Por isso gostaria de destacar a contribuição das Professoras Susana Matos Viegas e Simone Frangella.

A ideia para o tema da vida política de João Guimarães Rosa teve origem em algumas conversas havidas com a Professora de Literatura Clara Rowland e em duas aulas dadas pelo Professor de História José Luís Cardoso acerca do grande economista brasileiro Celso Furtado. Num pequeno trabalho que fiz sobre este economista salientei a enorme influência que as suas ideias tiveram nos anos 50 e 60 do século XX brasileiro, devido ao carácter certo do diagnóstico que fez sobre o subdesenvolvimento no Brasil e à influência direta que teve nas políticas nacional-desenvolvimentistas sob a presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Os trabalhos que fiz na cadeira de Literatura Brasileira referiram-se, na sua maior parte, a João Guimarães Rosa. Nesses trabalhos tentei situar o autor como um homem da sua época, com preocupações caracterizadamente brasileiras, mas também universais. À medida que as diversas leituras me foram dando um melhor conhecimento do escritor, fui-me surpreendendo com a vastidão da sua cultura e também com a sua extraordinária capacidade para criar e manipular símbolos de múltiplas origens.

Ao longo da elaboração deste texto beneficiei das sugestões e dos conselhos certos destes dois professores, nas respectivas áreas de especialidade.

A presente dissertação começa por abordar, no seu capítulo 1, os antecedentes históricos da República oligárquica, época de nascimento do autor. O principal objetivo deste capítulo consiste em evocar algumas questões sociais que deixaram marcas de longa duração na sociedade brasileira. As diversas épocas históricas tratadas neste texto foram transmitindo umas às outras essas questões sociais que foram ficando por resolver na intrincada sociedade brasileira. No presente texto são destacadas as tentativas de modernização política e social e a influência das diversas correntes modernistas nas artes. Dá-se especial relevo aos problemas políticos e sociais que parecem ser continuidades históricas no Brasil, nomeadamente a complicada dinâmica entre estados federados e entre estes e o poder federal.

No capítulo seguinte analisa-se a influência dominante exercida por alguns estados federados, nomeadamente São Paulo e Minas Gerais, protagonistas da chamada *política do café com leite*, e Rio Grande do Sul, pela relevância das suas guarnições militares, que foram crescendo ao longo das várias guerras disputadas nesse território, e pela influência que vários políticos gaúchos tiveram na política nacional durante a época aqui estudada. Seguidamente, faz-se uma breve caracterização da vila em que nasceu João Guimarães Rosa e dos primeiros anos da sua vida, até ao final da sua juventude. O capítulo 2 termina com uma análise das condições políticas que vigoraram durante a fase da *política do café com leite*.

Seguidamente, no capítulo 3, tenta-se fornecer uma contextualização histórica dos êxitos políticos obtidos por Vargas, que lhe permitiram manter-se 15 anos seguidos no poder, e descreve-se as fases de aproximação e afastamento de Guimarães Rosa em relação ao regime, oscilação muito típica dos intelectuais e políticos da época, também justificadas pelo percurso político zigzagante do próprio Vargas.

O capítulo 4 trata a época do pós-guerra, que coincide com o período em que o escritor publica as suas principais obras e se torna uma figura consagrada das letras no Brasil.

No capítulo 5 analisa-se a influência das diversas correntes modernistas nas artes e a sua relação com os avanços no campo social, concluindo com uma análise do lugar de Guimarães Rosa nessa linhagem modernista.

O anexo 1 contém as duas controversas versões da carta-testamento de Getúlio Vargas, no anexo 2 figura o relatório escrito pelo jovem diplomata João Guimarães Rosa sobre a sua viagem a Lisboa em 1941 na qualidade de correio diplomático e o anexo 3 é o discurso de tomada de posse na Academia Brasileira de Letras três dias antes da sua morte.

1- Antecedentes históricos, do fim da Monarquia à implantação da República

O arco cronológico escolhido para a presente análise histórica justifica-se não apenas por causa dos dados biográficos de João Guimarães Rosa, que viveu entre 1908 e 1967, mas também por englobar tanto a época em que iniciou a sua vida adulta e em que decorre a ação dos seus romances e contos (anos 20 e 30 do século XX) como os anos em que se desenvolveu a sua ação política e se consagrou com uma carreira literária (anos 40 a 60). A época da República Oligárquica (1889-1930) corresponde, na sua segunda metade, à infância do escritor e tem uma importância determinante para explicar o Brasil contemporâneo, devido a algumas das suas características: predominância social dos fazendeiros, predominância política dos governadores estaduais e gradual estabelecimento do poder económico do Estado de São Paulo, com o desenvolvimento da sua cafeicultura e conseqüente industrialização nascente, crescente vontade política centralizadora e nacionalista muito característica das várias oposições ao *status quo* de pendor regionalista, nomeadamente a de amplos sectores da juventude militar.

Para analisar a chamada República oligárquica, há que ter em conta os seus antecedentes históricos: o Brasil no final do século XIX ficou marcado por duas grandes mudanças nas tradições políticas do país: a abolição da escravatura e a introdução do regime republicano. Estas duas evoluções foram determinantes para o conturbado processo de modernização que marcou a História do Brasil durante todo o século XX. A abolição da escravatura quebrou a “naturalidade” da desigualdade, viabilizando a lenta construção da cidadania, e a República, implantada por influência da difusão e consolidação de princípios modernos (liberalismo, positivismo, federalismo, democracia), permitiu a expansão da autoridade pública, numa constante oscilação entre duas ações contraditórias, a saber, a gradual extensão dos direitos políticos e o reforço dos poderes do governo federal e da burocracia estatal, sob a égide dos dois grandes poderes fácticos da política brasileira, a saber, as oligarquias regionais e as Forças Armadas.

O Manifesto Republicano de 1870, publicado por um grupo de dissidentes do Partido Liberal, além de criticar o regime monárquico, considerado incompatível com a

democracia, continha explicitamente uma clara defesa do poder dos estados como garante da unidade nacional: *Se carecêssemos de uma fórmula para assignalar perante a consciência nacional os efeitos de um e outro regimen, nós a resumiríamos assim: - Centralisação-Desmembramento. Descentralisação-Unidade.*

(in <http://historianapontadalingua.blogspot.pt/2009/03/manifesto-republicano-1870.html>)

Em texto publicado no volume *Brasil, um século de transformações*, de 2001, Aspásia Camargo resume: “O Manifesto Republicano de 1870 é a linha de demarcação política dos novos tempos, preparando o terreno para o que seria, no momento oportuno, a grande bandeira da Constituição de 1891: o federalismo e a descentralização.” (SACHS, p. 319).

Esta identificação dos republicanos brasileiros com as ideias descentralizadoras e federalistas está muito relacionada com os antecedentes históricos do país, muito marcado por sucessivos ciclos de euforia económica relacionada com diversas produções agrícolas e mineiras: cana-de-açúcar, ouro, café. Vários outros produtos tiveram relevo em determinadas épocas e regiões, como aconteceu com o tabaco, o algodão, o caucho, o charque ou a soja. Em cada um desses ciclos de relativa prosperidade houve estados que se especializaram numa produção específica. O ciclo do açúcar iniciado na segunda metade do século XVI determinou a predominância política dos estados do Nordeste que durou até ao início do século XVIII, quando foi descoberto ouro em Minas Gerais.

Concomitante com esta proliferação inicial de engenhos em Pernambuco e na Baía iniciou-se a importação de escravos africanos que iria marcar os séculos seguintes. Entretanto, também desde finais do século XVI começaram as primeiras expedições de bandeirantes a partir de São Paulo para o interior. A corrida ao ouro de Minas Gerais acelerou essa entrada de populações para o interior. No final do século XVIII a capital foi mudada de Salvador da Baía para o Rio de Janeiro. Poucas décadas depois, as invasões napoleónicas determinaram a fuga do rei português para o Rio de Janeiro, facto determinante para o crescimento e o desenvolvimento da cidade. A peculiar situação criada pela presença duma corte europeia nos trópicos será determinante para o desenvolvimento do sentimento de nacionalidade no Brasil, com a concomitante fixação das fronteiras. A não menos peculiar independência (“outorgada” pelo monarca em 1822)

determinará a natureza centralizadora do regime num país ainda muito disperso e com péssimas ligações viárias. As viagens marítimas eram o único modo possível para viajar entre estados distantes e as viagens terrestres só eram possíveis com recurso a animais de carga, situação que só começou a ser alterada em pleno século XX.

A implantação da República no Brasil resultou da ação de grupos distintos, com interesses variados, ou mesmo opostos em algumas áreas: na questão da abolição da escravatura, por exemplo, os liberais americanistas e abolicionistas, como Ruy Barbosa e José do Patrocínio, tinham posições bem diferentes das elites políticas dos estados em que a escravatura era uma realidade económica incontornável. Por outro lado, entre os militares e as mocidades científicas reinava uma visão política centralista, fascinada com o despotismo esclarecido radical, bem distante do federalismo “mole” preferido pelas lideranças políticas estaduais.

A evolução desta dinâmica entre estados e federação marca toda a política no século XX brasileiro e é um elemento essencial para se entender a vida política do país, incluindo a presença marcante dos militares, cujo ato fundador foi a própria proclamação da República em 1899. Contudo, a influência dos militares na política da República, que foi decisiva nos primeiros anos (presidências Deodoro e Floriano), com as trágicas Revolução Federalista, de 1893 a 1895 no Rio Grande do Sul, e Guerra de Canudos, de 1894 a 1895 no interior do estado da Bahia, diminuiu bastante a partir da presidência Campos Sales, com a instauração da chamada “Política dos Governadores”, uma aliança do poder central com os estados, baseada numa espécie de pacto político: o governo federal respeitava as decisões dos partidos que mantinham o poder em cada estado, desde que estes elegessem deputados ao Congresso que fossem absolutamente fiéis ao presidente da República. Devido à predominância económica dos estados de São Paulo e de Minas Gerais, muito influenciada pelo crescimento acelerado do negócio do café, na prática isto significou que quase durante três décadas estes dois estados monopolizaram alternadamente a presidência da República e dominaram a política federal (a chamada “*política do café com leite*”). É importante ter a noção de que São Paulo, menos populosa do que Minas Gerais no início do período considerado, transformou-se gradualmente nos primeiros 30 anos do século XX, tornando-se a locomotiva económica do Brasil durante

esses anos desta República oligárquica, que ficou conhecida depois de 1930 pelo nome de República Velha.

O Manifesto Republicano de 1870, acima evocado, teve de facto pouca repercussão na altura em que foi divulgado. Era assinado por um conjunto heteróclito de personalidades, na sua maioria advogados, jornalistas, comerciantes e médicos, oriundos de vários estados. Contudo, foi uma semente que deu frutos: nos dois anos seguintes foram fundados mais de vinte jornais republicanos em muitos estados (Amazonas, Pará, Piauí, Pernambuco, Baía, Paraná, Rio Grande do Sul, sem esquecer São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, estados onde apareceram jornais republicanos em várias cidades). Foi no interior de São Paulo, na cidade de Itu, que decorreu em 1873 o ato fundador do Partido Republicano Paulista (PRP). Dos 133 participantes na reunião, 78 definiram-se como agricultores, o que mostra o predomínio dos fazendeiros do café. Aliás, a reunião decorreu na casa do fazendeiro Carlos de Vasconcelos de Almeida Prado, hoje transformada em Museu Republicano. Para ilustrar a extraordinária dispersão das organizações políticas nesta República dos Governadores, há que frisar que não existiam praticamente partidos de âmbito nacional. Os dois maiores partidos do país eram meros partidos regionais, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o seu congénere Partido Republicano Mineiro (PRM), fundado em 1888.

A batalha pela abolição da escravatura no Brasil do século XIX foi muito prolongada, com muitos avanços e recuos justificados pelo papel determinante que tinha na economia das plantações. Com a decadência das plantações de açúcar nordestinas e o desenvolvimento da cafeicultura no vale do Paraíba, face à efetiva proibição do tráfico atlântico posta em prática pela marinha britânica a partir de 1850, desenvolveu-se entre o Nordeste e o Sudeste brasileiros um intenso comércio de escravos, que beneficiava os donos dos engenhos, dado o crescente aumento do valor “comercial” dos escravos, e também os governos estaduais, que cobravam imposto pela saída de escravos. Em Alagoas, por exemplo, em alguns anos da década de 60 do século XIX, a maior receita do estado provinha do imposto sobre a “exportação” de escravos para o sul. E, obviamente, a escravatura não existia apenas nos cafezais e nos engenhos de açúcar, toda a economia do Brasil, predominantemente extrativa e agrícola, dependia do trabalho dos escravos e nas cidades abundavam os escravos utilizados nos serviços domésticos ou

explorados como “escravos de ganho”. Na segunda metade do século XIX, a luta entre abolicionistas e escravagistas foi um fator central da política brasileira, dado que a aprovação da Lei do Ventre Livre (1871) e da Lei dos Sexagenários (1885) deu origem a aceras disputas políticas e judiciais, que continuaram em muitos casos a beneficiar os donos de escravos. A república instituída em 1889 através dum golpe militar, com pouca oposição das forças leais ao imperador, teve também apoios essenciais entre algumas forças conservadoras, nomeadamente as chefias militares, desiludidas com os políticos do Império que acusavam de falta de interesse por assuntos militares após a vitória obtida na guerra contra o Paraguai, e muitos fazendeiros escravagistas, que não perdoavam a D. Pedro II e à Princesa D. Isabel as suas simpatias políticas pelos abolicionistas.

No período inicial a república foi governada em regime de ditadura militar (marechais Deodoro e Floriano), com grande instabilidade política e com dois trágicos conflitos, a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1894-5) e a Guerra dos Canudos no interior do estado da Baía (1896-7), ambas relacionadas com a vontade de afirmação do poder republicano perante opositores a quem se atribuíam simpatias monárquicas. Porém, num caso como no outro, estavam em jogo questões bem mais vastas do que o regime político: em Canudos, região de latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crónico, perante uma grave crise económica e social, milhares de sertanejos e ex-escravos partiram para uma cidadela liderada pelo peregrino António Conselheiro, unidos na crença numa salvação milagrosa que levaria os humildes habitantes do sertão a libertarem-se dos flagelos do clima e da exclusão económica e social. O escândalo causado pelas primeiras batalhas, em que o exército federal foi derrotado por aquele “exército de maltrapilhos”, deu origem a uma brutal repressão que teve grande eco na opinião pública, devido às reportagens jornalísticas e à publicação da obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha.

No caso do Rio Grande do Sul, há que ter em conta que o estado tinha vivido duas guerras durante o século XIX, com grandes baixas entre a população gaúcha: primeiramente, a Revolução Farroupilha de 1835 a 1845 e, seguidamente, a Guerra do Paraguai de 1864 a 1870. Nos últimos anos do Império, surgiram na região três lideranças políticas, o liberal Assis Brasil, o conservador Pinheiro Machado e o positivista Júlio de Castilhos. Estes três rivais políticos fundaram conjuntamente o Partido Republicano Rio-grandense, que fazia oposição ao Partido Federalista do Rio Grande do Sul, fundado e liderado pelo liberal

monárquico Gaspar Silveira Martins. Em 1889, com a Proclamação da República, essas correntes entraram em conflito, de forma que em apenas dois anos o estado teria dezoito governadores. Júlio de Castilhos, que se tinha destacado na luta contra o Império, foi deputado federal constituinte em 1890-1891, tendo defendido, como as fações mais radicais dos positivistas, que deveria haver uma fase ditatorial para consolidar a República e uma forte centralização do poder num “ditador republicano”. Derrotado na constituinte nacional, implantou essa ideia na constituição do seu estado do Rio Grande do Sul, meses mais tarde, através dum texto constitucional que redigiu praticamente sozinho, ignorando sugestões da comissão de juristas destacada para a tarefa. A constituição gaúcha foi aprovada em julho de 1891, numa assembleia estadual controlada pelo seu Partido Republicano Rio-grandense, liderado por Castilhos e de orientação positivista. A constituição estadual previa que as leis não seriam elaboradas pelo Parlamento, mas pelo chefe do Executivo, que poderia ser reeleito para novos mandatos. Como o voto não era secreto, as eleições eram facilmente manipuladas pelos adeptos de Castilhos, o que lhe garantiria permanecer no poder indefinidamente. A Revolução Federalista de 1894 tinha como primeiro objetivo a deposição de Castilhos, mas acabou por ser derrotada com o apoio de tropas federais enviadas pelo presidente Floriano. A paz só foi assinada sob a presidência de Prudente de Moraes, mas a brutalidade desta guerra civil deixou marcas, nomeadamente devido às práticas de degola de prisioneiros de ambas as partes, e marcou o início de mais de três décadas de poder absoluto no Rio Grande do Sul, primeiro sob Castilhos até 1898 e seguidamente, durante trinta anos, sob Borges de Medeiros, a quem sucedeu por sua vez, em 1928, o seu discípulo Getúlio Vargas.

Outra personagem gaúcha de grande influência foi o supracitado Pinheiro Machado, que foi, a partir de 1902, vice-presidente do senado federal, onde passou a controlar a Comissão de Verificação de Poderes, importante instrumento de controlo dos resultados eleitorais na República de índole civil que se foi consolidando a partir das presidências de Prudente de Moraes e Campos Sales. Perante leis eleitorais que variavam de estado para estado, esta Comissão senatorial, na prática, reforçava o poder dos governadores estaduais, cabendo-lhe a tarefa de ratificar a eleição de qualquer deputado, o que significava legitimar sempre os eleitos próximos do governo e impedir ou dificultar o reconhecimento da eleição dos candidatos da oposição. O chefe dessa comissão, depois do assassinato de Pinheiro Machado em 1915, continuou a ser sempre uma pessoa de

confiança do presidente da República. O mais curioso é o modo como normalmente se punha em causa a legitimidade de um candidato que se queria impedir de tomar posse: um grupo de membros da câmara dos deputados acusava-o de fraude eleitoral, e normalmente provava facilmente a acusação, visto que praticamente ninguém era eleito sem práticas fraudulentas. Esta prática de cassação de mandatos era conhecida por "degola", um termo já aqui evocado noutra aceção a propósito das guerras civis gaúchas.

Segundo Aspásia Camargo, “A Constituição de 1891, por influência americana, introduziu no Brasil a total liberdade de legislação estadual, *desconstruindo* a uniformidade conseguida no Império. Cada estado tinha suas próprias leis eleitorais e seus códigos específicos, inclusive a liberdade de contrair empréstimos internacionais, além do controle total sobre a polícia e a justiça, sob o comando dos governadores e dos coronéis.” (SACHS, p. 325).

2 – Política do *café com leite* e revoltas *tenentistas*

A política federal durante estas primeiras décadas do século XX foi sempre dominada pelos estados de São Paulo, com a maior produção de café do país, e Minas Gerais, o mais populoso no início do século XX, grande produtor de gado e leite, e também de café no sul confinante com São Paulo.

Minas Gerais, que cresceu exponencialmente depois da descoberta do ouro no final do século XVII, tornou-se o estado mais populoso do Império e só viria a perder essa posição para São Paulo em pleno século XX. O povoamento de Minas Gerais tem algumas originalidades determinadas pela geografia e pela extração de ouro e diamantes. Ao contrário do povoamento em zonas de agricultura, como aconteceu no Nordeste, em Minas os arraiais erigidos pelos primeiros ocupantes transformaram-se rapidamente em zonas urbanas, já que a atividade de extração impedia que houvesse áreas habitacionais na proximidade das zonas de mineração. O caráter repentino da ocupação territorial obrigou também a um rápido desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias, cuja

crescente importância se manteve depois da decadência das jazidas de ouro. Devido ao apelo do ouro e à transumância das boiadas, foi em Minas que pela primeira vez se cruzaram em número significativo populações de várias partes do Brasil, para além de grande número de reinóis que emigraram para Minas. Na primeira metade do século XVIII, em média partiam para o Brasil 20 000 reinóis por ano, que maioritariamente se dirigiam para Minas. Foi também em Minas que se cruzaram pela primeira vez boiadeiros das várias partes do Brasil (mineiros, goianos, baianos, gaúchos). O carácter montanhoso e a mineração determinaram também a construção das vias de comunicações, que a partir da decadência da extração do ouro seguiram a tendência do povoamento, que passou a ser do centro para a periferia de Minas, acompanhando os vales nos leitos dos rios, isto é, as veredas.

O desenvolvimento da criação de gado deve-se, por um lado, à necessidade de equídeos para transporte que perdurou até ao século XX, e ao aumento exponencial da procura de bens alimentares motivado pelos grandes surtos de crescimento demográfico causados pelos sucessivos ciclos de prosperidade, como aconteceu no caso do ouro de Minas. Tornou-se necessário, para assegurar a conservação e o transporte da carne, recorrer a diversas técnicas de secagem e salga, mas a que acabou por se impor foi o charque, uma técnica de conservação originária do Rio Grande do Sul. Inicialmente, as primeiras zonas de criação de gado situavam-se nas proximidades dos engenhos nordestinos, mas rapidamente começaram a desenvolver-se para o interior e para o sul do país, nomeadamente devido ao ciclo do ouro em Minas Gerais. As maiores regiões de grande criação de gado passaram a situar-se em Minas Gerais e Goiás, bem como no Rio Grande do Sul, zona tradicional de pastos e de criação de equídeos e de bovinos. Também este desenvolvimento da criação de gado, com as transumâncias das boiadas, contribuiu grandemente para essa entrada para o interior “à descoberta” do território.

Cordisburgo, uma pequena vila de Minas Gerais, situada uns cem quilómetros a noroeste de Belo Horizonte, era um desses pontos de passagem de boiadeiros. Quando foi fundada em 1833 pelo Padre João de Santo António, recebeu o nome de Coração de Jesus da Vista Alegre, devido a uma imagem do Sagrado Coração de Jesus que o padre João tinha mandado vir de Paris. Em 1825 tinha sido descoberta nos arredores a Gruta do Maquiné, que ficou com esse nome devido ao proprietário das terras, o português Joaquim Maria

Maquiné. É hoje considerada o local em que nasceu a paleontologia brasileira, devido aos trabalhos dos dinamarqueses Peter Claussen e Peter Wilhelm Lund, que começaram a sua exploração científica em 1834 e é a maior atração turística de Cordisburgo. Em 1890, um ano depois da instauração da República, foi o próprio padre João que inventou o nome “latino-germano” de Cordisburgo em homenagem ao Coração de Jesus. Passou então a chamar-se Cordisburgo da Vista Alegre, nome que foi simplificado em 1923 para apenas Cordisburgo. Foi elevada a cidade em 1938. A cidadezinha (9 000 habitantes em 2015) situa-se na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, grande afluente da margem direita do Rio São Francisco.

Foi nesta pequena vila situada nos caminhos que seguem junto ao rio das Velhas até à sua foz no rio São Francisco que nasceu João Guimarães Rosa em 27 de junho de 1908, sendo o primeiro dos seis filhos de Francisca (Chiquitinha) Guimarães Rosa e de Florduardo (parece um nome inventado por João Guimarães Rosa) Pinto Rosa, mais conhecido por "seu Fulô", dono duma loja que vendia arroz, feijão, aguardente e querosene, ou seja, abastecimentos para os tropeiros que passavam pela vila. Florduardo foi durante muitos anos juiz-de-paz, era um caçador de onças que conhecia muito bem a região e na vila era conhecido como exímio contador de histórias. Já depois da morte do escritor, uma parte da correspondência de Florduardo com o filho viria a ser publicada por Vilma Guimarães Rosa, que revelou como seu pai João apreciava as cartas do seu avô Florduardo, pois encontrava nelas muitos elementos documentais sobre a vida dos tropeiros.

Joãozinho, o nome pelo qual era conhecido na família, com menos de 7 anos começou a estudar francês sozinho, ajudado por um frade franciscano. Com outro frade franciscano holandês que se instalou em Cordisburgo em março de 1917 começou a estudar holandês e prosseguiu os estudos de francês. Entretanto, em 1916 tinha-lhe sido diagnosticada casualmente uma miopia congénita e passou a usar óculos permanentemente. Em 1918, Joãozinho passou a viver em Belo Horizonte em casa do avô e padrinho, Luís Guimarães, médico e escritor. Depois de passar uns meses num colégio interno em S. João del Rei, a família decide inscrevê-lo no Colégio Arnaldo em Belo Horizonte, conhecida instituição privada de ensino, gerida por padres alemães, pelo qual passaram outros ilustres mineiros como Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Drummond de Andrade e Gustavo Capanema. Imediatamente iniciou o estudo do alemão, que aprendeu em pouco tempo.

Era um poliglota, conforme um dia disse a uma prima, estudante, que fora entrevistá-lo: *“Falo: português, alemão, francês, inglês, espanhol, italiano, esperanto, um pouco de russo; leio: sueco, holandês, latim e grego (mas com o dicionário agarrado); entendo alguns dialetos alemães; estudei a gramática: do húngaro, do árabe, do sânscrito, do lituânio, do polonês, do tupi, do hebraico, do japonês, do tcheco, do finlandês, do dinamarquês; bisbilhotei um pouco a respeito de outras. Mas tudo mal. E acho que estudar o espírito e o mecanismo de outras línguas ajuda muito à compreensão mais profunda do idioma nacional. Principalmente, porém, estudando-se por divertimento, gosto e distração.”*

(in http://www.releituras.com/guimaraosa_bio.asp)

Também a prosperidade de São Paulo decorreu dum ciclo acelerado de crescimento económico. A origem do desenvolvimento paulista decorreu da decadência da cafeicultura tradicional das províncias do vale da Paraíba e do Rio de Janeiro e do enorme crescimento duma cafeicultura mais moderna no oeste do estado de São Paulo (e também no sul de Minas Gerais). Enquanto os fazendeiros tradicionais dependiam da escravatura e praticavam uma cafeicultura arcaica, muito intensiva em mão-de-obra e destruidora dos solos, na cafeicultura moderna passou a não haver trabalho de escravos e os métodos de trabalho foram-se gradualmente modernizando com a mecanização, a utilização de trabalhadores assalariados ou de colonos e uma gestão adequada dos solos. A produtividade da cafeicultura paulista e mineira eliminou rapidamente a concorrência da velha cafeicultura tradicional mais a norte.

Na área política também se tornou evidente a crescente predominância paulista e mineira. O partido republicano paulista (PRP) e o partido republicano mineiro (PRM), com o apoio das elites agrárias dos outros estados, passaram a nomear, em alternância, o presidente da República, por mandatos não renováveis de quatro anos. Nos estados federados, os governadores dirigiam a vida política com grande autonomia em relação ao governo federal, controlando as eleições com práticas fraudulentas e intimidatórias. Esta *política do café com leite*, que assegurou durante três décadas a predominância no poder federal das oligarquias paulista e mineira, não foi pacífica, sendo contestada ao longo dessas três décadas por várias revoltas regionais: Revolta da Vacina (Rio de Janeiro, 1904), Sedição

do Juazeiro (Ceará, 1914), Guerra do Contestado (Paraná e S. Catarina, 1912-16), Revolução Federalista (Rio Grande do Sul, 1923). Em todas estas revoltas estão face a face um poder central (estadual ou federal) e interesses locais. Outras contestações, com futura relevância histórica, tiveram origem nas forças militares: a primeira grande sublevação foi a chamada Revolta da Chibata (Rio de Janeiro, 1910), que visava acabar com o castigo da chibata habitualmente praticado na Marinha brasileira. Outros movimentos seguiram-se nos anos 20, de origem mais politizada e dominados pelas chefias intermédias das Forças Armadas, os chamados “tenentes”. Estes movimentos *tenentistas* foram: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, a Revolução de 1924, a Comuna de Manaus de 1924 e a Coluna Prestes. Também na indústria nascente se começaram a fazer-se sentir movimentos de grande contestação, que tiveram o seu ponto alto nos anos finais da Grande Guerra, nomeadamente com a greve geral de 1918.

A alternância entre paulistas e mineiros na Presidência da República não foi aceite sem contestação por parte de outros estados importantes. Na eleição de 1910, aproveitando divergências entre São Paulo e Minas Gerais quanto ao candidato a propor para a Presidência da República, os políticos gaúchos promoveram a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, sobrinho do marechal Deodoro, que venceu Ruy Barbosa, o prestigiado candidato apoiado pelas forças políticas dominantes da *política do café com leite*. O presidente Hermes da Fonseca, que foi levado à presidência por uma aliança entre militares reformistas e políticos gaúchos, teve um mandato atribulado, dado que teve de enfrentar a Revolta da Chibata e a Guerra do Contestado, mas conseguiu alguns êxitos como o desenvolvimento das linhas de caminho-de-ferro, a criação da Escola Brasileira de Aviação em 1913 e a construção de algumas Vilas Operárias. Também tentou intervir na política dos estados com a chamada política salvacionista, a qual se baseava na intervenção dos militares nos estados destituindo os governadores e substituindo-os por outros indivíduos designados por interventores, que seriam nomeados pelo próprio presidente. Embora a intenção presidencial fosse combater a corrupção e as fraudes eleitorais, na verdade estes interventores foram muito contestados, o que só veio causar mais instabilidade e crises políticas. Para o novo processo eleitoral Minas Gerais e São Paulo voltaram a aliar-se para combater a candidatura de outro influente gaúcho, Pinheiro Machado, que fora indicado por Hermes da Fonseca. Os partidos republicanos de Minas Gerais e de São Paulo propuseram o mineiro Venceslau Brás que venceu a eleição. Este

breve interregno de quatro anos na rotatividade entre mineiros e paulistas na presidência teve a vantagem de demonstrar aos outros estados que não seria impossível quebrar o duopólio que dominava a República e quinze anos mais tarde Getúlio Vargas, um outro político gaúcho com o apoio dos militares, iria conseguir com êxito pôr um fim à velha república dominada pelo PRP e pelo PRM, retomando a prática de impor interventores aos estados federados.

Em todas as revoltas dos anos 20, chefiadas por oficiais de baixa e média patente, estava em jogo uma real contestação política às práticas eleitorais vigentes, reivindicando reformas na estrutura de poder do país, nomeadamente a instituição do voto secreto, a reforma da educação pública e a promulgação de leis de proteção dos trabalhadores. Entre as reformas eleitorais destacava-se a abolição do voto de cabresto, que era um esquema comum em zonas remotas do Brasil, dominadas por um grande fazendeiro local (“coronel”): os eleitores eram convencidos, com mais ou menos intimidação, a votar no candidato apoiado pelo governador e/ou pelo coronel ou a optar pelo voto branco ou nulo, para facilitar a eleição do dito candidato. Por exemplo, numa cidade com 100 mil habitantes e 10 candidatos, para ser eleito um candidato precisaria de obter 10 mil votos. Se 20 mil pessoas votassem branco ou nulo, só seriam necessários 8 mil votos. Deste modo, menos votos teriam de ser comprados e menos pessoas ameaçadas.

Embora estas movimentações militares não tenham tido êxito, foram mantendo acesa a contestação ao poder das oligarquias regionais e preparando o caminho para a Revolução de 1930, que alterou definitivamente os hábitos do sistema político do país.

3 – A Era de Getúlio

3.1 – A Revolução de 1930

A Revolução teve como causa imediata a falta de cumprimento do tradicional procedimento de alternância na presidência entre São Paulo e Minas Gerais. Em 1929, o

presidente Washington Luís, experiente político do Partido Republicano Paulista, em vez de nomear um candidato mineiro como seria da praxe, indicou um paulista para a sua sucessão. O radicalismo paulistano deste presidente explica-se, pelo menos parcialmente, pelos efeitos que a crise de Wall Street de 1929 teve para as exportações de café, pondo em causa os interesses financeiros de São Paulo. Dado que São Paulo dominava a política federal, o Brasil tinha seguido durante três décadas uma política de proteção dos preços do café através da armazenagem pública dos excedentes de produção, o que permitia atenuar os efeitos das quedas das cotações no mercado internacional. Esta política pôde durar por muitos anos porque durante esse tempo a procura de café continuou a crescer internacionalmente, sobretudo nos Estados Unidos, o maior cliente do café brasileiro. A crise de 1929 iria interromper brutalmente esse crescimento da procura de café nos mercados internacionais, que tinha sido determinante para a prosperidade da cafeicultura paulista e para a projeção de São Paulo como capital económica do Brasil.

Descontentes com o facto de o presidente Washington Luís não ter respeitado a regra da alternância na presidência, os políticos de Minas Gerais romperam a sua aliança com o Partido Republicano Paulista (PRP), propondo um candidato mineiro. Contudo, temendo que um candidato mineiro não conseguisse um resultado eleitoral suficiente para confrontar São Paulo, iniciaram alianças com outros estados para fazer frente ao desafio lançado pelo PRP. Foi assim que o Partido Republicano Mineiro se aliou ao Rio Grande do Sul, propondo como candidato à presidência federal o gaúcho Getúlio Vargas, que era presidente do seu estado desde 1928. O vice-presidente do Rio Grande do Sul era João Neves da Fontoura, que desempenhou um papel central na rotura dos políticos mineiros e gaúchos com os representantes paulistas. A rotura com São Paulo foi negociada em 17 de junho de 1929, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, entre o deputado José Bonifácio de Andrada e Silva, líder da bancada mineira na Câmara Federal e irmão do governador mineiro António Carlos, e o deputado João Neves da Fontoura, vice-presidente do Rio Grande do Sul e líder da bancada gaúcha na Câmara Federal. O acordo, que ficou conhecido por Pacto do Hotel Glória, estipulava que as partes só aceitariam um candidato à presidência que fosse de Minas Gerais, seguindo a tradição de um mineiro suceder a um paulista. Nesse caso, caberia ao Rio Grande do Sul indicar o candidato à vice-presidência. Se o candidato indicado fosse de qualquer outro estado, o Rio Grande do Sul lançaria um

candidato alternativo (na altura, ainda não se sabia se seria Getúlio Vargas ou Borges de Medeiros) e Minas Gerais comprometia-se a apoiá-lo.

O Pacto do Hotel Glória foi assinado pelos dois líderes de bancada, mas tinha o pleno assentimento das lideranças políticas nos respetivos estados, que estavam dispostos a fazer oposição ao governo federal, se este insistisse no propósito de impor um nome paulista para a sucessão.

Seguidamente foram negociados acordos com outros estados, nomeadamente com a Paraíba, que indicaria João Pessoa para a vice-presidência federal, e com o Partido Democrático Paulista, rival do PRP. Em agosto foi criada entre estas diversas forças a Aliança Liberal (AL), de cujo programa constavam várias reivindicações políticas de grande alcance: instituição do voto secreto, independência do poder judicial, amnistia para os tenentes envolvidos nas diversas rebeliões ao longo da década de 1920, proteção à exportação de café e reformas sociais. A eleição presidencial de março de 1930 foi intensamente disputada, mas a dupla aliancista foi derrotada, num ambiente de grande conflito e de muitas acusações de fraude. Em julho do mesmo ano, num café do Recife, João Pessoa foi assassinado por um adversário político. A Aliança Liberal era apoiada por grande parte dos militares *tenentistas* envolvidos nas revoltas dos anos 20, nomeadamente Eduardo Gomes, (que viria a ser candidato derrotado à presidência contra o general Eurico Gaspar Dutra em 1945 e contra Getúlio em 1950) e os futuros presidentes da república da Ditadura Militar Geisel, Médici e Castelo Branco, todos formados em escolas militares no Rio Grande do Sul. Por outro lado, mesmo alguns membros proeminentes da hierarquia superior das Forças Armadas, como o general Góis Monteiro que se havia distinguido na repressão aos *tenentistas* envolvidos em revoltas, aderiram ao movimento: “Em 1930, no entanto, por obra do destino, caiu-lhe ao colo o convite para comandar o movimento revolucionário planejado pelas oligarquias dissidentes, lideradas por Vargas, em aliança com os militares rebeldes que ele, Góis, combatiera de armas na mão” (CARVALHO, *Forças Armadas...*, p. 103),

O clamor causado pelas múltiplas acusações de fraude eleitoral, com a injustificada “degola” dos deputados aliancistas eleitos por Minas Gerais e pela Paraíba, e pelo

assassinato de João Pessoa constitui a causa próxima da Revolução de 1930 iniciada no Rio Grande do Sul. Estando a posse de Júlio Prestes (candidato do Partido Republicano Paulista vencedor da eleição presidencial contra Getúlio Vargas) prevista para novembro, os conspiradores resolveram avançar em 3 de outubro de 1930, com levantamentos militares sincronizados nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Paraíba. No caso dos gaúchos, o êxito foi praticamente imediato, com os conjurados a dominarem os quartéis e guarnições do Exército em todo o estado. Em oito estados do nordeste, forças *tenentistas* derrubaram os governadores. Em Minas, os quartéis foram dominados por forças populares enquadradas pela Força Pública de Minas Gerais, sendo o último foco de resistência em Belo Horizonte derrotado em 8 de outubro. Os últimos redutos legalistas no interior do estado foram derrotados em 23 de outubro.

Com o Rio Grande do Sul sob controle, os revolucionários precisavam de atravessar quatro estados (Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Distrito Federal) para chegar ao Rio de Janeiro, capital federal. Não dispondo do apoio da Marinha de Guerra, o único caminho era pela via férrea. No dia 10, Getúlio Vargas lançou o manifesto *O Rio Grande de pé pelo Brasil* e partiu de comboio com o seu exército para o Rio de Janeiro. Durante os muitos dias de viagem sucederam-se as manifestações de apoio popular e algumas escaramuças com forças leais ao presidente Washington Luís. Entretanto as forças legalistas dividiram-se, com os generais a deporem o presidente e a formarem uma junta militar de governo em 24 de outubro, mas a batalha estava perdida e em 1 de novembro a junta entregou o poder a Getúlio, pondo assim fim à chamada República Velha. Os primeiros atos do novo presidente foram a suspensão da Constituição de 1891 e a deposição dos governadores estaduais. Para os substituir, Getúlio nomeou interventores que, na sua maioria, eram tenentes que participaram na Revolução. Das várias revoltas *tenentistas* dos anos 20 o único protagonista que não aderiu à Revolução de 1930 foi Luís Carlos Prestes, que depois da “Grande Marcha” da sua Coluna pelo interior do Brasil, entre 1925 e 1927, se tinha refugiado na Bolívia onde se converteu ao marxismo. Em 1930, antes da Revolução, chegou a deslocar-se clandestinamente a Porto Alegre, onde se reuniu com Getúlio, mas não aceitou aliar-se à Aliança Liberal. Em 1931 foi viver para Moscovo e em 1934 regressou clandestinamente ao Brasil como membro da comissão executiva da Internacional Comunista.

O governo de Getúlio saído da Revolução de 1930 suspendeu a Constituição, dissolveu o congresso nacional, os congressos estaduais (câmaras e senados estaduais) e as câmaras municipais e nomeou interventores federais nos todos os estados, menos em Minas Gerais. Além desta centralização política, Getúlio também impôs uma centralização económica, nomeadamente em matéria de negociações com o capital estrangeiro, que passaram a ser controladas pelo Banco do Brasil. Vários políticos dos partidos derrotados foram para o exílio e os seus órgãos de imprensa foram fechados. O presidente de São Paulo foi preso e o estado passou a ser governado por interventores federais.

A Revolução de 1930, tal como tinha acontecido 40 anos antes com a proclamação da República, resultou da confluência de forças políticas e sociais muito diversas. Já salientámos o papel das forças militares, sobretudo dos chamados tenentistas, e das chefias políticas opostas ao predomínio do estado de São Paulo. Por outro lado, não deve ser subestimada a influência das correntes ideológicas que se digladiavam internacionalmente desde o final da Grande Guerra para se imporem nos países mais desenvolvidos e também em alguns países emergentes, como o Brasil. Entre os dois extremos do espectro político (comunismo e fascismo), havia muitas outras tendências políticas, cujo único denominador comum era a hostilidade ao *statu quo* da República Velha. Uma força que foi ganhando protagonismo nos anos finais da República Velha foi a Igreja Católica. A Constituição Republicana tinha consagrado a separação entre o Estado e a Igreja Católica, mas a Lei de Separação brasileira era moderada, se comparada com a lei francesa de 1905 ou a portuguesa de 1911. O radicalismo da lei portuguesa contribuiu aliás para o desenvolvimento do catolicismo brasileiro, dado que um grande número de padres portugueses descontentes com as restrições impostas pelo regime republicano português decidiram emigrar para o Brasil nos anos subseqüentes à lei de 20 de Abril de 1911 da Separação da Igreja do Estado. A partir de 1922, com o centenário da Independência, associando-se ao entusiasmo nacionalista, a Igreja Católica optou por atuar mais visivelmente no terreno político: sob o nome de Neocristandade, a Igreja Católica foi-se associando ao Estado e o arcebispo do Rio de Janeiro, Sebastião Leme, liderou um movimento destinado a defender os ideais cristãos na vida política nacional. Foi com esse intuito que foram criados a revista *A Ordem* (1921) e o *Centro Dom Vital* (1922), sob a direção de Jackson de Figueiredo. Mas foi só no final da década de 1920,

quando Alceu Amoroso Lima assumiu a direção do *Centro Dom Vital* e de *A Ordem*, que a Igreja se conseguiu tornar uma força política expressiva.

Em 1930 a Igreja Católica brasileira consegue uma vitória no plano internacional: Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi proclamada Rainha do Brasil e sua Padroeira Oficial em 16 de julho de 1930, por decreto do papa Pio XI. Em 31 de maio de 1931 decorreu, no Rio de Janeiro, a festa da Proclamação de Padroeira, perante de uma multidão de cerca de um milhão de pessoas, de autoridades civis, militares e eclesiásticas, do Núncio Apostólico, e do próprio Presidente da República, Getúlio Vargas. Seguiu-se a viagem apoteótica da imagem da Padroeira de comboio para o santuário de Aparecida, cidade a nordeste de São Paulo, praticamente a meio do caminho para o Rio de Janeiro.

Entretanto, também em 1931, foi inaugurada no morro do Corcovado, no Rio de Janeiro, a estátua do Cristo Redentor, um velho projeto que tinha sido iniciado no tempo da Princesa Isabel, tinha ficado esquecido nos primeiros tempos da República e foi reavivado em 1921 no âmbito da preparação do centenário da Independência que seria no ano seguinte. A inauguração realizou-se em 12 de outubro e foi co-presidida pelo recentemente nomeado cardeal Sebastião Leme e Getúlio Vargas, presidente da República e chefe do Governo Provisório.

Em 1932, para as eleições para a Assembleia Constituinte, o cardeal Sebastião Leme fundou, no Rio de Janeiro, a Liga Eleitoral Católica, uma organização não partidária com o objetivo de atribuir a candidatos de diversos partidos a chancela de “candidato católico”. Plínio Correa de Oliveira, um dos candidatos que se candidatou por São Paulo, indicava claramente no seu manifesto o pendor restauracionista do movimento: *“Ou o Catolicismo conseguirá vencer nas urnas, e fazer progredir resolutamente o país no caminho de sua restauração religiosa, ou o socialismo extremado se apoderará do Brasil, para fazer dele a vítima dos numerosos Calles e Lenines que pululam nos bastidores de nossa política, sequiosos de "mexicanizar" e "sovietizar" a terra de Santa Cruz. Ou o espiritualismo se afirma nas eleições, na sua expressão mais elevada e mais genuína, que é o Catolicismo,*

ou vencerá o materialismo, na sua forma mais violenta e mais nefasta, que é o comunismo.”

(in http://www.pliniocorreadeoliveira.info/MAN_19330115_LEC.htm)

Nas eleições para a Assembleia Constituinte, o supracitado Plínio Correa de Oliveira foi o deputado com o maior número de votos em todo Brasil. Anos mais tarde “viria a ser o fundador da TFP (Tradição, Família, Propriedade), a mais famosa organização de extrema-direita católica depois do golpe de Estado militar de 1964.” (ALVES, p. 30). Por outro lado o já referido pendor ideológico do catolicismo brasileiro também determinou na década de 60 uma esquerdização de outros setores católicos, que se dedicavam predominantemente à doutrinação entre as classes mais desfavorecidas, nomeadamente os seguidores da Teologia da Libertação e os setores da Igreja que se vieram a destacar na oposição à Ditadura Militar iniciada em 1964.

Os candidatos com chancela “católica” foram eleitos em diversos estados e a Constituição de 1934 registou alguns resultados dessa ofensiva política da Igreja Católica: “1. O prefácio da Constituição coloca-a sob a proteção de Deus, marcando com isso o fim da influência positivista; 2. Os religiosos obtêm direitos cívicos; 3. A personalidade jurídica das ordens religiosas não sofre entraves espiritual; 4. A assistência às organizações militares e oficiais é consentida; 5. O casamento religioso é reconhecido pela lei civil; 6. O divórcio é proibido. Mas, acima de tudo, D. Leme conseguiu que o Estado fosse autorizado a financiar a Igreja, invocando «o interesse coletivo», e que as escolas públicas admitissem o ensino religioso “. (ALVES, p.29)

Entretanto, ao longo da década de 1920 a imprensa começa gradualmente a ser um setor importante da vida pública, nomeadamente devido à criação de grandes grupos de imprensa em moldes empresariais. É nessa época que começam a aparecer os primeiros conglomerados de imprensa no Rio de Janeiro, destacando-se nessa área Assis Chateaubriand, que adquire em 1924 o matutino carioca *O Jornal*, primeiro passo que deu para o que viria a ser o seu império mediático sob a designação de “Diários Associados”.

Outros dois elementos foram essenciais para o desenvolvimento da imprensa nessa década. O primeiro é o aparecimento da rádio, com a inauguração em 1923 da “Rádio Sociedade do Rio de Janeiro”, primeira rádio brasileira, que viria a tornar-se pública em 1936, com a designação de “Rádio Ministério da Educação e Cultura” ou “Rádio MEC”. Nesse período de mais de dez anos multiplicaram-se em todo o Brasil as rádios locais, normalmente fundadas por sociedades recreativas. O segundo elemento foi o surgimento da revista *O Cruzeiro*, que foi publicada pela primeira vez em 1928, sendo dirigida nos cinco primeiros anos pelo escritor português Carlos Malheiro Dias. Estabeleceu uma nova linguagem na imprensa brasileira, com muitas inovações gráficas, a publicação de grandes reportagens e a ênfase posta no fotojornalismo. A revista deixou claro no seu primeiro editorial que era diferente das suas “irmãs mais velhas que nasceram das demolições do Rio Colonial”. Pelo contrário, colocava-se na vanguarda da modernidade e aliava o seu nome às tecnologias modernas: “*O Cruzeiro* encontrará ao nascer o arranha-céu, a radiotelegrafia e o correio aéreo”.

Assis Chateaubriand apoiou o movimento revolucionário de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Tinha nascido na Paraíba e estudado no Recife, pelo que a sua condição de provinciano o aproximava dos revoltosos que se opunham à hegemonia do Estado de São Paulo. Conhecido por ser um negociante sem escrúpulos, Chateaubriand foi um precursor de novas tecnologias que tentava sempre adquirir para os “Diários Associados”. Tinha as mais modernas e melhores rotativas do seu tempo na América Latina. Adquiriu os serviços fotográficos da Wide World Photo, que lhe possibilitavam a transmissão de fotos internacionais com muito maior rapidez. Foi também um precursor na área da publicidade, obtendo grandes contratos de exclusividade para o lançamento de produtos com a General Electric e para o pó achocolatado Toddy, cujos anúncios estavam sempre nas páginas dos jornais e revistas. Os jornais dos Diários Associados anunciavam todo tipo produtos e serviços, uma prática inédita na década de 1930 no Brasil.

Chatô, como era conhecido, foi quem introduziu no Brasil a imprensa *glamorosa*, sendo ele próprio um protagonista da vida social. Tinha relação cordiais com muitas pessoas influentes, que lhe facilitaram a obtenção de vantagens económicas: o industrial Francisco Matarazzo, o ex-presidente Rodrigues Alves, Alexander Mackenzie (presidente do poderoso *trust* canadiano de empresas de serviço público São Paulo Tramway, Light and

Power Company, mais conhecido por São Paulo Light), o empresário americano Percival Farquhar e Getúlio Vargas. Era um defensor do capital estrangeiro e, apesar da amizade com Getúlio, não se coibia de utilizar os seus jornais em campanhas para defender os interesses do capital estrangeiro, sobretudo britânico e americano, como aconteceu com a vasta propaganda que os seus órgãos da imprensa escrita, da rádio e da televisão fizeram contra a criação da Petrobrás no início da década de 1950.

Entre 1941 e 1943, foi presidente da Federação Nacional da Imprensa (FENAI - FAIBRA) e a partir do pós-guerra começou progressivamente a dar menos importância aos jornais e a virar-se para a rádio e a televisão, tendo sido o pioneiro na transmissão de televisão brasileira, criando a TV Tupi em 1950.

O jovem Guimarães Rosa, entretanto, tinha-se matriculado em 1925 na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, com apenas 16 anos. Em 1928 começou a trabalhar como agente itinerante da Diretoria do Serviço de Estatística Geral do Estado de Minas Gerais/Secretaria da Agricultura, o seu primeiro emprego remunerado. A sua primeira obra publicada foi o conto *O mistério de Highmore Hall*, em 1929, na revista *Cruzeiro*. Em 1930 publicou *Makiné* no suplemento dominical de *O Jornal*. No mesmo ano publicou, também na revista *Cruzeiro*, os contos *Chronos Kai Anagke* (título grego, que significa *Tempo e Destino*) e *Caçador de camurças*,

Em 27 de junho de 1930, ao completar 22 anos, casou-se com Lígia Cabral Penna, então com apenas 16 anos, com quem viria a ter duas filhas, Vilma e Agnes. Ainda em 1930, formou-se em Medicina, tendo sido o orador da turma, escolhido por aclamação pelos 35 colegas. No último ano do curso conheceu no hospital da Santa Casa de Misericórdia o médico Juscelino Kubitschek de Oliveira, de quem viria a tornar-se amigo. Guimarães Rosa foi exercer a profissão de médico na pequena cidade de Itaguara, uns cem quilómetros a sudoeste de Belo Horizonte, onde permaneceu cerca de dois anos. Esses dois anos passados em Itaguara e terras em redor foram traumatizantes para o jovem médico. A cidade não tinha energia elétrica e muitas das suas visitas médicas tinham de ser feitas a cavalo. Foi obrigado a assistir a mulher no seu primeiro parto em 1931, pois o farmacêutico e o médico da cidade vizinha de Itaúna só conseguiram chegar a sua casa quando Vilma já tinha nascido.

3.2 – A Revolução Constitucionalista

O estado de São Paulo, que ainda era dirigido pelos cafeicultores, um dos grupos dominantes da República Velha, mas tinha uma população crescentemente urbanizada e cosmopolita, devido à crescente industrialização, não aceitou de bom grado as restrições políticas impostas por Getúlio e indignou-se quando o governo federal nomeou como interventor de São Paulo um tenente pernambucano, João Alberto Lins de Barros. Getúlio tentou emendar o erro, nomeando uns meses depois como interventor um civil paulista, Plínio Barreto, mas o tenente Lins de Barros mobilizou a sua “Legião Revolucionária”, composta maioritariamente por operários desempregados, para impedir a posse de Barreto. A partir daí, no ano seguinte, sucederam-se três interventores, que nunca se mantiveram no cargo mais de alguns meses. A vaga de contestação de São Paulo ao novo regime culminou numa grande manifestação com cerca de 200 mil pessoas na Praça da Sé, em 1932. A insatisfação era grande e os partidos políticos de São Paulo, que tinham sido adversários durante a Revolução de 1930, uniram-se numa frente comum para exigir uma nova Constituição. Sucederam-se as manifestações com exigências de mais democracia, com direitos garantidos numa nova Constituição. Getúlio Vargas chegou a convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, em 9 de julho de 1932, mas a insatisfação já era grande e as desavenças muito claras. Estas medidas apaziguadoras do chamado Governo Provisório não foram suficientes para evitar o conflito que já estava a ser preparado.

Assim, ainda em 1932, deflagrou em São Paulo a Revolução Constitucionalista, que deu origem a uma verdadeira guerra civil. Esta guerra civil entre a Força Pública de São Paulo e o exército federal durou apenas três meses, mas deixou marcas, com um ou dois milhares de mortos (os números são ainda hoje controversos, variando entre setecentos e dois mil).

Esta Revolução de 1932 contou com um grande contingente de voluntários civis e militares no estado de São Paulo, bem como com o apoio entusiástico de largos setores da população paulista, que se manifestou através de manifestações públicas e campanhas de angariação de fundos. Também foi apoiada por alguns políticos de outros estados, antigos participantes na Revolução de 1930 descontentes com a deriva autoritária do regime, como, no Rio Grande do Sul, Raul Pilla, Borges de Medeiros, Batista Luzardo e João Neves da Fontoura, entre outros.

No estado de Mato Grosso foi formado um estado independente que se chamou Estado de Maracaju, que apoiou São Paulo. Em Minas Gerais, a revolução de 1932 obteve o apoio do ex-presidente Artur Bernardes, que teve de ir para o exílio após a derrota dos insurgentes. São Paulo esperava a adesão do general Flores da Cunha, interventor do Rio Grande do Sul, o estado mais bem armado, mas o general acabou por decidir, à última hora, manter-se fiel a Getúlio e enviar tropas não para apoiar São Paulo, mas para combater os insurgentes paulistas.

Embora os paulistas tenham sido derrotados e a narrativa dominante na historiografia brasileira seja a de que esta Revolução representaria apenas os interesses da oligarquia de São Paulo, a Revolução Constitucionalista é considerada pelos paulistas um feito heroico (o feriado estadual de São Paulo é 9 de julho, dia de início da Revolução) e a narrativa paulista sublinha os intuitos liberais e constitucionais dos revoltosos, defendendo a ideia de que sem a pressão exercida por esta guerra civil nunca Getúlio teria promulgado uma nova constituição, como viria a fazer em 1934. Quando o conflito acabou houve perseguições, que obrigaram alguns políticos a exilarem-se por um tempo, mas o regime esforçou-se por promover a reconciliação e em poucos anos assistiu-se ao regresso dos exilados.

Contudo, outro aspeto a não negligenciar é o reforço das Forças Armadas que resultou da derrota da Revolução Constitucionalista. Como sublinha José Murilo de Carvalho, no livro *Forças Armadas e Política no Brasil*, “Com a inauguração da Segunda República, em outubro de 1930, as Forças Armadas, particularmente o Exército, se viram instaladas

no centro do poder nacional de maneira muito mais decisiva do que no início da Primeira. O conflito entre os estados mais poderosos e a derrota do mais poderoso deles, São Paulo, abriram espaço para que o setor militar da burocracia estatal conquistasse afinal a parcela de poder que não conseguira na última década do século XIX e pela qual lutara, às vezes de armas na mão, ao longo do regime que acabara de cair” (CARVALHO, *Forças Armadas...*, p. 62).

João Guimarães Rosa, que, como vimos, era na altura médico em Itaguara, inscreveu-se como voluntário na Força Pública de Minas Gerais, que apoiou os revoltosos paulistas durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Trabalhou como médico e reencontrou nessa altura Juscelino Kubitschek de Oliveira, que foi o seu chefe durante o conflito. Em 1933, após a derrota dos paulistas, tornou-se membro efetivo da Força Pública de Minas Gerais através de concurso. Foi colocado em Barbacena, no sul de Minas Gerais, na qualidade de Oficial Médico do 9º Batalhão de Infantaria. No seu discurso de tomada de posse como académico, Mário Palmério, que sucedeu a Guimarães Rosa na Academia Brasileira de Letras, confidenciou que o quartel exigia pouco de Guimarães Rosa – “quase que somente a revista médica rotineira, sem mais as dificultosas viagens a cavalo que eram o pão nosso da clínica em Itaguara, e uma solenidade ou outra, em dia cívico, quando o escolhiam para orador da corporação”. Assim, sobrava-lhe tempo para dedicar-se com maior afinco ao estudo de línguas estrangeiras e para tirar partido do convívio com velhos milicianos e dedicar-se às pesquisas que fazia nos arquivos do quartel, que lhe proporcionaram valiosas informações sobre o jaguncismo barranqueiro que até por volta de 1930 tinha existido na região do Rio São Francisco. Simultaneamente, em 1933, começou a trabalhar no Serviço de Proteção do Índio. Em 1934 nasceu Agnes, a segunda filha do escritor.

3.3 – Consolidação do regime de Vargas

A Revolução de 1930, comandada por Getúlio com o apoio do Exército, visou acabar com a República Velha, mas uniu nesse objetivo forças muito díspares e representantes

políticos de muitas tendências, desde integralistas a comunistas, passando por anarquistas, socialistas moderados, católicos, liberais e conservadores, sem esquecer os militares *tenentistas*, também muito heterogêneos do ponto de vista ideológico. O que unia todas estas tendências era a vontade de acabar com o domínio das oligarquias paulista e mineira, através da construção de um estado federal mais forte. Depois da derrota paulista em 1932, assegurada pelo exército comandado pelo general Góis Monteiro, com o apoio da aviação comandada pelo então major-piloto Eduardo Gomes, Getúlio passou os cinco anos seguintes a manobrar habilmente entre as várias tendências políticas que o ajudaram na tomada do poder. Em 3 de maio de 1933 realizaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte, nos termos do código eleitoral promulgado no ano anterior. Pela primeira vez votava-se por voto secreto segundo as mesmas regras em todo o Brasil. Além disso, as mulheres passaram a ter direito a voto e o limite de idade para os eleitores passou de 21 para 18 anos. Os analfabetos continuaram a estar excluídos do direito a votar e, por pressão dos tenentes, foi introduzida a representação *classista*, inspirada no corporativismo fascista italiano. Assim, as associações patronais e sindicais elegeram 40 constituintes, que eram maioritariamente apoiantes de Getúlio e serviam de contrapeso às bancadas dos estados mais poderosos, São Paulo e Minas Gerais. A Constituição de 1934 foi redigida por uma câmara muito heterogênea, o que resultou numa reaproximação à Constituição de 1891. Mantinha-se assim o regime federativo, mas havia um reforço do poder central, nomeadamente em matéria económica, para combater a excessiva autonomia financeira dos estados. Por pressão dos tenentes, foram introduzidas importantes medidas centralizadoras, como a nacionalização das águas e das riquezas do subsolo e a já citada representação corporativa.

Foi nesta altura, quando trabalhava no Serviço de Proteção do Índio e era capitão-médico do Serviço de Saúde da Força Pública de Minas Gerais, que João Guimarães Rosa, por sugestão dum amigo e devido ao seu notável conhecimento de línguas estrangeiras, resolveu candidatar-se ao concurso de acesso à carreira diplomática. Foi então para o Rio de Janeiro para participar no concurso, no qual obtive o segundo lugar. Uns tempos depois, em carta datada de 20 de março de 1934, confidenciou a um colega seu, o Dr. Pedro Moreira Barbosa, a sua falta de vocação para o exercício da Medicina: *Não nasci para isso, penso. Não é esta, digo como dizia Don Juan, sempre 'après avoir couché avec...' Primeiramente, repugna-me qualquer trabalho material - só posso agir satisfeito*

no terreno das teorias, dos textos, do raciocínio puro, dos subjetivismos. Sou um jogador de xadrez - nunca pude, por exemplo, com o bilhar ou com o futebol.”

(in http://www.fgr.org.br/admin/artigos/200896157707838991348961473Joao_um_encantado.pdf)

Em 1936, a sua coletânea de poemas *Magma* recebeu o prêmio de poesia da Academia Brasileira de Letras. Um ano depois, sob o pseudônimo de "Viator", concorreu ao prêmio Humberto de Campos, com o volume intitulado *Contos*, que será revisto pelo autor dez anos mais tarde, transformando-se em *Sagarana*, primeira livro publicado de que falaremos mais à frente. Em 1938 foi nomeado cônsul adjunto em Hamburgo, o seu primeiro posto como representante do Brasil no estrangeiro.

A Constituição não chegou a vigorar um ano e meio, tendo sido suspensa em 1935, na sequência dum golpe armado liderado pelos comunistas: em fevereiro de 1935, por iniciativa do Partido Comunista, tinha sido fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização frentista característica da recente viragem que tinha havido nesse ano na Internacional Comunista, quando Georgi Dimitrov se tornou secretário-geral, opondo-se à política sectária que tinha vigorado de 1926 a 1934. Os chamados *levantes*, insurreições militares em nome da ANL, ocorreram primeiramente nos dias 23 e 24 de novembro nos estados de Natal e Recife, seguidamente na noite de 26 para 27 no Rio de Janeiro. Tanto no Nordeste como na capital federal, o exército leal ao governo conseguiu dominar estas insurreições e nos anos seguintes Getúlio passou a governar praticamente sempre em Estado de Sítio ou Estado de Guerra, implementando uma série de medidas de exceção, nomeadamente a criação do Tribunal de Segurança Nacional para “crimes políticos”. Na perseguição e repressão aos comunistas destacaram-se os militantes da Ação Integralista Brasileira, organização de inspiração fascista fundada em 1932 e dirigida por Plínio Salgado. Foi também essa organização que desempenhou um papel essencial na orquestração do golpe de 1937 que pôs fim ao regime constitucional vigente desde 1934 e iniciou o período ditatorial de Getúlio Vargas, denominado Estado Novo. O pretexto para o golpe foi um documento (documento Cohen) escrito pelo capitão integralista Olympio Mourão Filho, que pertencia aos Serviços Secretos. Esse documento descrevia um plano comunista que comportava assassinatos em massa e a destituição do governo. Os integralistas sempre afirmaram que se tratava dum documento de trabalho

destinado a “simular” um golpe comunista e que teria sido o ministro da Guerra, general Góis Monteiro, a aproveitar-se dele como se se tratasse dum documento autêntico. Contudo, há muitas fontes que optam por considerar que o golpe foi mesmo orquestrado pelos integralistas, tanto mais que o capitão Mourão Filho era um integralista radical e defendia publicamente a necessidade dum golpe para combater “o comunismo”. Note-se que foi o mesmo Mourão Filho quem deu uns anos mais tarde o tiro de partida em Minas Gerais para o golpe de 1964 que instaurou a Ditadura Militar.

3.4 – O Estado Novo de Vargas

O falso golpe de 1937 deu origem à preparação de um contragolpe por parte do governo com o objetivo de interromper o processo eleitoral em curso (estavam previstas eleições presidenciais para janeiro de 1938). No dia 10 de novembro de 1937, o *Diário Oficial* publicava a nova constituição que tinha sido redigida pelo jurista Francisco Campos, com base na constituição da Polónia fascista (esta constituição ficou conhecida no Brasil como “a polaca”). À noite, numa declaração ao país feita na rádio, Getúlio justificou o golpe: *“A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo, evidenciava falhas lamentáveis (...) Destinava-se a uma realidade que deixou de existir.”* (in http://www.historiadobrasil.net/documentos/estado_novo.htm)

A polícia fechou o Senado e a Câmara de Deputados e milhares de oposicionistas, desde liberais a comunistas, foram presos. Foram proibidos todos os partidos políticos, em coerência com o que Getúlio havia anunciado na supracitada alocução radiofónica: *“Contrastando com as diretrizes governamentais, inspiradas sempre no sentido construtivo e propulsor das atividades gerais, os quadros políticos permaneciam adstritos aos simples processos de aliciamento eleitoral. Tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra das ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos. ...”*

(in http://www.historiadobrasil.net/documentos/estado_novo.htm).

Getúlio proibiu mesmo todos os partidos políticos, incluindo a Aliança Integralista Brasileira, o que muito surpreendeu os seus aliados integralistas, que começaram a conspirar para derrubar o presidente. Em março de 1938 houve uma primeira tentativa de golpe integralista que foi desmantelada, mas os principais dirigentes da AIB não foram presos. Em 11 de maio do mesmo ano, um destacamento integralista cercou o palácio da Guanabara, residência de Getúlio, mas os poucos ocupantes do palácio conseguiram resistir até à chegada de tropas fiéis à presidência. A tentativa de golpe fracassada permitiu a Getúlio reforçar o seu poder pessoal, alicerçado nas Forças Armadas, e os dirigentes integralistas foram presos ou exilados, como foi o caso de Plínio Salgado que se refugiou em Portugal até 1945.

Nos anos seguintes, desembaraçado das quezílias políticas através da repressão e da censura, Getúlio irá pôr em prática as suas ideias modernizadoras em três grandes áreas: a industrialização do país, facilitada pela necessidade de substituir importações causada pela guerra mundial, a modernização das Forças Armadas, que lhe garantia o apoio desse setor essencial na política brasileira e, finalmente, a introdução duma legislação trabalhista, que lhe granjeou grande popularidade nas classes trabalhadoras. Entre outros aspetos, não é de negligenciar o facto de o Brasil se ter encontrado nesses anos relativamente isolado do mundo, devido à 2ª guerra mundial que durou 6 dos 8 anos do Estado Novo brasileiro. Contudo, esta guerra não deixou de ter uma influência importante na vida brasileira, pois acabou por determinar as futuras alianças estratégicas do país.

Durante os primeiros anos da guerra o Brasil manteve-se neutro, desenvolvendo relações comerciais frutuosas com a Alemanha e os Estados Unidos, os seus principais parceiros comerciais no início da década de 40. Dentro das próprias Forças Armadas havia *germanófilos* e *americanistas* e no governo havia a mesma divisão. Outro político gaúcho amigo de Getúlio, Osvaldo Aranha, teve grande influência nestas disputas entre pró-americanos e pró-alemães dentro do regime. Em 1937, Aranha, que era embaixador do Brasil em Washington, demitiu-se do cargo para protestar contra a instituição do Estado Novo. Contudo, em 1938 o seu amigo Vargas conseguiu convencê-lo a assumir o

ministério das Relações Exteriores. Nos anos seguintes, o ministro Aranha iria combater sem tréguas os elementos germanófilos no Estado Novo e promover uma maior aproximação política com os Estados Unidos. Outro fator importante para afastar Getúlio das potências do Eixo foi a atividade conspirativa das embaixadas alemã e italiana, que pretendiam enquadrar e organizar os emigrantes alemães e italianos do Brasil em clubes nazis e fascistas. O regime reagiu reprimindo as atividades políticas dessas embaixadas e chegando a proibir as escolas que lecionavam exclusivamente numa dessas duas línguas. A Alemanha não deixou de ripostar e passou a atacar os navios mercantes brasileiros no Atlântico. Getúlio utilizou habilmente a guerra naval no Atlântico para obter grandes vantagens dos Estados Unidos, que pretendiam obter uma base naval no Brasil. Em troca da obtenção de direitos na base naval de Natal, no Rio Grande do Norte, os Estados Unidos financiaram e promoveram a modernização das Forças Armadas brasileiras e colaboraram com o governo de Vargas para criar uma indústria siderúrgica nacional. Do lado do governo brasileiro, foi tomada a decisão de envolver militarmente o país na fase final da II Guerra Mundial. Assim, foi criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB) que participou ao lado dos aliados na batalha pela expulsão das forças nazis da península itálica. O Brasil abandonou assim a sua anterior política de neutralidade e passou a ter relações privilegiadas com os Estados Unidos, que se foram reforçando nas décadas seguintes devido aos alinhamentos impostos pela Guerra Fria.

Entretanto, no seu primeiro posto no consulado em Hamburgo, João Guimarães Rosa conheceu Aracy Moebius de Carvalho, que viria a ser sua segunda mulher. Embora consciente dos perigos que enfrentava, protegeu e facilitou a fuga de judeus perseguidos pelo nazismo. Para esse efeito, contou com a ajuda da mulher, Aracy, que era a secretária do Consulado encarregada de preparar os passaportes para a assinatura do Cônsul Adjunto. Aracy omitia a origem judaica na documentação emitida para os candidatos a emigrar para o Brasil, em clara desobediência às instruções do Itamaraty. Aracy foi homenageada em 1982 no *Jardim dos Justos* do museu Yad Vashem de Jerusalém, devido à sua ação de elaboração de vistos para judeus no consulado brasileiro de Hamburgo. Os vistos eram assinados por Guimarães Rosa: “Os vistos eram proibidos pelo governo brasileiro e pelas autoridades nazistas, exceto quando o passaporte mencionava que o portador era católico. Sabendo disso, a mulher do escritor, D. Aracy, que preparava todos os papéis, conseguia que os passaportes fossem confeccionados sem mencionar a religião

do portador e sem a estrela de Davi que os nazistas pregavam nos documentos para identificar os judeus. Nos arquivos do Museu do Holocausto, em Israel, existe um grosso volume de depoimentos de pessoas que afirmam dever a vida ao casal Guimarães Rosa.”

(in <http://www.elfikurten.com.br/2013/05/joao-guimaraes-rosa-o-demiurgo-do-sertao.html>)

Aracy Guimarães Rosa é uma dos dois únicos cidadãos brasileiros (o outro é o embaixador Luiz de Souza Dantas) que figuram no Jardim dos Justos do Museu do Holocausto em Jerusalém. Foi a Israel para ser homenageada em 1982 e declarou que o seu marido tinha plena consciência do que estavam a fazer em desobediência às instruções do Rio de Janeiro, mas sempre se absteve de comentar o assunto, porque “teria muito pudor de falar de si mesmo” limitando-se a dizer: *“Se eu não lhes der o visto, vão acabar morrendo; e aí vou ter um peso em minha consciência.”* Provavelmente havia na sua atitude também uma preocupação de prudência para não pôr em perigo o seu emprego. O facto de todos os investigadores que tentaram encontrar algo de seu punho não terem encontrado nada confirma que Guimarães Rosa dever-se-á ter esforçado para não deixar rasto da sua atuação em Hamburgo em prol dos judeus.

Em 1941, Guimarães Rosa foi a Lisboa na qualidade de correio diplomático da Embaixada do Brasil em Berlim. O relatório dessa viagem, que se transcreve no Anexo 2, contém uma interessante análise da situação militar e política da Península Ibérica em plena guerra, do ponto de vista dos interesses geo-estratégicos do Brasil. Escrito num estilo conciso e simples, o relatório revela um observador atento e dotado duma certa frieza analítica, com um olhar “americano”, isto é, não totalmente implicado na cena europeia, mas muito bem informado sobre aquela época decisiva da guerra, em que os britânicos perderam Creta e a invasão da Rússia estava a ser preparada pelos nazis. A escrita escorreita do relatório está em contraste evidente com a escrita “literária” do escritor, como é possível verificar comparando-a com o discurso transcrito no Anexo 3. O embaixador do Brasil em Berlim, Cyro Freitas Valle, transmitiu o relatório ao ministro Osvaldo Aranha, com uma referência elogiosa ao seu autor: “Como Vossa Excelência terá ocasião de verificar, este trabalho demonstra tanto mais a capacidade e o atilamento do Senhor Guimarães Rosa quanto ele não pode estar intimamente familiarizado com os

negócios políticos, não havendo ainda servido em uma missão diplomática.” (ARAÚJO, p. 85)

Comentado [MM1]:

Em 1942, quando o Brasil cortou relações diplomáticas com a Alemanha, Guimarães Rosa e Aracy foram internados em Baden-Baden, juntamente com outros compatriotas do corpo diplomático. Ficaram retidos durante 4 meses e foram libertados por troca com diplomatas alemães retidos no Brasil. Retornando ao Brasil, após rápida passagem pelo Rio de Janeiro, o escritor seguiu para Bogotá, como Secretário da Embaixada, onde permaneceu até 1944. Em 1945, Guimarães Rosa regressou ao Brasil depois de longa ausência e fez uma viagem a Cordisburgo e Paraopeba. Em 25 de outubro, tornou-se sócio titular da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que adotou mais tarde o nome de Sociedade Brasileira de Geografia. O escritor assumiu numa declaração publicada a esse propósito ser um “velho admirador” e “velho amoroso” da Geografia: “Grande é, agora, a minha satisfação, grande a distinção que me conferis, neste momento. Honra e alegria, indizíveis; porque, à falta de outros títulos, com dois deles me reconheço, ao ser empossado no cargo de sócio titular desta agremiação: como velho admirador da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, e como velho amoroso da Geografia. (...) Devo explicar-me. De início, o amor da Geografia me veio pelos caminhos da poesia – da imensa emoção poética que sobe da nossa terra e de suas belezas: dos campos, das matas, dos rios, das montanhas; capões e chapadões, alturas e planuras, ipouêiras e capoeiras, catingas e restingas, montes e horizontes; do grande corpo, eterno, do Brasil (...)” (Revista da Sociedade Brasileira de Geografia, Tomo LIII, 1946, pp. 96, 97). Quando a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro se transformou em Sociedade Brasileira de Geografia, em 1951, Guimarães Rosa foi aceite como sócio efetivo.

O regime do Estado Novo terminou de modo praticamente pacífico em 1945, pois foram os seus próprios chefes militares (Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra) a depor Getúlio, através de um golpe levado a cabo após quase dois anos de gradual agitação pública contra a ditadura. Curiosamente, tinham sido os mesmos dois generais que tinham tido um papel determinante na instauração da ditadura do Estado Novo em 1937. O próprio Getúlio, ainda em funções, iniciou no ano de 1945 uma série de medidas liberalizadoras do regime, suspendendo a censura e amnistiando presos políticos e exilados, de tal modo que conseguiu facilmente recompor a sua aura política durante a República liberal (1946-64),

regressando à presidência pela via eleitoral em 1951. Mas os aspectos mais importantes da modernização getulista foram a reorganização dos partidos políticos e da política trabalhista, ambas dos anos 40.

Quanto aos partidos brasileiros, dois dos maiores partidos brasileiros de hoje (PT e PSDB), embora tenham nascido em 1980 e 1988, respectivamente, não deixam de ser óbvios herdeiros ideológicos de dois partidos criados em 1945 pela mão de políticos afetos a Getúlio: o Partido Trabalhista Brasileiro foi organizado pelas próprias agências estatais controladas pelo Ministério do Trabalho, contando com a adesão de vários dirigentes sindicais, e o Partido Social Democrático foi fundado pelos interventores (figura administrativa adotada por Getúlio para substituir os governadores da República Velha: os primeiros interventores nos anos 30 eram quase todos militares das revoltas *tenentistas*, que se transformaram assim em burocratas encarregados de impor a política federal nos estados). Estes dois partidos, conjuntamente com o que foi fundado também em 1945 para agrupar os inimigos de Vargas (a UDN), determinaram a política brasileira da República liberal de 1946, que durou até 1964, e renasceram, com as devidas adaptações, depois da ditadura militar (1964-85).

No domínio das relações laborais, há que destacar a modernização social inegável alcançada durante os governos getulistas em ditadura: em 1940 foram criados o imposto sindical obrigatório (um dia de salário) e a política do sindicato único. Foi também o Estado Novo que reorganizou a legislação laboral (Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943) e criou a carteira de trabalho, ainda hoje considerado o mais importante documento de identificação do trabalhador brasileiro. Os sindicatos e as organizações corporativas criadas nessa altura tornaram-se organizações sociais de grande dimensão e poderio económico, como o SESI (Serviço Social da Indústria) e o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), criados por lei de 1944 e concretizados em 1946, já sob o governo Dutra, bem como o SESC (Serviço Social do Comércio) criado também em 1946. É também nesse âmbito que é criada, em fevereiro de 1933, a Associação Brasileira de Escritores (ABDE), que realizou o seu primeiro congresso em janeiro de 1945. O Partido Comunista Brasileiro, que tinha sido reautorizado em 1943 e se tornou aliado de Getúlio na luta antinazi tentando mesmo ajudar a evitar as primeiras tentativas para a sua deposição em 1945 (movimento “queremos Getúlio” ou “queremista”),

desempenhou um papel essencial na organização deste primeiro congresso da ABDE. Nessa época final da ditadura, o congresso foi uma das muitas manifestações pela democratização, que abundaram nesses anos. Nas universidades assumiu grande relevo a União Nacional dos Estudantes – UNE – que também tinha sido fundada com o beneplácito da ditadura em finais dos anos 30. No entanto, escapou rapidamente ao seu controlo, tendo assumido um papel decisivo na agitação pró-Aliados nos derradeiros anos da ditadura.

Pode-se afirmar que o percurso getulista do Brasil, apesar das suas especificidades diferenciadoras, acompanhou desde o início as ideias dominantes nos anos 20 europeus, com a popularidade crescente de soluções revolucionárias autoritárias e/ou cesaristas, que triunfaram primeiro na Rússia, seguidamente na Turquia e em Itália, e foram gradualmente dominando vários países europeus, com ditadores militares ou aparentados. Entre os militares brasileiros era grande a admiração pelo movimento revolucionário dos “jovens turcos” de Kemal Atatürk, que impôs uma rápida modernização da Turquia pela via autoritária. As revoltas *tenentistas* e o êxito posterior de Getúlio Vargas, embora muito relacionados com a típica dialética brasileira entre estados e nação, não deixam de condizer com o “espírito do tempo”, que preconizava a crítica radical à sociedade liberal capitalista e sua superação pela via autoritária, através da força do estado sustentada nas Forças Armadas. Como salienta Boris Fausto, no livro *O Pensamento Nacionalista Autoritário*, “Podemos identificar duas fases na constituição e influência de um pensamento autoritário no Brasil, tendo como marco divisório a grande depressão mundial e a revolução de outubro de 1930. Na primeira delas, situada na década de 1920, ocorreu uma espécie de maturação ideológica dos autores, com relativa influência na vida social e política. Na segunda, o pensamento autoritário ganhou considerável prestígio e os principais ideólogos da corrente tiveram papel significativo na criação de instituições e na vida política em geral” (FAUSTO, *O Pensamento...* p. 20).

4 – A Democracia do pós-guerra

4.1 – As presidências de Dutra e de Getúlio

Foram as Forças Armadas, sob o comando dos generais Góis Monteiro e Eugénio Gaspar Dutra, que resolveram em 1945 depor Getúlio. Esta reviravolta destes generais getulistas visava sobretudo conter a crescente agitação nos últimos anos da guerra, sobretudo nos meios estudantis das grandes cidades, assegurando alguma continuidade às políticas modernizadoras e centralizadoras seguidas por Getúlio. O próprio Getúlio saiu aparentemente sem grande contestação, logo que percebeu que as forças políticas que o queriam no poder (“queremistas”), entre elas surpreendentemente o Partido Comunista renascido após vários anos de clandestinidade, não teriam força para o impor na presidência. Nas eleições presidenciais de 1945, o próprio Dutra foi o candidato proposto pelo PSD e pelo PTB, partidos nascidos sob inspiração getulista, como já vimos. O partido dos anti-getulistas, a UDN, propôs outro militar, o brigadeiro da Força Aérea Eduardo Gomes, veterano das revoltas *tenentistas* dos anos 20. Toda a campanha política da UDN, na qual se destacava o jornalista Carlos Lacerda, visava mostrar que a candidatura de Dutra era a continuação do regime getulista, sobretudo das suas alas mais corruptas. Pelo contrário, Eduardo Gomes seria um verdadeiro representante dos valores morais que tinham determinado as revoltas *tenentistas*.

Dutra venceu com relativa facilidade contra o candidato da UDN e o candidato comunista, devido à superior organização dos dois partidos que o apoiaram. No ano seguinte, na Assembleia Constituinte, mais uma vez os deputados comunistas alinharam repetidamente com os deputados fieis a Dutra, o que veio reforçar a campanha de Carlos Lacerda, feroz opositor de Getúlio e do PCB. Esta aliança dos comunistas com as forças “burguesas” não é uma particularidade brasileira, já que decorria do ambiente do fim da guerra mundial, com grande cooperação entre todas as forças aliadas contra o Eixo. Acresce que o dirigente do PCB, Luís Carlos Prestes, era vice-presidente da Internacional Comunista, tendo vivido vários anos no exílio em Moscovo, sendo-lhe portanto relativamente simples impor ao partido brasileiro uma linha política ortodoxa alinhada com os interesses da URSS. Obviamente, esta breve e ténue aliança entre os vencedores da guerra duraria pouco, devido à guerra civil na Grécia e ao golpe de Praga, situações

resultantes de questões mal resolvidas nos acordos de Potsdam e Ialta, e que estiveram na origem da Guerra Fria.

Em 1947, por acórdão do Tribunal Superior Eleitoral, o PCB foi considerado fora da lei e em 1948 ocorreu a rotura das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética. Estas contrariedades em relação aos comunistas foram entendidas como fazendo parte do clima de Guerra Fria que se tinha instalado entre os Estados Unidos e a União Soviética.

A nova Constituição Federal, que foi promulgada em 19 de setembro de 1946, era a quarta constituição da República e por isso o período de 1946 a 1964 é denominado Quarta República. Foi um período de quase 20 anos de liberdade política e de pluripartidarismo, que foi interrompido pelo golpe militar de 1964. Após 15 anos de regime autoritário (1930-1945), os deputados e senadores constituintes aprovaram uma Constituição que restabeleceu a autonomia dos Três Poderes da República e que foi considerada um modelo de democracia por juristas e políticos da época. Ampliou os direitos da cidadania e permitiu uma ampla formação de partidos, instalando a representação proporcional partidária.

Com a nova Constituição, ficaram restabelecidos alguns princípios federativos, como a autonomia para os Estados e Municípios e a independência dos três Poderes da União. O Poder Legislativo voltou a ser bicameral, passando a República a ter novamente um Senado como tinha acontecido a partir de 1891. As eleições passaram a ser diretas em todos os níveis, com total liberdade de organização partidária. A eleição dos deputados voltou a ser assegurada por sufrágio universal, voto secreto e direto, com sistema de representação proporcional dos partidos políticos. O ex-ditador Getúlio não sofreu quaisquer medidas punitivas, limitando-se a retirar-se para a sua casa em São Borja, junto à fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina. Uma das condições negociadas por Getúlio para não ser exilado foi o seu apoio público à candidatura presidencial de Eurico Gaspar Dutra. Getúlio começou por não aceitar apoiar Dutra pois considerava-o um traidor por ter liderado o golpe de 29 de outubro que o depôs. Ainda tentou persuadir João Neves da Fontoura a candidatar-se com o seu apoio, mas Fontoura já se tinha comprometido com Dutra e recusou candidatar-se. Os apoiantes de Dutra acabaram por

convencê-lo, alegando que uma vitória de Eduardo Gomes significaria o desmantelamento de todas as realizações do Estado Novo. Getúlio fez então uma alocução radiofônica em que afirmava, ainda que com alguma relutância, apoiar Dutra: *"Estarei ao vosso lado e acompanhar-vos-ei até a vitória. Após esta, estarei ainda ao lado do povo contra o Presidente, se não forem cumpridas as promessas do candidato"*.

(in <http://revistaibc.blogspot.pt/2015/05/getulio-vargas-parte-2.html>)

Dutra venceu a eleição e, quando foi formada a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, Getúlio Vargas foi eleito senador por dois estados, Rio Grande do Sul e São Paulo, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido que ajudara a criar, e pelo qual foi também eleito membro da Câmara dos Deputados por seis estados e pelo Distrito Federal (esta multiplicidade de candidaturas mostra como ainda se mantinham desarticuladas as práticas eleitorais nos vários estados federados). O próprio Getúlio afirmou que não se tinha candidatado a nada: *"Após o 29 de outubro, (dia em que foi deposto), retirei-me para uma fazenda no interior do Rio Grande do Sul. Não me apresentei candidato a qualquer cargo eletivo... Por um movimento espontâneo do povo, recebi cerca de um milhão e meio de votos em todo o Brasil."*

(in <http://revistaibc.blogspot.pt/2015/05/getulio-vargas-parte-2.html>)

Getúlio tomou posse como senador pelo Rio Grande do Sul e exerceu o mandato nos anos de 1946 e 1947, limitando-se a discursar para exaltar as realizações do Estado Novo e da Revolução de 1930 e para criticar o governo de Dutra. Em julho de 1947 abandonou o Senado Federal e foi viver de novo para São Borja, onde nos anos seguintes foi sendo muito assediado pelos seus partidários para retornar à vida política.

Entretanto, em 1946, João Neves da Fontoura, que tinha sido embaixador do Brasil em Lisboa entre 1943 e 1945, foi nomeado ministro das Relações Exteriores do governo de Dutra. Por indicação do secretário-geral do Ministério, João Guimarães Rosa foi nomeado chefe de gabinete. Ainda nesse ano foi em missão a Paris acompanhar o ministro Fontoura, que chefiou a delegação do Brasil na Conferência de Paz subsequente à 2ª Guerra Mundial.

Em 1946 publicou *Sagarana*, uma coletânea de contos resultante da sua revisão dos Contos de 1937 com que tinha concorrido ao prémio Humberto de Campos. O título, *Sagarana*, é um hibridismo: "saga", radical de origem germânica que significa "canto heroico", "lenda"; e "rana" palavra de origem tupi que significa "que exprime semelhança com". Assim *Sagarana* significa algo como "próximo a uma saga". A obra foi recebida com muito boas críticas e grande êxito junto do público, mas também com algum sarcasmo, pois sendo o autor nessa altura chefe de gabinete do ministro das Relações Exteriores, a maledicência carioca não hesitou em insinuar que o êxito alcançado por *Sagarana* se deveria à influência mediática do Itamaraty. Os contos de *Sagarana* apresentam as paisagens mineiras, a vida das fazendas, dos vaqueiros e criadores de gado, o mundo em que Guimarães Rosa passara a sua infância e adolescência.

Entre outubro de 1947 e janeiro de 1948 o autor publicou no jornal *Correio da Manhã*, em três partes, um relato duma viagem que fez ao pantanal de Mato Grosso a acompanhar um vaqueiro: *Com o vaqueiro Mariano*. Na primeira parte, o narrador relata uma conversa que teve numa certa noite com o vaqueiro, revelando querer "saber mais sobre a alma dos bois" e instiga o vaqueiro a falar sobre as suas aventuras. Na segunda parte, o narrador relata a sua experiência na fazenda durante o frio da madrugada e destaca os sons típicos do amanhecer no campo. Relata igualmente os momentos vividos ao lado do vaqueiro na sua faina matinal com o gado. Na terceira parte, além de descrever poeticamente a beleza do pantanal, o narrador conta vários factos vividos juntamente com o vaqueiro, na sua longa cavalgada pelos pastos, para observar de perto a sua lida rotineira. Só em 1952 é que Rosa publicou, num pequeno livro em edição privada, o conto *Com o vaqueiro Mariano*. O texto viria a ser incluído em *Estas estórias*, livro publicado postumamente por José Olympio, sob o título *Entremeio: com o vaqueiro Mariano*.

Em 1948, o escritor foi novamente a Bogotá como Secretário-Geral da delegação brasileira na IX Conferência Inter-Americana e em 1948 foi colocado na embaixada do Brasil em Paris, primeiramente como 1º Secretário, e seguidamente como Conselheiro.

Getúlio acabou por aceitar voltar à vida política, lançando a sua candidatura para as eleições presidenciais de 1950 com o apoio do PTB. No lançamento da campanha, no

estado do Piauí, declarou: "*Recebi de vós, como de tantos outros pontos distantes do país, apelos para lançar-me nesta campanha que mobiliza o povo brasileiro na defesa dos direitos à liberdade e a vida!*"

(in <http://revistaibc.blogspot.pt/2015/05/getulio-vargas-parte-2.html>).

No discurso que pronunciou pela rádio, em 16 de junho, em São Borja, dirigido à convenção do PTB, o partido político que o lançava candidato à presidência, destacou sua principal virtude, a conciliação: "*Se vencer, governarei sem ódios, prevenções ou reservas, sentimentos que nunca influíram nas minhas decisões, promovendo sinceramente a conciliação entre os nossos compatriotas e estimulando a cooperação entre todas as forças da opinião pública*".

(in <http://revistaibc.blogspot.pt/2015/05/getulio-vargas-parte-2.html>).

A campanha eleitoral coordenada pelo PTB assentou na personalidade de Getúlio, dada a sua popularidade, e o *slogan* que foi lançado logo nos meses anteriores à campanha eleitoral não deixava de evocar o seu passado político: "*Ele voltará!*" Getúlio foi eleito presidente da república, como candidato do PTB, em 3 de outubro de 1950, derrotando a UDN, que tinha como candidato novamente Eduardo Gomes, e o Partido Social Democrático, que tinha como candidato, o mineiro Cristiano Machado. Muitos membros do PSD abandonaram o candidato Cristiano Machado e apoiaram Getúlio. Fundamental para sua eleição foi o apoio do governador de São Paulo, Ademar Pereira de Barros, que tinha sido nomeado por Getúlio, durante o Estado Novo, em 1938, interventor federal em São Paulo. Em 1941 Ademar tinha sido exonerado por Getúlio do cargo de interventor. Assim a aliança com Ademar foi mais um ato de reconciliação praticado por Getúlio.

Ademar transferiu para Getúlio Vargas um milhão de votos paulistas, mais de 25% da votação total de Getúlio. Ademar esperava que, em troca desse apoio em 1950, Getúlio o apoiasse nas eleições de 1955 para a presidência da república. O resultado final deu a Getúlio perto de 50% dos votos, enquanto o brigadeiro Eduardo Gomes ficaria aquém dos 30% e Cristiano Machado não chegaria aos 10%. Há vários testemunhos que indicam ter sido mais uma vez Dutra que desempenhou um papel essencial, pois teria dissuadido alguns elementos das Forças Armadas que queriam impedir a posse de Getúlio através duma conspiração militar, usando como pretexto o facto de Getúlio não ter alcançado

mais de 50% dos votos. O pretexto era absurdo, não tinha qualquer base legal e espelhava apenas a desconfiança dos setores militares mais conservadores perante a popularidade e o populismo de Getúlio.

Getúlio, depois de assumir o cargo, deu seguimento a vários grandes projetos com impacto económico, financeiro e social que tinham sido iniciados no Estado Novo e foram prosseguidos durante o governo de Dutra: em 1952 foram criados o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico (BNDE, mais tarde BNDES), o Banco do Nordeste e o Instituto Brasileiro do Café (IBC). No ano de 1953, foi criada a PETROBRAS e consagrado na lei o monopólio estatal da produção e exploração do petróleo; no mesmo ano, foi promulgada a lei sobre liberdade de imprensa, que vigorou até 1967, e foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que introduziu o câmbio múltiplo e os leilões cambiais. Em 1964 foi criado o seguro agrário através duma lei que vigora até hoje.

Getúlio tomou posse na presidência da República, em 31 de janeiro de 1951, no Palácio do Catete, sucedendo a Eurico Gaspar Dutra, para cumprir um mandato de cinco anos. Nomeou para o seu governo vários antigos aliados do tempo da Revolução de 1930, com os quais se reconciliou: Góis Monteiro (Estado Maior das Forças Armadas), Osvaldo Aranha, na Fazenda, João Neves da Fontoura e depois Vicente Rao, ambos nas Relações Exteriores, e José Américo de Almeida, que se tornou ministro da Viação e Obras Públicas. A partir de 1953 entrou para o governo o político mineiro Tancredo Neves, na pasta da Justiça e Negócios Interiores. Tancredo foi o intermediário na reconciliação de Getúlio com o poderoso ex-governador de Minas Gerais Benedito Valadares e, mais tarde, viria a ser primeiro-ministro durante um breve período parlamentarista pouco tempo antes do golpe militar de 1964 e, muitos anos mais tarde, em 1984, iria desempenhar um papel central na campanha das *Diretas já* que pôs fim à ditadura militar.

Em 1951, Guimarães Rosa foi promovido a Ministro de Segunda Classe e foi nomeado novamente Chefe de Gabinete de João Neves da Fontoura, que voltou a ser ministro das Relações Exteriores, desta vez no governo de Getúlio. Em 1953, quando Neves da Fontoura saiu do ministério, novamente incompatibilizado com Getúlio, Guimarães Rosa

tornou-se Chefe da Divisão de Orçamento e em 1958, já na presidência de Kubitschek, foi promovido a Ministro de Primeira Classe (categoria correspondente a Embaixador).

Guimarães Rosa tinha regressado ao Brasil em 1951 e no ano seguinte tinha feito uma viagem com Manuel Narde, que era capataz das boiadas do fazendeiro Chico Moreira, primo do escritor. Durante dez dias, o escritor acompanhou uma boiada numa transumância de 240 km. Durante a viagem, Manuelzão ajudou Guimarães Rosa servindo-lhe de guia pelo sertão adentro, com o escritor a anotar permanentemente factos e histórias, que terão servido de base para os dois grandes livros que Rosa publicou quatro anos mais tarde, *Grande Sertão: veredas* e *Corpo de Baile*. Manuel Narde viria mais tarde a tornar-se uma figura popular por ter servido de inspiração para a personagem Manuelzão da novela *Uma estória de amor*, incluída na obra *Corpo de Baile*.

Manuelzão, que tinha nascido na Zona da Mata Mineira, ficou órfão de pai quando era criança e fugiu de casa ainda adolescente. O seu primeiro emprego foi como cozinheiro de tropeiros, o que lhe proporcionou um largo conhecimento do sertão mineiro. Era um vaqueiro famoso pela sua simplicidade, pela sua sabedoria e pelo respeito que tinha pela natureza. Manuel tornou-se uma figura conhecida no interior de Minas Gerais mesmo depois de aposentado da profissão de vaqueiro, nunca se furtando a colaborar em homenagens ao escritor. Em 1997, ano em que morreu, apadrinhou o Projeto Manuelzão, um projeto inicialmente idealizado por professores da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, que visa a revitalização da bacia do rio das Velhas, o maior afluente do rio São Francisco, englobando parcerias com 51 municípios e com o governo do estado de Minas Gerais.

Segundo depoimento do próprio Manuelzão, durante os dias que passava no sertão, Guimarães Rosa pedia informações sobre tudo e tudo anotava: "*ele perguntava mais que padre*", tendo consumido "*mais de 50 cadernos de espiral, daqueles grandes*", com anotações sobre a flora, a fauna e a gente sertaneja usos, costumes, crenças, linguagem, superstições, versos, anedotas, canções, casos, estórias...

No mesmo ano de 1952, Guimarães Rosa participou, vestido de vaqueiro e montado a cavalo, numa boiada festiva organizada pela revista *O Cruzeiro* de Assis Chateaubriand para homenagear o presidente Getúlio em visita ao interior do Estado da Bahia. Em 1953 foi nomeado Chefe da Divisão do Orçamento do Ministério das Relações Exteriores.

O regresso de Getúlio ao poder pela via democrática não foi pacífico, com uma forte contestação liderada por Carlos Lacerda, que já tinha coordenado a oposição à sua campanha presidencial em 1950 e era deputado federal e proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*. Lacerda aliou-se aos militares intervencionistas e aos partidos oposicionistas (principalmente a UDN) num esforço conjunto para derrubar o presidente Vargas através de acusações de corrupção que publicava no seu jornal. A animosidade de Lacerda contra Getúlio só tinha paralelo no seu anti-comunismo virulento, tanto mais que os comunistas tinham apoiado no pós-guerra o regresso de Getúlio ao poder. Lacerda tinha sido comunista na juventude, tinha dois tios que foram dirigentes do PCB e o seu pai também era um socialista próximo dos comunistas, tendo inclusive ido à Argentina em 1930 para tentar convencer Prestes a apoiar a Revolução.

Em fevereiro de 1954 o governo decretou um reajustamento salarial de 100%, que deu origem a um protesto público por parte de quadros militares, sob a forma de um *Manifesto dos Coronéis*, assinado por 79 militares que, na sua grande maioria eram ex-tenentes de 1930. Este Manifesto dos Coronéis significou uma redução do apoio ao governo Getúlio, na área militar, e provocou a demissão do ministro do Trabalho, João Goulart, que era conterrâneo e discípulo de Getúlio. O ministro Goulart, entretanto, em 1954, começou a ser alvo duma investigação para apurar o financiamento ilegal da campanha presidencial de Getúlio Vargas de 1950. A acusação era de que a campanha teria beneficiado de dinheiro vindo da Argentina, à época governada pelo General Juan Domingo Perón. O interlocutor das negociações com Perón, segundo documentos publicados nos jornais da época, seria João Goulart, homem da confiança de Getúlio. A interferência de Perón na política brasileira já tinha sido objeto de denúncia pelo Ministro das Relações Exteriores de Vargas, João Neves da Fontoura, em 1953, o que dera origem a uma remodelação governamental. A acusação de financiamento argentino das candidaturas pelo PTB de Vargas à presidência e de Goulart a deputado federal referia-se à exportação de "toras de pinho" brasileiras. Perón tinha criado uma série de empresas estatais em 1947 que

detinham o monopólio de quase toda a atividade económica na Argentina. Uma dessas empresas, a CIFEN (Comercial, Inmobiliaria y Financiera E. N.), era responsável pelo comércio de madeira. Perón teria ordenado que se pagasse um preço sobrevalorizado pelo pinho proveniente do Brasil e que se pagasse comissões de corretagem a uma empresa de que João Goulart era sócio, a Vale do Uruguai Ltda, com sede em São Borja, cidade natal de Goulart e de Getúlio.

No dia 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda foi vítima de um atentado à porta do prédio onde residia, mas apenas foi ferido num pé. Porém, o major da aeronáutica **Rubens Vaz**, membro de um grupo de jovens oficiais que se tinham oferecido para garantir a segurança de Lacerda face às muitas ameaças que vinha sofrendo, morreu no atentado, o que desencadeou uma sucessão de factos que culminaram no suicídio de Getúlio. Lacerda, logo no próprio dia do atentado, acusou Getúlio e os seus colaboradores mais próximos de terem organizado o atentado.

A pressão mediática e a comoção pública com a morte do major Rubens Vaz obrigaram o governo a instaurar um Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar o atentado. O IPM foi dirigido pela Aeronáutica e por militares ligados a Lacerda e levou à prisão dos autores do crime, que confessaram o envolvimento do chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato, e do irmão do presidente, Benjamim Vargas. As pressões dos militares para que Getúlio se demitisse foram também assumidas por Café Filho, o vice-presidente que seria o sucessor em caso de renúncia do presidente. Getúlio não aceitou demitir-se, declarou que se defenderia de armas na mão se o tentassem depor pela força e na madrugada de 24 de Agosto, um ano e meio antes do fim do seu mandato, suicidou-se, deixando uma carta-testamento pungente (ver Anexo 1), de que existem duas versões, uma manuscrita e outra datilografada. A primeira teria sido escrita por Getúlio, a segunda teria sido redigida por um dos seus colaboradores encarregado de lhe escrever os discursos e assinada por Getúlio. Foi esta última que foi lida aos microfones da rádio. Nunca foram desfeitas as dúvidas acerca da autenticidade destes dois documentos, mas contribuíram certamente para o ambiente de grande comoção pública que deu origem a manifestações e ataques a empresas estrangeiras e a órgãos de imprensa anti-getulistas. Estima-se que mais de um milhão de pessoas terá participado no velório organizado no

palácio presidencial, antes da trasladação do corpo para São Borja, onde se realizou o funeral.

O Vice-Presidente da República, Café Filho, assumiu o cargo de Presidente da República em virtude do falecimento do titular, mas adoeceu em novembro de 1955, sendo substituído pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Coimbra da Luz, que por sua vez foi deposto três dias depois, sucedendo-lhe Nereu de Oliveira Ramos. Seguiu-se a eleição presidencial de outubro de 1955, na qual participaram como principais candidatos Juscelino Kubitschek de Oliveira, pelo PSD e PTB, coligados com uma série de partidos mais pequenos, o general Juarez Tavora, apoiado por uma coligação da União Democrática Nacional (UDN) com três pequenos partidos, Ademar de Barros, o histórico governador de São Paulo, apoiado pelo Partido Social Progressista, e o velho integralista Plínio Salgado, pelo Partido de Representação Popular que ele próprio havia fundado ainda no exílio em 1945. Juscelino, membro do PTB, concorreu conjuntamente com João Goulart como candidato a vice-presidente. Goulart, popularmente conhecido como Jango, era dirigente do PTB e tinha sido ministro do Trabalho de Getúlio, tendo sido obrigado a demitir-se por pressão dos militares.

4.2 – A presidência de Juscelino Kubitschek

A carreira política de Juscelino Kubitschek de Oliveira tinha-se iniciado a seguir à Revolução Constitucionalista de 1932, na qual participou enquanto médico militar da Força Pública de Minas Gerais, que apoiou os rebeldes paulistas. Após a derrota dos insurretos, tornou-se amigo do político Benedito Valadares que, ao ser nomeado em 1933 interventor federal de Minas Gerais, chamou Kubitschek para seu chefe de gabinete. Em 1934, foi eleito deputado federal, mas o seu mandato foi cassado com o advento do golpe do Estado Novo em 1937. Com a perda do mandato, retomou a prática da medicina. Em 1940, foi nomeado prefeito de Belo Horizonte por Valadares, permanecendo neste cargo até outubro de 1945. Ficou conhecido como "prefeito furacão" pelas grandes mudanças que realizou na cidade: ordenou a construção de grandes avenidas a fim de facilitar o acesso ao centro da cidade, criou vários bairros, canalizou

vários ribeiros com vista a assegurar o saneamento básico, construiu pontes e realizou terraplanagens a fim de integrar o centro da cidade com os vários núcleos populacionais da zona suburbana, e desenvolveu a rede subterrânea de luz e telefone. A obra emblemática deste período é a construção da Pampulha, um novo bairro com zonas de lazer feito de raiz, que foi projetado por Oscar Niemeyer para promover o turismo na capital de Minas Gerais: em torno dum grande lago artificial foram construídos o Iate Clube, o Casino, que foi transformado em museu em 1957, um restaurante-esplanada (Casa do Baile) e uma pequena Igreja. Note-se que Belo Horizonte era uma cidade que simbolizava a inovação, já que foi das primeiras cidades brasileiras planeadas. A sua construção tinha decorrido de 1893 a 1897, ano em que foi inaugurada como um símbolo da modernidade e sob influência dos ideais positivistas.

Em 1950, venceu as eleições para governador de Minas Gerais, cargo de que tomou posse em 31 de janeiro de 1951. Nos quatro anos que desempenhou este cargo, continuou a sua política de promoção do desenvolvimento económico, dando prioridade à rede viária e à industrialização. Criou também a Companhia Energética de Minas Gerais, e fez construir cinco centrais hidroelétricas.

Em finais de 1954, Kubitschek lançou a sua candidatura às eleições para Presidente da República, que se realizaram em 3 de outubro de 1955. Kubitschek venceu as eleições, mas foi dos presidentes eleitos no pós-guerra aquele que obteve o pior resultado eleitoral: pouco mais de 35% dos votos, contra os cerca de 30% obtidos por Juarez Távora e cerca de 25% por Ademar de Barros. Plínio Salgado obteve pouco mais de 8%.

O período que decorreu entre o ato eleitoral e 31 de janeiro de 1956, data da tomada de posse do vencedor das eleições, foi muito incerto, pois os sucessivos presidentes interinos tinham pouco poder e abundavam os rumores sobre um possível golpe militar para impedir a posse de Kubitschek, acusado por alguns setores militares de ter o apoio dos comunistas. Mais uma vez, os setores mais conservadores das Forças Armadas invocavam o pretexto de o presidente eleito ter obtido “apenas” 35% dos votos. Foi necessário um contragolpe liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra, para garantir a tomada de posse do vencedor das eleições. O general Lott

protagonizou assim em novembro de 1955 um dos poucos golpes militares cujo objetivo consistiu em assegurar a legalidade e impedir que outros militares a subvertissem.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) caracterizou-se por um notável desenvolvimento económico e um grande dinamismo cultural, que contribuíram para consensos políticos em torno de grandes objetivos nacionais, nomeadamente a construção de estradas e de centrais elétricas, e sobretudo a construção de Brasília, o velho sonho nacional de deslocalizar a capital para o interior do país. Kubitschek tinha conduzido a sua campanha eleitoral com base num ideal de superação do subdesenvolvimento brasileiro, ilustrado pelo *slogan* “50 anos em 5 anos de mandato”. Para promover o desenvolvimento elaborou um Plano de Metas em consonância com as tendências económicas próximas da social-democracia que começavam nesses anos a ser dominantes nas Faculdades de Economia, defendendo a necessidade de recorrer ao planeamento económico para contrariar os efeitos nocivos do capitalismo, nomeadamente em matéria de desigualdades entre classes, entre regiões e entre países. O êxito do programa de Franklin Delano Roosevelt nos Estados Unidos na década de 1930 e a doutrinação do economista britânico John Maynard Keynes contribuíram grandemente para que no pós-guerra se popularizasse entre académicos e políticos um modelo de desenvolvimento social-democrático, com o crescimento do Estado-Providência num contexto de grande aumento da população (o chamado *baby boom*).

No Brasil, Kubitschek foi o primeiro presidente eleito a seguir uma política económica marcadamente keynesiana, tendo contado com a colaboração do economista brasileiro Celso Furtado, especialista de teoria do desenvolvimento económico. Depois de ter estudado Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro e de ter participado na Força Expedicionária Brasileira em Itália, Furtado foi para Paris em 1946 fazer um doutoramento em Economia na Sorbonne, tendo-se doutorado em 1948 com uma tese sobre a economia brasileira no período colonial. Regressou ao Brasil, trabalhando no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938 com o objetivo de melhorar a qualificação dos funcionários, e na Fundação Getúlio Vargas, criada em 1944 com fins idênticos, mas dando prioridade às ciências sociais e económicas.

Em 1949 mudou-se para Santiago do Chile, onde trabalhou na recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas. Sob a direção do economista argentino Raúl Prebisch, a CEPAL tornar-se-ia um importante centro de debates sobre os aspectos teóricos e históricos do desenvolvimento.

Quando regressou ao Brasil, na década de 1950, Furtado dirigiu o Grupo Misto CEPAL-BNDES, que elaborou um estudo sobre a economia brasileira que serviria de base para o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Em 1953 tornou-se diretor do BNDE, e no final da década, em Cambridge, onde era Professor convidado no King's College, escreveu *Formação Econômica do Brasil*, que se tornou uma obra clássica da historiografia econômica brasileira.

Em 1959 regressou ao Brasil e criou, a pedido do presidente Juscelino Kubitschek, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), uma organização especificamente dedicada à promoção e coordenação do desenvolvimento do Nordeste brasileiro. A sua zona de intervenção abarcava os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía e parte de Minas Gerais. Uma das causas imediata da criação do órgão foi a seca de 1958, que aumentou o desemprego rural e o êxodo da população. Igualmente relevante foram as abundantes denúncias que revelavam vários escândalos da "indústria das secas": corrupção na administração pública na atribuição de subsídios do governo federal, existência de trabalhadores fantasmas só para fins estatísticos, construção de açudes nas fazendas dos "coronéis". Constatava-se que a oligarquia agrária nordestina tinha capturado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado em 1945, da mesma forma como anteriormente tinham dominado a Inspetoria de Obras Contra as Secas, criada em 1909. Havia a clara percepção de que, concomitantemente com o processo de industrialização, estava a crescer a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil, e, conseqüentemente, justificava-se uma intervenção federal direta na região, com planeamento, para fazer chegar as ajudas aos verdadeiramente mais necessitados.

Em 1962, no governo João Goulart, foi nomeado Ministro do Planeamento do Brasil, um novo ministério criado de raiz, que elaborou o Plano Trienal de Desenvolvimento Económico e Social. Tentou estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controlo do défice público e da inflação, que resultaram da grande atividade de obras públicas da presidência Kubitschek, nomeadamente a construção de Brasília, que concretizou um objetivo antigo do país e foi um grande projeto nacional que ficou como marca da política desenvolvimentista do presidente Kubitschek.

Brasília era, de facto, um velho projeto do Brasil. Foi em 1823, durante a primeira Constituinte no Império Brasileiro, que José Bonifácio de Andrada e Silva defendeu pela primeira vez a mudança da capital para uma região mais central do país, mostrando as vantagens de se construir a capital numa das vertentes do Rio São Francisco. Foi também José Bonifácio o primeiro a sugerir o nome de Brasília para designar a cidade a criar. Porém, foi só a partir de 1839 que foi iniciada a reflexão sobre a construção duma cidade no cerrado do planalto central, nas proximidades do rio São Francisco. O historiador Francisco Adolfo Varnhagen, em 1852, defendeu a ideia em vários artigos intitulados "A Questão da Capital Marítima ou no Interior" e quinze anos mais tarde foi também Varnhagen quem fez as primeiras viagens de reconhecimento para definir a localização mais apropriada. A Constituição da República de 1891, no seu artigo 3º, estabelecia o seguinte: *Fica pertencente à União, no Planalto Central, uma zona de 14 000 km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.* Foi Floriano Peixoto, segundo Presidente da República, quem deu continuidade ao que tinha sido determinado pelo texto da Constituição, criando, em 1892, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, que delimitou uma área retangular na localização que já tinha sido definida por Varnhagen em 1877. Esta comissão, liderada pelo astrónomo Luís Cruls, fez o levantamento da região do Planalto Central, sobretudo em termo de topografia, clima, geologia, flora, fauna e recursos materiais. A área delimitada passou a ser conhecida como Quadrilátero Cruls e foi apresentada em 1894 ao governo republicano, não com a designação de Brasília, mas sim com o nome de "Vera Cruz".

Em 1922, no ano do Centenário da Independência do Brasil, o deputado Americano do Brasil apresentou um projeto que incluía o lançamento da primeira pedra da futura capital,

no Planalto Central, nas comemorações do Centenário. O presidente Eptácio Pessoa aprovou o assentamento da primeira pedra e a cerimônia realizou-se no dia 7 de setembro, data da independência, perante uma caravana composta por quarenta pessoas, no Morro do Centenário, na Serra da Independência, situada a nove quilômetros de Planaltina.

A questão da nova capital federal ficou quase esquecida até à década de 1950, embora durante a Era Vargas tenha havido um grande projeto político para povoar o Centro-Oeste do Brasil, a “Marcha para o Oeste” iniciada em 1938, que está na origem da fundação de Goiânia, a nova capital do estado de Goiás. Em 1954, o presidente Café Filho convidou o marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque para ser presidente da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, encarregada de examinar as condições gerais de instalação da cidade a ser construída. Em seguida, Café Filho homologou a escolha do sítio da nova capital e delimitou a área do futuro Distrito Federal, ficando assim determinada a localização exata onde hoje se ergue Brasília. O marechal José Pessoa continuou a designar a nova cidade a construir como Vera Cruz. Por discordâncias com o presidente Juscelino Kubitschek, o marechal José Pessoa veio a abandonar a presidência da comissão em 1956, tendo sido substituído pelo coronel Ernesto Silva. Já no ano de 1955, durante um comício na campanha eleitoral, o candidato à presidência Juscelino Kubitschek tinha afirmado que transferiria a capital para o planalto central, recuperando a designação inicial de Brasília, e, depois de eleito, estabeleceu a construção de Brasília como “meta-síntese” de seu “Plano de Metas”. Em quatro anos o sonho com mais de 135 anos foi concretizado.

Guimarães Rosa, mineiro e homem do interior, não poderia deixar de se interessar pelo projeto de Brasília. Em 1958, no começo de junho, Guimarães Rosa fez uma viagem à cidade em construção, e escreveu o seguinte aos seus pais: “Em começo de junho estive em Brasília, pela segunda vez lá passei uns dias. O clima da nova capital é simplesmente delicioso, tanto no inverno quanto no verão. E os trabalhos de construção se adiantam num ritmo e entusiasmo inacreditáveis: parece coisa de russos ou de norte-americanos” (...) “Mas eu acordava cada manhã para assistir ao nascer do sol e ver um enorme tucano colorido, belíssimo, que vinha, pelo relógio, às 6 hs 15’, comer frutinhas, na copa da alta árvore pegada à casa, uma tucaneira’, como por lá dizem. As chegadas e saídas desse

tucano foram uma das cenas mais bonitas e inesquecíveis de minha vida.” No livro de contos *Primeiras Estórias* há dois contos relacionados um com o outro (o primeiro e o último, respectivamente “As Margens da Alegria e “Os Cimos”) que tratam da cidade de Brasília em construção, sem nunca a nomear: “Na primeira estória (“As margens da alegria”) como na última (“Os cimos”), uma Brasília não nomeada se constrói “derrubadora”, devassando e devastando, com o poder do “mundo maquinal”, a biodiversidade do cerrado, pontuada e mimetizada desde sempre pela própria exuberância poética da escritura rosiana. Numa obra que se eximira rigorosamente até então de qualquer aproximação explícita à cena urbana, a grande cidade planejada que inclui lago artificial e aeroporto, “a mais levantada no mundo”, emerge sem transição como cenário virtual aos olhos do Menino, visão mirífica no lugar onde o sertão se destrói e se transforma –miragem do Brasil moderno e Brasil moderno como miragem” (OLIVEIRA, *A Hipertextualidade...*, p. 3).

A atuação de Kubitschek na área do desenvolvimento não deixa de constituir um seguimento dos ideais dos anos 30, na medida em que implicava romper com o modelo agrário-exportador e com a oligarquia latifundiária, tal como pretendiam muitos dos inimigos da República Velha, nomeadamente os tenentes nacionalistas. Essa ideia de superação da dependência do Brasil perante os mercados internacionais constitui uma continuidade de todos os governos desde 1930 e, por esse motivo, o modelo de promoção do desenvolvimento através da ação política federal é frequentemente designado por nacional-desenvolvimentismo. Contudo, tal como acontecera ao longo dos anos 30 e 40, o Brasil não dispunha de meios de capital para promover o desenvolvimento sem recorrer ao capital estrangeiro. Já vimos como na época de Getúlio o país foi resvalando para uma crescente dependência em relação aos Estados Unidos, sobretudo nos investimentos pesados com grande necessidade de capital e na modernização das forças armadas. Este recurso ao investimento externo tinha o apoio dos setores liberais e conservadores, mas era muito criticado pelas esquerdas, que se opunham à entrada do capital estrangeiro na economia brasileira. Note-se que, na política externa, Kubitschek foi um aliado fiel dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e, nesse contexto, manteve boas relações com o regime português dirigido por Salazar (ver RAMPINELLI).

A Constituição de 1946 tinha retomado a prática da República Velha de não permitir a reeleição do presidente cessante e, conseqüentemente, Kubitschek limitou-se a apoiar a candidatura do marechal Henrique Lott, seu ministro da Guerra, que havia garantido a sua posse em 1955. Note-se que Kubitschek cumpriu um mandato completo, algo que não acontecia com um presidente eleito no Brasil desde Artur Bernardes, entre 1922 e 1926.

Foi no início do mandato presidencial do seu amigo Kubitschek que Guimarães Rosa reapareceu no mercado editorial. Em 1956, no mês de janeiro, publicou *Corpo de Baile*, um conjunto polifônico de sete novelas em dois volumes, cuja ação decorre sempre em várias zonas dum sertão semi-inventado. A primeira novela, *Campo Geral*, é uma obra-prima sobre a infância. A personagem principal, *Miguelim*, é uma criança atenta, inteligente e sensível que, depois de muitas peripécias no local recôndito em que vive (chamado Mutum), assiste à descoberta da sua miopia por parte dum médico amigo da família. As semelhanças com a descoberta da miopia na infância de João Guimarães Rosa são flagrantes. Esta novela deu origem em 1995 ao Grupo de Contadores de Estórias *Miguilim*, que se destina a narrar oralmente contos de Guimarães Rosa. O grupo foi fundado por Calina Guimarães, prima de Guimarães Rosa, com o objetivo de facilitar a leitura das obras do escritor, e está sediado em Cordisburgo. *Miguilim* reaparece como o adulto Miguel na última das sete novelas, *Buriti*. Outra das sete novelas, *O recado do morro*, é uma espécie de alegoria da formação do Brasil na sua marcha para o interior: a narrativa descreve uma viagem de ida e volta pelo sertão, que parte duma região central de Minas Gerais em direção ao norte até o Rio São Francisco. Os caminhantes são um naturalista estrangeiro (*Seo Alquiste*), um religioso e um letrado, acompanhados por dois guias, homens do interior mineiro conhecedores da região e do sertão. Não se pode deixar de pensar nos desbravadores de Minas Gerais, nomeadamente no padre João de Santo António, que foi o fundador de Cordisburgo, e em Peter Lund, o naturalista dinamarquês que estudou a Gruta do Maquiné. O próprio Guimarães Rosa desmembrou *Corpo de Baile*, originalmente um conjunto de sete novelas em dois volumes, com dois índices. Na edição de 1965 separou as sete novelas em três volumes, inventando novos títulos: *Manuelzão e Miguilim*, o primeiro volume, junta as novelas *Campo Geral* e *Uma história de amor*; o segundo volume, intitulado *No Urubuquaquá, no Pinhém*, contém as novelas *O recado do morro*, *Cara-de-bronze* e *A história de Lélío e Lina.*; no terceiro, *Noites do Sertão*, figuram as novelas *Dão-Lalalão (o devente)* e *Buriti*.

Em maio do mesmo ano é publicado o único romance de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, que causou grande impacto na cena literária brasileira. O livro foi traduzido mais tarde para diversas línguas e o seu sucesso deveu-se, sobretudo, às inovações formais, que dividiram tanto a crítica como o público. Houve louvores apaixonados e ataques ferozes. Otto Lara Resende escreveu sobre como Guimarães Rosa teria escrito o livro: “*Grande sertão: veredas*, a crer na conversa do próprio autor era para ser apenas um conto – e não dos mais longos. Numa sexta-feira, quando ainda trabalhava se não me engano nas histórias de *Corpo de Baile*, Rosa pôs-se a escrever o tal pequeno conto. Tinha a narrativa elaborada, era só “copiá-la”. Seria mais um *biscoito*, a sair prontinho de seu forno doméstico. Começou a escrever e não parou mais. Entrou num delírio que prosseguiu pela noite adentro, até o sábado. Só parou obrigado pelo cansaço ou pela necessidade. Escreveu todo o sábado. Entrou pela noite de sábado para domingo. Trabalhou o domingo inteiro. Até segunda-feira, quando tinha delineado o romance fluvial, a sua *pirâmide*. As duas palavras, *biscoito* e *pirâmide*, estão associadas a um dito que ele costumava passar aos amigos: “Não faça biscoitos, faça pirâmides”. Com isto, desaconselhava o trabalho dispersivo dos jornais, a crônica, ou mesmo o pequeno conto. Sustentava que o escritor deve concentrar-se, condensar-se, viver monacalmente para a sua obra, preparar-se longamente para ela e pôr-se a trabalhar sem hesitação ou fadiga. *Grande Sertão: Veredas* exauriu-o fisicamente. O “delírio” criador continuou durante dias seguidos, até à conclusão do romance” (RESENDE, p. 202).

Grande Sertão: veredas tornou-se um sucesso comercial e recebeu vários prêmios literários: Grande Prêmio de Romance “Machado de Assis” da Companhia Editora Nacional, prêmio Carmen Dolores Barbosa, do Estado de São Paulo, e prêmio Paula Brito, do Município do Rio de Janeiro. A publicação destas duas obras volumosas e difíceis consagrou Guimarães Rosa como um escritor singular no panorama da literatura moderna, tornando-se um “caso” nacional. A partir de 1961 começaram a surgir no estrangeiro as primeiras traduções dos seus livros, que muito contribuíram para a sua fama internacional.

Ainda que não tenha publicado nada até 1962, não parou de crescer o interesse da crítica e do público pela sua obra. Em 1961, foi-lhe atribuído, por unanimidade, o Prémio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto da obra. No mesmo ano, *Sagarana* é publicado em Portugal, numa edição dos Livros do Brasil com prefácio e glossário de Alberto da Costa e Silva. Em França foi publicada a primeira tradução duma obra rosiana, uma parte de *Corpo de Baile*, sob o título de *Buriti*. Entretanto, de finais de 1960 até abril de 1961 tinham sido publicados vários contos na página literária do jornal *O Globo*, que iriam dar origem a *Primeiras Estórias*, livro de contos lançado em 1962. O livro, que reúne 21 contos, é uma cuidada edição de José Olympio, elaborada com grande participação do autor, nomeadamente nos desenhos da capa e no índice ilustrado, com autoria do ilustrador Poty. Os 21 contos têm uma ordenação específica, na qual os 10 primeiros se situam em *Espelho* (título do 11º) dos 10 últimos. Esta ordenação está revelada no índice ilustrado. 10 dos 21 contos já tinham sido publicados no jornal *O Globo*, mas esta 1ª edição de 1962 é uma obra distinta, retrabalhada pelo autor com intenção clara de a distinguir duma mera justaposição de contos anteriormente publicados. Infelizmente, as edições posteriores ignoraram os aspetos gráficos inovadores desta edição, desrespeitando as intenções do autor.

Em janeiro de 1962, Guimarães Rosa assumiu a chefia do Serviço de Demarcação de Fronteiras, cargo que exerceria com especial empenho, tendo tomado parte ativa em vários casos de negociação internacional como os do Pico da Neblina (1965) e das Sete Quedas (1966). Em 1969 foi dado o seu nome ao pico culminante (2.150 m) da Cordilheira Curupira, situado na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. O nome de Guimarães Rosa foi sugerido pelo ministro Mário Gibson Barbosa, como um reconhecimento do Itamaraty àquele que, durante vários anos, tinha sido o chefe do Serviço de Demarcação de Fronteiras da Chancelaria Brasileira.

O mandato de Kubitschek, embora considerado muito positivo por muitos brasileiros, não deixou de suscitar muitas críticas, nomeadamente devido ao aumento da dívida externa e a acusações de fraudes consideráveis em benefício das empresas envolvidas na construção de Brasília. Um dos grandes críticos da política de Kubitschek foi o governador de São Paulo, Jânio Quadros, que se candidatou à presidência com o apoio

duma parte da imprensa e da UDN, lançando-se numa vigorosa campanha populista contra a corrupção.

Jânio Quadros, um homem desajeitado, vesgo e errático nas suas opiniões, foi um dos políticos mais populares da Quarta República. Não era rico, não tinha ligações aos grupos económicos, não fazia parte de nenhum clã, não tinha padrinhos, não era dono de jornais, não tinha ligações com os Estados Unidos nem com a União Soviética, tentando mostrar-se equidistante das duas grandes potências da Guerra Fria. Percorreu uma carreira política inteira em menos de quinze anos, um feito que não tem paralelo na história do Brasil. Em São Paulo, foi sucessivamente vereador, deputado, prefeito da capital e governador do estado, cargo que exerceu entre 1955 e 1959. Foi nesse ano que candidatou à presidência da República. Tinha um estilo político exibicionista, dramático e demagógico. Começou num partido de direita e acabou acusado de simpatias pelos comunistas. Conquistou grande parte do eleitorado com promessas de combate à corrupção e criou uma expressão que viria a ser usada em todas as suas campanhas: *varrer* toda a sujeira da administração pública. Por isso o seu símbolo de campanha era a vassourinha, como se pode ler nos primeiros versos do jingle do candidato: *varre, varre, varre, varre vassourinha / varre, varre a bandalheira / que o povo já tá cansado / de sofrer dessa maneira / Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado.*

Mais uma vez, João Goulart era candidato à vice-presidência, desta vez no âmbito da candidatura do general Lott à presidência, ou seja a dupla Lott-Goulart era a candidatura apoiada pelo governo de Kubitschek. As eleições de 1960 resultaram numa derrota do general Lott, tendo sido vencidas pelo candidato oposicionista Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, com o apoio da UDN. No entanto, para a vice-presidência foi eleito Goulart, conhecido como Jango (mais uma originalidade eleitoral brasileira esta contagem separada de votos para presidente e vice-presidente). A equipa vencedora, formada por Jânio e Jango, ficou conhecida como Jan-Jan e teve um mandato conturbado devido ao caráter populista dos dois políticos e às suspeitas dos militares de que seriam próximos dos comunistas. Jânio Quadros só exerceu o cargo durante sete meses, mas o clima de controvérsia foi quase permanente. Um mês antes de se demitir, Jânio atribuiu a

condecoração máxima do Brasil, a Ordem do Cruzeiro do Sul, a Che Guevara, o que muito irritou os setores conservadores e nacionalistas. A demissão de Jânio teria sido causada pela oposição que enfrentava no Congresso, mas também há a versão de que o presidente queria fazer um golpe de estado, esperando que o Congresso não aceitasse a sua demissão e assim proporcionasse o seu regresso à presidência com poderes reforçados.

A Constituição impunha que o vice-presidente assumisse o cargo de presidente em caso de impedimento do titular da função. Jango estava em viagem na China, e o cargo de presidente foi assumido por Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados. Muitos militares eram contra a posse de Jango, pois acreditavam que ele seria uma ameaça devido às suas alegadas ligações com o comunismo. Os membros do governo que eram militares afirmaram publicamente ser contra a posse de Goulart e pressionaram Mazzilli e o Congresso para que impedissem a posse. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango, lançou então uma campanha para assegurar a posse de Jango. Foi aliás pelo Rio Grande do Sul que Goulart reentrou no Brasil, perante a incerteza criada pelos militares em Brasília. Após árduas negociações, os militares deram luz verde à posse de Goulart, mas mediante a adoção duma emenda constitucional que alterava o sistema político presidencialista, tirando poderes ao presidente e instituindo um sistema parlamentarista. Jango aceitou relutantemente esta diminuição dos seus poderes, mediante a promessa de se tratar dum período experimental que culminaria com um plebiscito sobre o regime político. Só assim foi possível travar o golpe militar que se estava a preparar. O executivo passou a ser dirigido por um primeiro-ministro, cargo para o qual o Congresso elegeu Tancredo Neves.

Entretanto, em 1963, realizou-se o plebiscito previsto na emenda constitucional para a escolha entre o parlamentarismo e o presidencialismo. O presidencialismo venceu com quase nove milhões e meio de votos, contra pouco mais de dois milhões para o sistema parlamentarista, e a chefia do governo é devolvida ao presidente João Goulart.

Contudo, a contestação a Goulart era cada vez mais forte, sobretudo em alguns setores insatisfeitos das Forças Armadas, apoiados por vários partidos e líderes políticos da

oposição. Os governadores dos principais estados (Magalhães Pinto em Minas, Ademar de Barros em São Paulo, Carlos Lacerda na Guanabara) conspiravam abertamente com vários dos principais generais das Forças Armadas, nomeadamente Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici, que viriam a ser todos, por essa ordem, presidentes durante a Ditadura Militar. Entre outros destacados conspiradores militares, para além do já citado Olympio Mourão Filho, há que destacar duas velhas glórias militares, o marechal Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes, e o general Amauri Krueel comandante do II Exército estacionado em São Paulo. Os únicos estados importantes em que havia apoio a Goulart eram o Rio Grande do Sul, sob a direção do seu cunhado Leonel Brizola, igualmente natural de São Borja, e Pernambuco, onde o governador Miguel Arraes tentava pôr em prática uma reforma agrária muito contestada pelos proprietários rurais. Mas mesmo nesses dois estados, as forças conspirativas tinham algum apoio nas guarnições militares: “O Dep. Tancredo Neves recorda o encontro com o Presidente a quem pediu notícias dos acontecimentos. Jango respondeu: “Tranquilo, tranquilo mesmo, só tenho o Rio Grande. Com o mais não posso contar”” (SILVA, 1964: *Golpe...*, p. 421).

Os principais políticos civis dispostos a apoiar a hipótese de um golpe militar, nomeadamente os governadores de Minas, São Paulo e Guanabara, eram todos candidatos às eleições presidenciais de 1955. O mesmo se passava com Kubitschek que também foi inicialmente conivente com os golpistas. O golpe inicia-se em 31 de março de 1964 em Minas Gerais por iniciativa do general Olympio Mourão Filho e no dia 2 de abril, de madrugada, a Presidência da República é declarada vaga pelo Congresso Nacional. O presidente João Goulart é deposto e começa assim um longo regime ditatorial que durará mais de vinte anos.

5 - Modernismos e arte brasileira (1920-1960)

5.1 – São Paulo, metrópole modernista

“As forças coletivas que provocaram o movimento revolucionário do modernismo na literatura brasileira, que se iniciou na Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, foram as mesmas que precipitaram, no campo social e político, a Revolução de 1930.” (Getúlio Vargas, *O Governo trabalhista no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1951, p. 828, citado por BAPTISTA e SILVESTRE, p.17)

Esta afirmação de Getúlio, feita no ano em que voltou a assumir a presidência do Brasil, desta vez através de eleições, mostra bem como o modernismo brasileiro está ancorado na história política do Brasil do início do século. Descrevemos no capítulo 2 os factos políticos que levaram à Revolução de 1930, passamos agora a analisar o mundo das artes e a vida cultural do Brasil, com especial ênfase na cidade que se estava a tornar a capital económica do país e também a sua capital cultural.

Os anos posteriores à Grande Guerra foram difíceis na Europa dado que o seu território e a sua população carregavam as marcas do conflito. Obviamente, o fim da guerra trouxe uma era de otimismo em todo mundo, mais ainda nos países americanos, que tinham tido apenas uma participação menor e longínqua na guerra. Eis uma descrição sobre São Paulo dessa época: “Desde os primeiros dias, o ano de 1919 trouxe uma inusitada excitação às ruas de São Paulo. Era alguma coisa além da turbulência instintiva, que o calor um tanto tardio do verão quase tropical da cidade naturalmente incitava nos seus habitantes. De tal modo esse novo estado de disposição coletiva era sensível, que os paulistanos em geral, surpresos consigo mesmos, e os seus porta-vozes informais em particular, os cronistas, se puseram a especular sobre ele. E, logo por toda a parte, se falava da felicidade especial de um novo ano que anunciava o fim dos três flagelos que atingiram a cidade, submetendo-a a aflições terríveis em 1918, os chamados “três Gês”: a gripe (espanhola), a Geada e os Gafanhotos. Outras versões ampliadas denunciavam entre calafrios os “cinco Gês”, acrescentando àqueles também a Guerra (Primeira Guerra Mundial) e as greves (as grandes greves de 1917 e 1918). De fato, parecia-se estar saindo de uma conjuntura

particularmente catastrófica. (...) Com a segurança da paz mundial (...) nada impedia que se nutrissem esperanças de alcançar a harmonia mundial e a paz social. Depois de tantos tormentos, era imperativo que o futuro fosse brilhante.” (SEVCENKO, p. 24).

A euforia do pós-guerra foi especialmente sentida em São Paulo porque a cidade estava a crescer a um ritmo vertiginoso. Para se ter uma ideia sobre o crescimento populacional vertiginoso da cidade de São Paulo, “em 1890, a cidade tinha apenas 65 mil habitantes, mas três décadas depois, em 1920, esse número já chegava a 579 mil – dois terços dessa população era constituída de imigrantes, entre os quais um grande número de italianos. Isso sem considerar cerca de 1,37 milhão de italianos que entraram no Brasil entre 1871 e 1920, muitos deles para trabalhar no cultivo das terras de grandes proprietários.” (*Arte no Brasil, uma história na Pinacoteca de São Paulo*, p. 196). Estes números têm fiabilidade pois o Império tinha começado a fazer censos em 1872. Depois de 1920 o crescimento demográfico prosseguiu: “em 1920, atingindo 578 mil pessoas e praticamente tornou a dobrar em 1934, para alcançar o pico de 1 milhão e 120 mil habitantes. O que equivale a dizer que no período de 62 anos, de 1872 a 1934, São Paulo configurou uma prodigiosa taxa de crescimento populacional da ordem de 5689 %, ou, posto de outra forma, cresceu numa escala de 6,77 % ao ano. Esses números pareciam justificar plenamente o refrão ufanista de que “São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo”. Atraídos por essa fabulosa acumulação de recursos, de oportunidades na indústria e no comércio ou vislumbrando a possibilidade de enriquecimento, multidões de famílias e indivíduos acorreram a São Paulo, vindos de todas as partes do Brasil, dos países latinos e dos quatro cantos do mundo. Vieram como puderam, com ou sem haveres, com ou sem conhecimentos especializados, atraídos pelo eldorado do café...” (SEVCENKO, pp. 108-109).

Em 1922 comemorou-se o primeiro centenário da independência do Brasil. O ponto forte das comemorações foi a Exposição Universal do Rio de Janeiro, que foi de facto a primeira grande festa internacional depois do fim da Grande Guerra. A Exposição foi um enorme sucesso, com mais de três milhões de visitantes a visitarem os faustosos pavilhões montados pelos países participantes: Portugal, por exemplo, montou um Pavilhão Português das Indústrias (a Exposição começou por ser concebida como feira industrial e

só depois ganhou a chancela de Exposição Universal), que no final foi desmontado e reenviado para Lisboa, onde hoje é conhecido como Pavilhão Carlos Lopes.

Um dos grandes êxitos da exposição foi o pavilhão norte-americano, na Praia Vermelha, que proporcionou à empresa norte-americana Westinghouse Electric a possibilidade de demonstrar a montagem e o funcionamento de uma emissora de rádio. A Westinghouse desembarcou no Rio de Janeiro uma estação de rádio completa. O estúdio foi montado no pavilhão norte-americano e o transmissor foi instalado no alto do Corcovado. Foi esta a primeira transmissão radiofónica no Brasil.

As elites de São Paulo também investiram fortemente nas comemorações: “Com a aproximação do primeiro centenário da Independência do Brasil, a ser celebrado em 1922, foi organizado um concurso público para se erigir um monumento comemorativo, centralizando e articulando o conjunto arquitetónico-urbanístico do palácio do Ipiranga, (...). Haveria de ser um monumento em pedra e bronze, destinado a impressionar, a atrair o público para o museu e exprimir, em termos inequívocos, que a Independência foi estabelecida em São Paulo e conduzida por um político paulista, José Bonifácio de Andrada e Silva. Dentro desse clima de entusiasmo localista foi forjada a figura mítica do bandeirante, tema aliás do primeiro livro de Washington Luís, ele próprio, além do mais [prefeito de São Paulo em 1914, governador em 1920, presidente da República em 1926], um historiador.” (SEVCENKO, p. 138)

A Semana de Arte Moderna, que se realizou nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922 no prestigioso Teatro Municipal de São Paulo, também foi encarada pelos seus patrocinadores como um evento do centenário. A Semana foi um acontecimento marcadamente paulista, numa cidade caracterizada nesses anos por um rápido desenvolvimento económico e por uma imigração maciça de europeus (principalmente italianos), mas teve repercussões em todo o Brasil: “O movimento modernista, depois de estrondar dentro e fora do Teatro Municipal de S. Paulo, com o olho em Paris, entrou no Brasil a dentro pelos fundos. O primitivismo foi a porta pela qual os modernistas penetraram no Brasil e a sua carta de naturalização brasileira. A vitória das artes arcaicas históricas e proto-históricas e a dos novos primitivos contemporâneos facilitaram a

descoberta do Brasil pelos modernistas. Foi sob a sua influência que nasceram, logo após a semana, os movimentos do “Pau-brasil” e do “Antropofagismo”. (PEDROSA, p. 135).

Enquanto na capital federal a cena artística estava dominada pela cultura oficial, com os seus Salões anuais e a Escola Nacional de Belas Artes, em São Paulo havia menos influência da cultura oficial e uma grande predominância cultural de alguns colecionadores endinheirados: “Nas quatro décadas de transição entre os séculos XIX e XX (1885 – 1925), paralelamente à expansão acelerada da industrialização, dos fluxos migratórios, e de maciços investimentos em benfeitorias e prédios urbanos, propiciados pela valorização crescente do café, constituiu-se na cidade de São Paulo um embrião avantajado de mercado de arte, dotado das principais características de seus congêneres estrangeiros. A capital paulista passou a abrigar instituições especializadas na formação, treinamento e orientação profissional de artistas, espaços de exibição e comercialização da produção artística local e estrangeira e um grupo destacado de entusiastas colecionadores privados, os mesmos que frequentavam exposições e atuavam como patronos e incentivadores das principais iniciativas institucionais no campo das artes plásticas.” (MICELI, p. 21). Foi também em São Paulo que surgiram as primeiras manifestações de artistas plásticos modernistas: a primeira terá sido protagonizada por Anita Malfatti, cuja primeira exposição no Brasil em 1917 causou escândalo, que foi multiplicado com um violento artigo de Monteiro Lobato em que punha em causa que se pudessem considerar como arte as pinturas de Malfatti. Contra o artigo de Lobato, Oswald de Andrade saiu em defesa de Malfatti, que era uma pintora com uma vasta cultura plástica adquirida em estudos na Alemanha e nos EUA, desde 1910.

Não pode ser menosprezada a relação dos modernistas com a influência italiana na cena artística paulista, sobretudo nas artes plásticas e na música. A cidade de São Paulo reunia naqueles anos a maior parte daquilo que se chamaria hoje indústrias culturais - teatros, jornais, revistas, artes gráficas, design, moda – e muitos dos artesãos dessas áreas eram de origem italiana. O fulgor do movimento modernista na Itália do início do século XX não poderia deixar de ter uma influência marcante na cena artística de São Paulo. Basta ler os nomes dos grandes artistas plásticos dessa época: Anita Malfatti, Cândido Portinari, Di Cavalcanti. Se olharmos para as profissões artísticas (p. ex., instrumentistas, ensaiadores, gráficos, desenhadores, cenógrafos), abundam os nomes italianos. Esta

interação com a imigração é sublinhada por Sergio Miceli: “O fato de a produção artística modernista encontrar-se a tal ponto impregnada por essa conjunção tão variada de experiências imigrantes redundou num o padrão de atividade artística, ou melhor, numa linguagem formal do fazer artístico, radicalmente distinta daquele já reconhecível nas obras de estréia da primeira geração de escritores modernistas. As matérias e assuntos de interesse, os temas de tratamento privilegiado, os desafios de caráter expressivo, tudo que se prende aos ligamentos entre as experiências pessoais, familiares, e os estilos do fazer artístico, têm a ver com esse experimento incontornável da imigração dessas famílias para uma metrópole industrial em acelerada expansão num país periférico, num momento-chave da sua conversão no que viria a se tornar o principal centro económico e cultural da sociedade brasileira, às voltas com os estertores da crise oligárquica que culminaria com a quebra da Bolsa de Nova York e, no plano interno, com a Revolução de 1930” (MICELI, p. 95). Outros artistas plásticos, como Sérgio Milliet ou John Graz, tinham regressado de Genebra em 1920, com ampla informação sobre as vanguardas europeias e as novas correntes nas artes plásticas. Embora os iniciadores das correntes modernistas tenham sido artistas plásticos como Malfatti e o escultor Victor Brecheret, foram os escritores que predominantemente assumiram a organização, a teorização e a divulgação do modernismo. Através dos jornais atacavam o “passadismo”, redigiam manifestos e propagavam a arte de vanguarda, defendendo os seus protagonistas. Juntamente com os escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Menotti del Picchia, as artistas plásticas Anita Malfatti e Tarsila do Amaral formavam o chamado “grupo dos cinco” que esteve na origem da Semana e continuou a reunir-se regularmente. Entretanto, já em 1920 e 1921 os modernistas paulistas estavam em contato com poetas do Rio de Janeiro como Manuel Bandeira e Ronald de Carvalho, que também foram englobados no movimento.

A Semana foi financiada por um rico cafeicultor, Paulo Prado, filho de António da Silva Prado Júnior, Prefeito de São Paulo, e neto de António da Silva Prado, político abolicionista, várias vezes ministro e fundador da “Sociedade Brasileira de Imigração” que muito contribuiu para a vaga de imigração italiana começada em finais do século XIX. O seu primo, Fábio Prado (por sua vez, tio de Caio Prado Júnior), veio a ser prefeito de São Paulo (1934-38) em plena época getulista, tendo desempenhado um papel essencial na vida cultural dessa época. “Não foi, porém, o único apoio financeiro da

Semana. Outro foi José Freitas Valle, senador e empresário de enorme fortuna, que há muito se destacava pelo patrocínio de novos artistas, através sobretudo da organização de exposições. Significativo também o apoio de Washington Luís, então presidente do Estado de São Paulo, que abriu aos modernistas as páginas do *Correio Paulistano*, órgão do Partido Republicano Paulista. Pode dizer-se que a Semana foi apoiada pela elite financeira e mundana paulista, que via nos novos rumos da literatura e da arte um meio de engrandecimento da nova metrópole, imitando Paris sobretudo, e uma forma de escaparem ao tédio e à pequenez do meio. Isso explica que, bem antes da Semana de Arte Moderna, vários artistas brasileiros já beneficiassem de generosos apoios dos representantes das maiores fortunas paulistas, que chegava a traduzir-se em bolsas para estudarem no estrangeiro.” (BAPTISTA e SILVESTRE, pp. 26-27, nota 12). Outros exemplos desta proximidade com as grandes fortunas são o próprio Villa-Lobos, que teve sempre como mecenas os Guinle, ricos industriais e financeiros, e Tarsila do Amaral, que era filha dum milionário do café.

5.2 Modernismo e entidade nacional - o caso Rosa

“A Semana, com a sua contestação à oposição erudito-popular, com o seu experimentalismo artístico e com a sua militância pela modernidade, antecipou as grandes mudanças políticas brasileiras viradas para a modernização do país, que poderemos situar entre a década de 30 e os anos 60. Obviamente, a revolução tenentista e o regime do Estado Novo criado em 1937 contribuíram para intensificar o carácter nacionalista das artes brasileiras e a propaganda oficial reforçou “essa concepção da literatura, vista como apêndice ou epifenómeno da sociedade, [que] é de matriz positivista” (VELLOSO, p.240).

“O Modernismo, pelo visto, foi uma revolução estética bafejada pelos acontecimentos políticos que influenciavam o mundo inteiro. Daí a sua subdivisão em vários “ismos”, desde a extrema esquerda à extrema direita (Plínio Salgado, chefe integralista, chefiaria o “verde-amarelismo”). O tempo era propício às renovações. A sociedade brasileira estava saturada do seu passado.” (LUCAS, p. 77).

Embora se deva reconhecer que entre os modernistas brasileiros dessa época havia tendências políticas diversas, desde a esquerda anarquista até à direita integralista, com muitas cambiantes entre estes dois extremos, a marca nacionalista era comum a todas essas fações e, conseqüentemente, todas se aproximaram (em grau variado) do programa político de Getúlio Vargas. Em várias épocas do percurso político getulista, várias personalidades marcantes do modernismo exerceram responsabilidades públicas, por vezes em lugares destacados, como aconteceu, por exemplo, com Mário de Andrade no governo estadual de São Paulo e Carlos Drummond de Andrade no gabinete do ministro federal Gustavo Capanema. Contudo, essas proximidades variaram muito ao longo do período, pois o próprio Getúlio fez, desfez e refez várias alianças políticas ao longo dos seus primeiros 15 anos de poder (primeiramente revolucionário e autoritário, seguidamente ditatorial) até finais da II Guerra Mundial. Paulo Prado, o rico financiador da Semana de Arte Moderna, convidou a visitar o Brasil dois intelectuais suíços que deixaram marcas na cultura brasileira. O primeiro foi Blaise Cendrars que visitou o país pela primeira vez em 1924 e realizou uma viagem por Minas Gerais com o casal Oswald-

Tarsília e com o próprio Paulo Prado. Era amigo de Oswald de Andrade e de Tarsília do Amaral desde 1920, quando se conheceram em Paris e foram eles que o apresentaram a Prado em 1923 em Paris. Cendrars era um conhecido poeta modernista muito interessado na arte negra. O segundo foi Le Corbusier, que foi fazer conferências ao Brasil pela primeira vez em 1929, a convite de Paulo Prado. 7 anos depois, foi Gustavo Capanema, aconselhado por dois assessores seus, os então jovens arquitetos brasileiros Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, que o convidou para o assessorar na construção do novo edifício do seu ministério. Capanema era então o poderoso titular do Ministério da Educação e Saúde, onde se rodeou de vários intelectuais modernistas, sobretudo mineiros como ele, que agiram com grande autonomia na área cultural, mesmo durante o período ditatorial.

De facto, deve-se falar de modernismos no plural, devido à proliferação de grupos e fações diversos e ao facto de só algumas dessas fações terem mantido uma colaboração mais continuada com a ditadura getulista. Os setores mais marcadamente nacionalistas (por exemplo, o movimento Verde-Amarelo, muito influente na doutrina do regime, nomeadamente quanto à sua forma de conceber a literatura) sempre desprezaram o lado mais experimental dos modernistas, acusando-os de serem “sentimentais e livrescos” e estabelecendo um verdadeiro confronto entre os intelectuais que viam o Brasil como literatos (do ponto de vista do litoral e da cidade) e aqueles que o viam sociologicamente (do ponto de vista do sertão e do interior). Para estes nacionalistas, Machado de Assis era o exemplo acabado do literato, homem do litoral com uma obra marcada pelo “cosmopolitismo dissolvente”. Pelo contrário, Euclides da Cunha representaria o virtuoso sociólogo que se aventurara pelo sertão adentro, o seu pensamento seria a “força original da terra”. Esta antinomia contrapunha assim *sociologia-objetividade-sertão-brasilidade* a *literatura-subjetividade-litoral-cosmopolitismo*.

Esta visão utilitária da literatura viria a ser retomada no Brasil do pós-guerra pelos representantes do outro extremo do espectro político, com a crescente importância política do marxismo em algumas universidades e o reaparecimento na cena brasileira da esquerda comunista na sequência da derrota nazi.

Durante todo o século XIX e o início do século XX a divulgação duma literatura “genuinamente” brasileira, por oposição à importação de modelos estrangeiros, levou à enorme fortuna das várias literaturas regionalistas e de todo tipo de romances de temática social que marcam fortemente a literatura brasileira. Esta preferência ao longo das décadas é concomitante com a crescente importância das ideologias marcadas pelas questões sociais, tanto de esquerda como de direita, determinantes na História do Brasil a partir da segunda década do século XX, com a crescente crítica ao liberalismo como sistema económico e ao poder oligárquico como regime político da chamada República Velha, ou República dos Governadores.

A visão da literatura como documentação está muito presente na literatura brasileira até à época do modernismo. A crítica e o público ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX foram exigindo aos escritores uma espécie de obrigação de nas suas obras retratarem o Brasil, isto é, ajudarem a definir, descrever e desenvolver uma *brasilidade* muito relacionada com os dramas das condições sociais precárias, do interior desprezado, das regiões desfavorecidas. Esta espécie de obrigação do escritor também foi promovida pela política pública das últimas décadas do Império preocupada com a procura de narrativas históricas oficiais que contribuíssem para o desenvolvimento de um sentimento de identidade nacional, fator decisivo para a legitimação de um país de independência recente. Nesse papel destacaram-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado no Rio de Janeiro em 1838, e os diversos cultores da literatura regionalista que começaram a publicar nos anos finais do Império.

Este pendor regionalista da literatura renasceu com grande força na segunda fase do modernismo brasileiro. Na primeira fase, da década de 1920, predominou o espírito vanguardista, em parte seguindo uma tendência internacional: “O Modernismo brasileiro foi tomar, das vanguardas europeias, sua concepção de arte e as bases de sua linguagem: a deformação do natural como fator construtivo, o popular e o grotesco como contrapeso ao falso refinamento acadêmico, a cotidianidade como recusa à idealização do real, o fluxo da consciência como processo desmascarador da linguagem tradicional. Ora, para realizar tais princípios os vanguardistas europeus foram buscar inspiração, em grande parte, nos procedimentos técnicos da arte primitiva, aliando-os à tradição artística de que provinham e, por essa via, transformando-a; mas no Brasil – já o notou Antonio Candido – as artes

negra e ameríndia estavam tão presentes e atuantes quanto a cultura branca, de procedência europeia. (...) dando-lhes lugar na nova estética o Modernismo, de um só passo, rompia com a ideologia que segregava o popular - distorcendo assim nossa realidade – e instalava uma linguagem conforme à modernidade do século.” (LAFETÁ, pp. 13-14)

Os protagonistas da Semana de Arte Moderna de 1922, embora entusiasmados por uma vontade de renacionalizar as artes do Brasil, até pela circunstância dos festejos do centenário da independência, não deixaram de o fazer com ceticismo e sentido crítico. O combate ao academismo, a vontade de escandalizar o público, combatendo os cânones do gosto dominante, o experimentalismo, tudo contribuía para que os modernistas lutassem por uma nova visão do Brasil. Para essa revalorização da pátria procederam a uma autêntica reciclagem de alguns mitos nacionalistas, como a valorização do índio, que foi renovada através da apologia da antropofagia cultural: “A *Antropofagia* de Oswald [de Andrade] é, justamente, a indicação de uma identidade preliminar que, graças a um processo contínuo de assimilação da identidade europeia, reivindica a sua prioridade excepcional (e excetuada)” (FINAZZI-AGRÒ, pp. 146-147).

Esta nova visão do Brasil tinha subjacente um fascínio pelos tempos modernos, como aconteceu em muitos países desta época, sob influência dos vários ideais modernistas. Eis as primeiras palavras do *Manifesto Antrópofago* de 1928 de Oswald de Andrade:

“Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente.

Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz.

Tupi or not tupi that is the question. Contra todas as catequeses. E contra a mãe dos Gracos.

Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago.”

(BAPTISTA e SILVESTRE, p. 235)

A biografia de Mário de Andrade, um dos mais influentes intelectuais brasileiros depois da Semana de Arte Moderna, ilustra bem essa proximidade entre artistas modernistas e a Revolução de 1930 evocada na já citada (p. 62) declaração de Getúlio. Em 1922, quando co-organizou a Semana de Arte Moderna, Mário de Andrade era Professor Catedrático de História da Música e Estética no Conservatório de São Paulo. Nos anos seguintes centrou a sua atividade na crítica musical e literária, e tornou-se um acérrimo paladino da salvaguarda do património histórico e cultural, nomeadamente do barroco mineiro, que Andrade considerava ser um caso paradigmático da capacidade antropofágica da arte brasileira. Em 1928, aderiu ao Partido Democrático, que tinha sido fundado em 1925 por dissidentes do Partido Republicano Paulista e veio a integrar a aliança política que levou a cabo a Revolução de 1930. No mesmo ano publicou *Ensaio sobre a Música Brasileira e Macunaíma - o Herói sem nenhum carácter*. Entre 1927 e 1929 realizou duas “viagens etnográficas” ao Nordeste do Brasil. Em 1930 apoiou a Revolução.

Em 1935 foi nomeado chefe da Divisão de Expansão Cultural e Diretor do Departamento de Cultura do Estado de São Paulo, cargo que desempenhou com grande dinamismo até 1937, ano em que se demitiu em protesto contra a instauração do Estado Novo. Em 1936, a pedido do ministro Gustavo Capanema, elaborou o projeto de criação do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que viria a ser concretizado por decreto no ano seguinte, com bastantes alterações ao projeto. Sem nunca ter deixado de escrever em vários jornais e revistas, em 1938 regressou então à vida académica e passou a viver no Rio de Janeiro, tornando-se Professor Catedrático de Filosofia e História da Arte na Universidade do Distrito Federal. Regressou a São Paulo em 1941 e, até à sua morte, em 1945, continuou a escrever, nomeadamente na *Folha de São Paulo* e no *Diário de São Paulo*, foi sócio-fundador da Sociedade de Escritores Brasileiros e colaborou com o SPHAN. É notória a influência que Mário de Andrade exerceu sobre os seus pares, como testemunha a sua vasta correspondência, e sobre o público seu contemporâneo através da sua intervenção cívica e jornalística. Leyla Perrone-Moisés, em *Vira e mexe, nacionalismo*, sublinha a importância da sua influência lúcida: “Entre nós, volta e meia reaparecem o nacionalismo e seu corolário, a recusa do “colonialismo cultural”. No terreno da cultura e das artes, a busca da identidade nacional brasileira teve dois grandes momentos: no século XIX, com o romantismo, e no século XX, com o modernismo. Entre os modernistas, um se destacou por ter criado a obra máxima dedicada a esta questão, e

por não ter cedido às ilusões da identidade. Falo de Mário de Andrade, a cuja lucidez devemos a expressão “entidade nacional dos brasileiros”. Usando a palavra “entidade”, Mário de Andrade evitou o idealismo da “identidade”, conceito que supõe essência, origem e fixidez.” (PERRONE-MOISÉS, p. 17).

Mário de Andrade, que tinha começado a sua carreira na primeira fase do modernismo brasileiro, foi um dos mais lúcidos críticos literários do Brasil, tendo-se apercebido claramente da evolução do movimento para sua segunda fase: “No crítico literário que foi Mário de Andrade julgamos ter encontrado, em sua plenitude e discutidas com plena lucidez, as grandes contradições da época, a grande contradição dos anos trinta: o choque entre um projeto estético avançado e a necessidade de se criar uma literatura para o país subdesenvolvido e culturalmente atrasado” (LAFETÁ, p. 196).

O modernismo brasileiro nasceu numa metrópole em acelerado crescimento económico e num contexto de exaltação nacionalista, devido ao centenário da independência e à gradual agitação política contra as grandes fraquezas da República Velha, nomeadamente a fragmentação do país e as práticas usuais de fraude nas eleições. Contudo, os seus principais protagonistas souberam ultrapassar a velha dicotomia entre nacional-patrioteirismo e cosmopolitismo, através precisamente da metáfora da antropofagia, que aponta para que toda a cultura do mundo possa ser deglutida pela arte criada por brasileiros. Esta ação dos primeiros modernistas, que visou “descomplexizar” a cultura brasileira no seu confronto perante a Europa da cultura, teve um efeito perene nas artes do Brasil, também por ter sido concomitante com uma acesa luta ideológica de três décadas, que primeiramente resultaria no triunfo da Revolução de 1930 e seguidamente prosseguiria ao longo dos 15 anos da Era Vargas, com grande variedade de posições políticas, desde a direita integralista até à esquerda comunista, passando por muitas variedades entre estes dois extremos, com várias cambiantes de conservadorismo, liberalismo e socialismo, que se manteriam em acesa luta política durante a Quarta República (1945-1964). As teses modernistas espalharam-se rapidamente na cena artística do Brasil de norte a sul, promovidas por intelectuais de diversas áreas, destacando-se os sociólogos, como Sérgio Buarque de Holanda no Rio de Janeiro, ou Gilberto Freyre em Pernambuco, Caio Prado Júnior em São Paulo, os críticos literários, nomeadamente mineiros, e os romancistas nordestinos empenhados na renovação da

literatura de cariz social e regional, nomeadamente Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queiroz e José Lins do Rego. João Luiz Lafetá resume do seguinte modo: “A politização dos anos 30 descobre ângulos diferentes: preocupa-se mais diretamente com os problemas sociais e produz os ensaios artísticos e sociológicos, o romance de denúncia, a poesia militante e de combate. Não se trata mais, nesse instante, de “ajustar” o quadro cultural do país a uma realidade mais moderna; trata-se de reformar ou revolucionar essa realidade, de modificar profundamente, para além (ou para aquém...) da proposição burguesa: os escritores e intelectuais esquerdistas mostram a figura do proletário (*Jubiabá*, por exemplo) e do camponês (*Vidas Secas*) instando contra as estruturas que os mantêm em estado de sub-humanidade; por outro lado, o conservadorismo católico, o tradicionalismo de Gilberto Freyre, as teses do integralismo, são maneiras de reagir contra a própria modernização.” (LAFETÁ, p. 19).

Como vimos, Guimarães Rosa, embora tenha tido alguns contos publicados quando era jovem, só em 1946, quase com quarenta anos, publicou o seu primeiro livro, *Sagarana*, quando era o chefe do gabinete do ministro das Relações Exteriores. Excetuando *Com o Vaqueiro Mariano*, uma edição privada e restrita de 1952, depois da publicação de *Sagarana* em 1946 esteve dez anos sem voltar a publicar. Em 1956 publicou as suas duas grandes obras, *Corpo de Baile*, um conjunto de sete novelas em dois volumes e *Grande Sertão: veredas*, o seu único romance. Embora o espaço físico das várias narrativas seja o mesmo que em *Sagarana*, um sertão indefinido, poético e mítico, com os protagonistas sempre em trânsito, as duas obras publicadas em 1956 são mais impressionantes, pelo seu maior grau de experimentalismo e pela sua própria volumosa dimensão. No próprio ano em foi publicado *Sagarana*, Antonio Candido, carioca de nascimento, mas tendo vivido a infância e a juventude em várias cidades na área limítrofe entre São Paulo e Minas Gerais, escreveu um artigo no Diário de São Paulo em que explicou como Guimarães Rosa fugia ao modelo regionalista tradicional: “Mas *Sagarana* não vale apenas na medida em que nos *traz* um certo sabor regional, mas na medida em que *constrói* um certo sabor regional, isto é, em que transcende a região. A *província* do Sr. Guimarães Rosa, no caso Minas, é menos uma região do Brasil do que uma região da arte, com detalhes e locuções e vocabulário e geografia cosidos de maneira por vezes quase irreal, tamanha é a concentração com que trabalha o autor. (...) Por isso, sustento, e sustentarei, mesmo que provem o meu erro, que *Sagarana* não é um livro regional como os outros, porque não

existe região igual à sua, criada livremente pelo autor com elementos caçados livremente e, depois, sintetizados na economia belíssima das suas histórias. (...) *Sagarana* nasceu universal pelo alcance e pela coesão da fatura. A língua parece finalmente ter atingido o ideal da expressão literária regionalista. Densa, vigorosa, foi talhada no veio da linguagem popular e disciplinada dentro das tradições clássicas. Mário de Andrade, se fosse vivo, leria, comovido, este resultado esplêndido da libertação linguística, para que ele contribuiu com a libertinagem heroica da sua.” (CANDIDO, *Textos...*, p. 185-186). Anos mais tarde, em depoimento oral, Antonio Candido contou que tinha sido Vinícius de Moraes, também ele diplomata, quem lhe tinha chamado a atenção para um colega seu do Itamaraty, que preparava os seus escritos com enorme documentação, muito completa e organizada, como se fosse um sociólogo. Quando leu *Sagarana*, Candido percebeu logo que se tratava do escritor de que falara Vinícius.

Dez anos mais tarde, quando leu *Grande Sertão: veredas*, Antonio Candido foi novamente dos primeiros a aperceber-se da importância do romance. O seu artigo publicado em 6 de outubro no Suplemento Literário do *Estado de S. Paulo* começa assim: “Este romance é uma das obras mais importantes da literatura brasileira”. Seguidamente, depois de o distanciar dos escritores regionalistas, Candido explica a modernidade do autor: “Em *Grande Sertão: veredas*, o aproveitamento literário do material observado na vida sertaneja se dá “de dentro para fora”, no espírito, mais que na forma. O autor *inventa*, como se, havendo descoberto as leis mentais e sociais do mundo que descreve, fundisse num grande bloco um idioma e situações artificiais, embora regidos por acontecimentos e princípios expressionais potencialmente contidos no que registrou e sentiu. Sob este, aspecto, ao mesmo tempo de *anotação* e *construção*, lembra os compositores que infundiram o espírito dos ritmos e melodias populares numa obra da mais requintada fatura, como Bela Bartók. Comparada a semelhante processo, a literatura regionalista não ultrapassa a esfera do programa caipira.” (CANDIDO, *Textos...*, p. 191)

Comentado [MM2]:

O artigo remata remetendo novamente para genealogia modernista: “Refinamento técnico e força criadora fundem-se então numa unidade onde percebemos, emocionados, desses raros momentos em que a nossa realidade particular brasileira se transforma em substância universal, perdendo a sua expressão aquilo que, por exemplo, tinha de

voluntariamente ingênuo na rapsódia de *Macunaíma*, para adquirir a soberana maturidade das obras que fazem sentir o homem perene. (CANDIDO, *Textos...*, p. 192)

A visão dialética do autor começa logo no título que contrapõe o Grande Sertão, semi-árido, com vegetação retorcida, às veredas férteis, onde abunda o buriti, um tipo de palmeira alta de que se aproveita quase tudo. Toda a história contada por Riobaldo contém inúmeras reflexões dialéticas sobre coisas que são e não são simultaneamente, desde o próprio sertão até Deus e o Diabo, ou o Bem e o Mal. O autor utiliza a figura de um ex-jagunço, que se retirou das lides guerreiras devido à decadência do jaguncismo causada pela gradual entrada da lei nos sertões, para expressar essa realidade brasileira histórica que é a entrada da força do Estado para o interior do país, um esforço permanente desde o tempo colonial, prosseguido com denodo pelo Império e plasmado no lema positivista da bandeira republicana: Ordem e Progresso. Guimarães Rosa, que foi um alto funcionário leal e disciplinado e que viveu grande parte da sua vida num apartamento no Rio de Janeiro sobre a praia, escreveu todas as suas obras sobre o mundo sertanejo que conheceu na sua infância: “Tudo, ou quase tudo, nos textos de Rosa, se passa a céu aberto e em trânsito. Daí o alternado movimento do ir e vir, do longe e do perto, do transponível e do intransponível, do caminho e do descaminho, da vereda e do Sertão, da entrada e da saída, da chegada e da partida, que constitui a dialética da viagem, regente da forma do enredo romanesco, na acepção ampla desta última palavra, como síntese de acontecimentos narrados.” (NUNES, p. 253)

Concluindo, Guimarães Rosa foi considerado um membro da última geração modernista, um membro do trio, também composto por Clarice Lispector e João Cabral de Melo Neto, dos melhores escritores da terceira geração do modernismo brasileiro, embora as obras dos três sejam muito diferentes, sendo comparáveis apenas pela coincidência temporal e pelo carácter inovador dos seus textos, que rompem claramente com as concepções comuns sobre interação tradicional entre forma e conteúdo, numa clara afirmação da autonomia do discurso literário, como explica Antonio Candido: “*Perto do Coração Selvagem* foi quase tão importante quanto, para a poesia, *Pedra de Sono* de João Cabral de Melo Neto. Nele, de certo modo, o tema passava a segundo plano e a escrita a primeiro, fazendo ver que a elaboração do texto era elemento decisivo para a ficção atingir seu pleno efeito. Por

outras palavras, Clarice mostrava que a realidade social ou pessoal (que fornece o tema), e o instrumento verbal (que institui a linguagem) se justificam antes de mais nada pelo facto de produzirem uma realidade própria, com a sua inteligibilidade específica. Não se trata mais de ver o texto como algo que se esgota ao conduzir a este ou àquele aspecto do mundo e do ser; mas de lhe pedir que se crie para nós o mundo, ou um mundo que existe e atua na medida em que é discurso literário.” (CANDIDO, Antonio, “No começo de fato era o verbo”, in LISPECTOR, Clarice, *A Paixão segundo G. H.* (ed. crítica). Paris; Brasília: CNPq, 1988)

5.3 –Rosa na cidade

A partir de 1958, Guimarães Rosa começou a ter graves problemas de saúde, que viriam a ser determinantes na sua morte prematura, em 1967, com 59 anos. Sofria de hipertensão arterial, doença agravada por outros fatores de risco cardiovascular como excesso de peso, vida sedentária e, particularmente, o tabagismo. Era um tabagista contumaz e embora afirmasse ter abandonado o hábito, numa fotografia tirada quando recebeu em 1966 do governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, a Medalha da Inconfidência, aparece com um cigarro na mão esquerda. Em carta dirigida ao seu amigo Paulo Dantas em dezembro de 1957, o escritor chegou mesmo a admitir, explicitamente, a sua dependência da nicotina: “... também estive mesmo doente, com apertos de alergia nas vias respiratórias; daí, tive de deixar de fumar (coisa tenebrosa!) e, até hoje (cabo de 34 dias!), a falta de fumar me bota vazio, vago, incapaz de escrever cartas, só no inerte letargo árido dessas fases de desintoxicação. Oh coisa feroz. Enfim, hoje, por causa do Natal chegando e de mais mil-e-tantos motivos, aqui estou eu, heróico e pujante, desafiando a fome-e-sede tabágica das pobrezinhas das células cerebrais. Não repare.”

Em maio de 1963, Guimarães Rosa candidatou-se pela segunda vez à Academia Brasileira de Letras (a primeira fora em 1957, quando obtivera apenas 10 votos, tendo ganho outro mineiro, Afonso Arinos de Melo Franco), na vaga deixada por João Neves da Fontoura. A eleição ocorreu em 8 de agosto e desta vez foi eleito por unanimidade. Mas não foi

marcada a data da posse, que foi sendo adiada durante anos. Só viria a acontecer quatro anos depois, no dia 16 de novembro de 1967, 3 dias antes da morte do escritor. Na verdade, o escritor sentiu-se mal logo no final da cerimônia de posse e ficou acamado. Segundo vários testemunhos, os quatro anos de adiamento eram reflexo do medo que sentia da emoção que o momento lhe causaria. Eis o que diz Otto Lara Resende: “A notícia de sua posse na Academia foi dada por mim. Assim que marcou a data, pediu-me para dar uma nota no *Jornal do Brasil*, informando apenas que João Guimarães Rosa, “segundo consta”, iria afinal tomar posse de sua cadeira. Depois eu diria algo mais explícito no programa que na época fazia diariamente na TV Globo” (RESENDE, p. 201). No mesmo texto este jornalista mineiro afirma que Guimarães Rosa falava sempre acerca da posse com muitos rodeios, como se tivesse medo de encarar o assunto de forma direta. “Rosa explicava: É para iludir a morte” (RESENDE, p. 201).

O discurso que proferiu na sua tomada de posse como acadêmico (Anexo 3), como era da praxe, consistia numa homenagem ao acadêmico antecedente na mesma cadeira. No caso de Guimarães Rosa, calhou ser o seu amigo João Neves da Fontoura. O novo acadêmico, além de sublinhar o protagonismo de Fontoura na política brasileira desde a República Velha até à presidência de Kubitschek, dá indicações interessantes sobre o entendimento entre o escritor mineiro e o político gaúcho, que frequentemente, nos seus diálogos, se dirigiam um ao outro nomeando as respetivas terras natais, Cordisburgo e Cachoeira: “João Neves, porém, nosso Embaixador e Chanceler – requerendo o interior e a província, onde firma residir ainda “a força do Brasil, especialmente nos maiores Estados“, reclamando seu trato como necessário para quem aspire a exercer qualquer notória influência, imputando às metrópoles levarem “ao diletantismo, à superficialidade, ao epicurismo”, e professando nada conhecer “que melhor exprima a vontade do povo em geral do que o povo municipal” , - entendíamos juntos, do modo, o País entrançado e uno, nosso primordial encontro seriam resvés íntimos efeitos regionais.” (Anexo 3, p.107).

Outro aspeto interessante do discurso de tomada de posse é a relação de ambos, Rosa e Fontoura, com dois grandes políticos gaúchos, Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. Eis o que Rosa diz sobre Fontoura: “Então – e ele e Vargas? E ante Aranha? A dúvida pertine e o ponto pertence, contando aqui desconversa, porquanto dentre bando e numeroso escol – os brasileiros grandes do Rio Grande – plano adiante inscritos na mesma moldura: tríade

que em conjunto giro insólito a História nos trouxe. Impende a pergunta. Resposta, Deus sabe, eu só sou contador. Vínhamos, por exemplo, de visitar Osvaldo Aranha – feérico de talento, brilho, genialidade, uai, e daquele total conseguido esculpir-se em ser – e Neves pautou: “Você estava extasiado, empolgado...” Mas vi e já advertira em que não menos cedia ele à cordial fascinação. – “Sagarana (sic sempre), cuida disto para o João...” – telefonava-me Aranha alguma vez. Prezavam-se e queriam-se, alta, gauchamente; a despeito de quaisquer despiques, queixas, rixas, unia-os a verdade da amizade. Getúlio Vargas, muito falávamos a seu respeito, compondo uma nossa tese de controvérsia. Meu interesse, sincero, pela imensa e imedida individualidade de Vargas, motivava-se também no querer achar, em sã hipótese, se era por dom congênito, ou de maneira adquirida mediante estudo e adestramento, que ele praticava o *wu wei* – “não-interferência”, a norma da fecunda inação e repassado não-esforço de intuição – passivo agente a servir-se das excessivas forças em torno e delas recebendo tudo pois “por acréscimo”. – “Enigma nenhum, apenas um fatalista de sorte...” – encurtava João Neves, experimentando fácil dissuadir-me. (...) Fazia pouco da minha admiração e simpatia por Vargas, sem com ela se agastar.” (Anexo 2, p. 115).

Em janeiro de 1965, participou no Congresso de Escritores Latino-Americanos, em Gênova. Como resultado do congresso ficou constituída a Primeira Sociedade de Escritores Latino-Americanos, da qual o próprio Guimarães Rosa e o guatemalteco Miguel Angel Asturias (que em 1967 receberia o Prémio Nobel de Literatura) foram eleitos vice-presidentes. Em abril de 1967, Guimarães Rosa foi ao México na qualidade de representante do Brasil no II Congresso Latino-Americano de Escritores, do qual era vice-presidente há dois anos. Nesse congresso, decide renunciar ao cargo, devido às “críticas feitas pelos delegados de Cuba e do Panamá ao governo dos Estados Unidos”

(in <http://www.elfikurten.com.br/2013/05/joao-guimaraes-rosa-o-demiurgo-do-sertao.html>)

Em meados de 1967, ano da sua morte, publicou o seu último livro, também uma coletânea de contos, *Tutaméia*, dos quais alguns tinham sido publicados anteriormente no jornal *Pulso*, uma publicação destinada aos médicos. Nova efervescência no meio literário, novo êxito de público. *Tutaméia*, obra aparentemente hermética, dividiu mais uma vez a crítica, nos jornais falou-se numa “*a bomba atômica da literatura brasileira*”.

O livro continha alguns textos em que o escritor explicava a sua conceção da literatura, mas o carácter experimentalista da obra dificultou o entendimento do texto por parte do público.

Por ocasião do supracitado “Congresso de Escritores Latino-Americanos” realizado em Génova em janeiro de 1965, ocorreu uma conversa de Günter Lorenz com João Guimarães Rosa, que ficou célebre por conter muitas confidências do escritor. A conversa, que ocorreu quase três anos antes da morte do escritor, que tinha vivido até então uma década de consagração, tanto no seu país como no estrangeiro, começa com Lorenz a falar sobre o facto de João Guimarães Rosa ter abandonado discretamente a sala do Congresso quando se estava a debater política internacional e a questão do compromisso político do escritor. João Guimarães Rosa trata a questão de forma fugidia em relação ao debate político em si e atrai a conversa para o campo da literatura. Ora, o que transparece na conversa é que João Guimarães Rosa tem uma noção de compromisso político muito afastada das tendências dominantes da época, muito marcadas pela Guerra Fria e pelo consequente alinhamento dos intelectuais. Não que não fosse alinhado em termos estritamente políticos, já que era diplomata dum país aliado dos EUA e discretamente evitava estar presente quando, em ocasiões públicas, qualquer representante de Cuba ou de outros países americanos fazia declarações contra o imperialismo americano. Mas também não se identificava com visões mais radicalmente conservadoras, como a de Jorge Luis Borges, que dizia que o compromisso político era “uma traição à arte, por ser apenas documentação e não literatura” (LORENZ, nota da p. 64).

Esta contextualização histórica é importante se quisermos tratar a questão do pretenso carácter apolítico do escritor João Guimarães Rosa, pois as épocas em que produziu as suas obras foram de grande intensidade ideológica, com consequências trágicas e duradouras. Ora, como foi assinalado nos primeiros capítulos, João Guimarães Rosa teve uma intervenção política constante nessas décadas: participou pessoalmente, enquanto médico militar, na Revolução Constitucionalista de 1932, após a sua derrota, como muitos outros desses revolucionários, aceitou o apaziguamento com Getúlio, entrou para a carreira diplomática em 1935. Em 1938, foi nomeado para o seu primeiro posto no Exterior (cônsul adjunto em Hamburgo), onde teve uma atuação meritória de proteção a

judeus perseguidos pelo regime nazi, em clara desobediência às instruções do Itamaraty. Em 1942, quando o Brasil rompeu relações com a Alemanha, João Guimarães Rosa ficou 4 meses em prisão domiciliária em Baden-Baden, até ser autorizado a regressar ao Brasil, no âmbito duma troca de prisioneiros. A partir de 1945, João Guimarães Rosa prosseguiu a sua carreira de funcionário superior do Itamaraty, tendo ocupado postos de grande responsabilidade política: foi duas vezes (1946-48 e 1951-53) chefe de gabinete do ministro das Relações Exteriores, João Neves de Fontoura (de quem se tornou amigo), em governos de Dutra e de Getúlio e dirigiu dois departamentos, a Divisão do Orçamento e o Serviço da Demarcação de Fronteiras. Alcançou o topo da carreira (Ministro de Primeira Classe) em 1958. Nunca deixou portanto, enquanto diplomata de carreira, de estar muito envolvido na política brasileira, com uma participação ativa em quase quatro décadas (30, 40, 50 e parte de 60) determinantes para o Brasil moderno.

Talvez por ter uma consciência clara das balizas em que se movia na sua atividade profissional de funcionário superior do Itamaraty, mas também certamente pela sua própria visão da literatura, fugiu sempre, enquanto escritor, ao militantismo político e evitou com teimoso pudor falar muito sobre a sua própria biografia. E também se furtou, habilmente, a entrar em conflito com outros escritores mais envolvidos em ideologias políticas. Quando, na supracitada entrevista em Génova, Lorenz lhe pede um comentário sobre escritores “que confundem o compromisso para com o homem, com o compromisso para um partido, uma ideologia”, João Guimarães Rosa responde-lhe secamente: “Não preciso ser diplomata de carreira para me negar redondamente a fazer declarações respondendo sua pergunta. Você me induziu a fazer confissões e agora pretende levar-me para um terreno perigoso. Tenho de conviver com meus colegas e não me agrada guerrear por assuntos **aos quais não atribuo a mínima importância** (sublinhado meu). Portanto, não espere que eu qualifique meus colegas.” (LORENZ, p. 74). Porém, mais à frente na mesma conversa, acaba por falar sobre dois desses colegas com fina ironia e laivos de paternalismo. Eis o que responde a uma pergunta sobre se Jorge Amado pensaria ideologicamente: “Sem dúvida, ele também é um ideólogo, mas sua ideologia me é mais simpática do que a de Asturias [que] tem algo do distanciamento incorruptível de um sumo-sacerdote; sempre enuncia novos dez mandamentos. Isto é admirável, mas não encanta. As palavras de Asturias são palavras de um pai, de um patriarca que emite sentenças no sentido do Antigo Testamento. Amado é um sonhador, e sem dúvida alguma

um ideólogo, mas adota a ideologia do conto de fadas com suas normas de justiça e expiação. Amado é um menino que ainda crê no Bem, na vitória do Bem; defende a ideologia menos ideológica e mais amável que já conheci. Asturias é a voz poderosa do juízo final. Amado vai dando pinceladas a mais não poder, e certamente quer mandar ao diabo muitas coisas, mas o faz de forma tão encantadora, que nos convence com maior razão. Asturias se expressa com palavras de ferro.”

Embora tenha reconhecido que trabalhava com escrúpulo documentalista na preparação das suas obras, como tem sido atestado pelos muitos estudiosos que consultaram os seus diários e notas, João Guimarães Rosa nunca aceitou as limitações impostas pelo mero documentalismo, optando antes por retrabalhar essa sua documentação de modo criativo: “as classes gramaticais, categorias linguísticas, formas léxicas, sintáticas e semânticas designam objetos que correntemente não são designados e classificados por elas” (HANSEN, *Grande Sertão: Veredas e o ponto de vista avaliativo do autor*, nota 7). João Guimarães Rosa manifestava pelo documentalismo característico de muita literatura regionalista brasileira o mesmo desdém que tinha pelas formas convencionais da língua: “...meus livros, escritos em um idioma próprio, meu, e pode-se deduzir daí que não me submeto à tirania da gramática e dos dicionários dos outros.” (LORENZ, p. 70). Esta desconfiança perante o racionalismo e as visões convencionais é uma marca determinante das fações mais libertárias do modernismo brasileiro. O próprio Mário de Andrade, que muito contribuiu para o prestígio da antropologia e da sociologia brasileiras, encarava com desconfiança as visões simplistas que poderiam decorrer das atividades de índole científica. Já em 1928, em *Macunaíma* dizia o seguinte: “Minha intenção foi esta: Aproveitar ao máximo lendas, tradições, costumes, frases feitas, etc. brasileiros. E tudo debaixo dum carácter sempre lendário porém como lenda de índio e de negro. [...] Um dos meus cuidados foi tirar a geografia do livro. Misturei completamente o Brasil inteirinho como tem sido minha preocupação desde que tentei me abrigar e trabalhar o material brasileiro. Tenho muito medo de ficar regionalista e me exotisar pro resto do Brasil. Assim lendas do norte, botei no sul, misturo palavras gaúchas com modismos nordestinos ponho plantas do sul no norte etc. Enfim, é um livro tendenciosamente brasileiro.” (citado por MEDEIROS, p. 8). É João Adolfo Hansen quem define: “Riobaldo é uma espécie de Macunaíma a sério. Por sua boca de papel

passam referências heteróclitas, *essências e reminiscências*, que se misturam indeterminando a ideologia da *brasilidade*.”

“A grande originalidade de *Grande Sertão: Veredas* decorre de que as referências que a cultura ilustrada fez e faz dessa ideologia são deglutidas pelas representações da oralidade sertaneja inventadas pela mesma cultura letrada” (HANSEN, *Grande Sertão...*, p. 67). Décadas depois de *Macunaíma*, o que João Guimarães Rosa diz sobre os sertões e, sobretudo, o que escreve nas suas obras, misturando referências geográficas e históricas e linguísticas, indeterminando o “sertão”, parece um desenvolvimento criativo daquele primeiro modernismo dos anos 20. Como diz Hansen, “lembro que na ficção de Rosa a forma produz indeterminação” (HANSEN, *Grande Sertão...*p. 58) e ainda, “Quando valoriza a experiência de homens desclassificados pela cultura dominante como irrepresentáveis ou irresponsáveis sem competência para pensar e falar, a indeterminação da forma é elemento antropológico e político intencionalmente crítico, pois é meio técnico de figuração poética da experiência de um outro cultural que é plenamente apto a fazê-lo e, simultaneamente, meio avaliativo dos limites históricos das lógicas dominantes que definem as ideologias do leitor quando eventualmente pensa nesses tipos.” (HANSEN, *Forma, indeterminação...*, p. 35). O próprio João Guimarães Rosa explica como usa o que recolhe: “A estória, às vezes, quer-se um pouco parecida à anedota. A anedota, pela etimologia e para a finalidade, requer fechado ineditismo. Uma anedota é como um fósforo: riscado, deflagrada, foi-se a serventia. Mas sirva talvez ainda a outro emprego a já usada, qual mão de indução ou por exemplo de análise, nos tratos da poesia e da transcendência. (ROSA, *Tutaméia*, p. 3). Aquilo que João Guimarães Rosa defende é a autonomia ontológica da sua ficção. Como explica Hansen, “Nos seus livros, o sertão só existe, evidentemente, como a realização do possível poético. A ficção de *Grande Sertão: Veredas* não é diretamente dedutível das crenças religiosas e opiniões literárias e políticas de Rosa, pois o ponto de vista do autor não é uma categoria biográfica, mas produto e meio simbólicos resultantes de um ato de fingimento.” (HANSEN, *Grande Sertão...*p. 58)

Riobaldo, que poderia ser encarado como mais um narrador da inesgotável veia regionalista brasileira, é algo bem diferente. Não é o narrador típico da literatura

regionalista, nem o narrador cientista, sociólogo, etnógrafo ou historiador que fala “sobre o sertão”, idilicamente como os românticos, ou por oposição, como os naturalistas, mas “sempre *de fora dele e por ele*. (...) Rosa é moderno e confere autonomia antropológica à fala de Riobaldo, mas, justamente, por ser um antropólogo muito fino, não a unifica como fala essencial do sertão, pois inclui as representações ilustradas do doutor na sua constituição como fala do sertão. Com isso, evidencia para o leitor que o sertão não é natureza, como na literatura romântica e naturalista, mas um diverso cultural com historicidade própria, cujos códigos passam ao lado da cultura letrada, ainda que sejam determináveis a partir dela.” (HANSEN, *Grande Sertão...*, pp. 67-68).

João Guimarães Rosa não deixou de revelar o espírito militante tão característico do otimismo do pós-guerra, mas a sua militância só teve sempre por objeto a literatura. Pode-se afirmar que João Guimarães Rosa militou com persistência para impor a sua visão de modernidade literária e também, evidentemente, para o êxito da sua carreira literária, já que tinha uma consciência aguda da sua singularidade, como se pode ver pelo que diz sobre a sua infância: “Já naquela época, eu queria ser diferente dos demais” (LORENZ, p. 69). As suas ideias sobre a língua e as palavras revelam esse espírito militante: “Meu lema é: a linguagem e a vida são uma coisa só. Quem não fizer do idioma o espelho da sua personalidade não vive; (...) Isto significa que, como escritor, devo me prestar contas de cada palavra e considerar cada palavra o tempo necessário até ela ser novamente vida. O idioma é a única porta para o infinito, mas infelizmente está oculto sob montanhas de cinzas. Daí resulta que tenha de limpá-lo, e como é a expressão da vida, sou eu o responsável por ele (...) com isto eu já disse o fundamental sobre minha relação com a língua. É um relacionamento familiar, amoroso. A língua e eu somos um casal de amantes que juntos procriam apaixonadamente, mas a quem até hoje foi negada a benção eclesiástica e científica. Entretanto, como sou sertanejo, a falta de formalidades não me preocupa. Minha amante é mais importante para mim.” (LORENZ, p. 83).

O romance, as novelas e os contos publicados em vida de João Guimarães Rosa contribuíram para a fama experimentalista do autor, situando-o claramente num trajeto de continuador da veia modernista da literatura brasileira, e também de continuador do

pensamento sobre o Brasil característico da literatura brasileira, tal como revisto e adaptado pelos modernistas: “O professor Willi Bolle é quem mais se alonga na reflexão sobre *Grande Sertão: Veredas*, dando mais corpo às justificativas para a alegada selagem da literatura no ano de 1956. O autor se embrenha pelos labirintos do romance e vislumbra um entrelaçamento da narrativa do autor mineiro a um projeto de construção de um retrato do Brasil. Com isso, além do enquadramento no eixo canônico da prosa de ficção que dá suporte à análise da literatura na revista, o livro é vinculado também a uma linhagem tradicional de estudos brasileiros: os chamados ensaios de interpretação nacional. (...) Willi propõe que se olhe para a narrativa rosiana como uma obra construída em uma encruzilhada entre sertão e cidade, assim como sua obra precursora *Os Sertões*, que teria sido construída “na encruzilhada imaginária da rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, com a rua do Monte Alegre, em Canudos”. Para isso, o ensaísta recorre às concepções de “alegoria”, definida etimologicamente como o discurso através do outro, e de “historiografia alegórica”, vista como o “estudo de uma época ou de um espaço diferente, para o historiador esclarecer aspetos do seu próprio tempo”. Ao tentar transpor esse procedimento para a leitura de *Grande Sertão: Veredas*, o autor lembra que na recepção à obra de Guimarães Rosa “predominam os estudos sobre o inventor e experimentador da linguagem; sobre a novela de cavalaria, a gesta da jagunçagem, a epopéia dos sertões; e sobre os aspetos metafísicos, explorando grandes motivos universais como o pacto, a alquimia o esoterismo”, mas que a crítica fez pouco para tentar compreender a obra de Guimarães Rosa como um retrato do Brasil no século vinte. Esse será o ponto nevrálgico de suas reflexões, que adiantam aspectos que mais tarde farão parte do estudo *grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*, publicado em 2004.” (ALMEIDA, pp.151-152).

De facto, neste livro, Willi Bolle enuncia a tese de que *Grande Sertão: Veredas* pode ser lido como uma reescrita crítica de *Os Sertões* e, obviamente, como um “romance de formação do Brasil”: “Willi Bolle mostra como a narrativa rosiana desconstrói e constrói a história do país, em diálogo com os principais ensaios de interpretação de nossa cultura: desde o livro matricial de Euclides da Cunha até aos estudos fundamentais de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Antonio Candido e outros.” (BOLLE, contracapa). Eis um trecho em que Bolle compara as duas obras sobre sertões: “Preso a uma ideologia positivista e republicana, o narrador euclidiano é contraditório, mas não

dialético. Já o narrador roseano, dialético e luciférico, é construído de tal modo que ele o situa ao mesmo tempo dentro e fora do sistema do poder. É o que lhe permite articular reflexões mais agudas sobre o sistema; sobre o intelectual, mais ou menos comprometido com o sistema; e, sobretudo, sobre as representações do sistema do poder no imaginário do sertanejo. (BOLLE, p. 143)

Em 1956, quando são publicadas as duas principais obras de Guimarães Rosa, *Corpo de Baile* e *Grande Sertão: Veredas*, Juscelino Kubitschek de Oliveira ganha as eleições presidenciais, derrotando Juarez Távora e Ademar de Barros. A recepção da obra de Guimarães Rosa não pode deixar de ser entendida à luz desses “anos dourados” que são os da presidência de Kubitschek. Trata-se de um período que se caracteriza por uma rápida (e tardia) industrialização do Brasil, com a conseqüente forte urbanização causada pela migração de milhões de pessoas do campo para as grandes áreas metropolitanas urbanas, mormente no Estado de S. Paulo. O mercado de trabalho e o mercado de consumo cresceram juntamente com novas camadas médias urbanas, de onde saíram os intelectuais e simpatizantes dos sectores populistas e de esquerda, muito marcantes na vida política e intelectual brasileira dos finais dos anos 50, começo dos 60, até começarem a ser reprimidos a seguir ao golpe militar de 1964. O otimismo desenvolvimentista dos anos Kubitschek era, para muitos sectores políticos situados principalmente à esquerda, a resposta a dar para ultrapassar a situação de um país considerado subdesenvolvido e culturalmente colonizado, sendo de assinalar a influência marcante do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955, com sua ideologia nacional-desenvolvimentista, visando a promoção do desenvolvimento económico e a consolidação da nacionalidade como dois aspectos dum mesmo processo emancipatório do país.

Conclusão

A tese da presente dissertação consiste em afirmar que João Guimarães Rosa teve, na sua vida pública, uma clara consonância com as ideias desenvolvimentistas da sua geração, acompanhando e participando em muitas das peripécias e reviravoltas da vida política brasileira, desde democratas que convivem com a ditadura até ditadores que se fazem eleger democraticamente, desde militares progressistas empenhados na modernização do país até militares (por vezes os mesmos) envolvidos em golpes de estado contra a legalidade democrática, desde partidos regionais com aspirações de hegemonia federal até outros (por vezes os mesmos) embrenhados no seu regionalismo militante. Nas suas obras retrata um mundo mal-amado e desconsiderado, o do jaguncismo do sertão, mas não para o julgar ou utilizar como arma de arremesso político. Pelo contrário, Guimarães Rosa quer expor a lógica humana daqueles vaqueiros enquanto protagonistas duma vida rude destinada a desaparecer ou a ser transformada pela gradual entrada da lei nos sertões. O que Rosa expõe é uma amostra da humanidade, com os seus dilemas morais, a sua relação com a transcendência (Natureza, Deus e Diabo), as escolhas que é obrigada a fazer por força do meio envolvente. E fá-lo situando a ação de todos os seus textos numa geografia semi-imaginária em torno do grande rio estruturante do interior brasileiro, o São Francisco.

Guimarães Rosa não desdenharia o título que figurava na legenda da fotografia inicial desta dissertação: UM MESTRE DAS HISTÓRIAS DO FAROESTE BRASILEIRO. Enquanto mineiro do interior, culto e curioso de tudo, certamente ironizaria com a designação de *Faroeste*, uma clara alusão ao mundo norte-americano tão glosado na imprensa *glamorosa* de Assis Chateaubriand, já que a fotografia provém duma edição da revista *O Cruzeiro* da década de 1950. Mas não deixaria de entrever nas histórias de *cowboys* o mesmo tipo de epopeia que foi sendo escrita ao longo dos tempos na literatura mundial, que também o inspirou para dar vida aos vaqueiros do sertão. O escritor trouxe do seu sertão para a cidade a religiosidade que conhecera na sua infância, uma espécie de panteísmo mesclado de superstições, um “encantamento” com o mundo, suas gentes, bichos e plantas, muito distante do ambiente ultrapolitizado em que viviam os seus pares. Não espanta que tivesse fama de “apolítico”: para os militantes de esquerda, era demasiado crente, demasiado encostado ao lado “errado” da Guerra Fria, demasiado condescendente com o autoritarismo

getulista; pelo contrário, para os conservadores, era demasiado experimentalista, demasiado fugidio nas suas convicções, demasiado próximo dos pobres e dos excluídos. Rosa era um partidário do nacional-desenvolvimentismo que caracterizou a política brasileira do seu tempo. Embora soubesse de que lado estava o seu país na Guerra Fria e agisse em conformidade, sentia a distância que o Brasil tinha em relação ao chamado Primeiro Mundo. Na carta a seus pais sobre Brasília, citada na página 54, Rosa dizia que as obras “se adiantam num ritmo e entusiasmo inacreditáveis: parece coisa de russos ou de norte-americanos”, frase que só se compreende tendo em conta que na época estava em voga a ideia de que existiria um Terceiro Mundo formado por países subdesenvolvidos interessados em subtrair-se à lógica bipolar da Guerra Fria. Esta ideia tinha nascido na conferência de Bandung de 1955 e era defendida por setores moderados da esquerda, como os sociais-democratas, e da direita, como os democratas-cristãos.

Guimarães Rosa foi então um desenvolvimentista que descreveu nas suas obras um mundo em vias de desaparecimento, demonstrando empatia e proximidade com esse mundo. Por convicção, fê-lo com uma linguagem muito trabalhada, propositadamente complicada, como explicou ao seu tradutor alemão em carta de 9 de fevereiro de 1965, pondo em relevo a sua desconfiança quanto à chamada “realidade” e a sua confiança “no mistério cósmico”:

“Mas o *Corpo de Baile* tem de ter passagens obscuras! Isto é indispensável. A excessiva iluminação, geral, só no nível do raso, da vulgaridade. Todos os meus livros são simples tentativas de rodear e devassar um pouquinho o mistério cósmico, essa coisa movente, impossível, perturbante, rebelde a qualquer lógica, que é a chamada “realidade”, que é a gente mesmo, o mundo, a vida. Antes o obscuro que o óbvio, que o frouxo. Toda lógica contém inevitável dose de mistificação. Toda mistificação contém boa dose de inevitável verdade. Precisamos também do obscuro.” (ROSA, *Correspondência com seu tradutor alemão*, p. 238)

O espiritualismo de Guimarães Rosa, para além do fascínio com a transcendência, tem subjacente um encantamento com o mundo sertanejo, com a sua natureza humana, animal e vegetal. Nesse sentido, os seus textos não deixam de conter uma mensagem de nostalgia sobre um mundo em vias de desaparecimento e de constituir um alerta contra os efeitos perversos do desenvolvimento económico. Naquele tempo, apenas alguns raros intelectuais

ou profissionais com educação ambiental, como era o caso do paisagista Roberto Burle Marx, mitigavam as suas ambições de progresso económico e social com uma preocupação de natureza ambiental. Nesse sentido, Guimarães Rosa era um defensor das políticas nacional-desenvolvimentistas, mas com consciência do que importava conservar. Podemos afirmar que, desse ponto de vista, estava muito à frente do seu tempo.

Para rematar, concluo com uma metáfora animalesca do autor, relacionada com a sua personalidade, com o seu amor pela natureza e também com a sua visão acerca da língua e das palavras: “Gostaria de ser um crocodilo, porque amo os grandes rios, pois são profundos como a alma do homem. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranquilos e escuros como os sofrimentos dos homens.” (LORENZ, p. 72).

Nota final:

Por último, uma nota final sobre o facto de aparecerem ao longo deste texto algumas disparidades ortográficas. Nesta dissertação resolvi seguir as normas do acordo ortográfico atualmente em vigor. No entanto, nas citações de autores brasileiros, não corriji as palavras que estão consagradas na variante brasileira, do mesmo modo que não mexi na sintaxe brasileira das frases e deixei num caso (Manifesto Republicano de 1870) a grafia da época. Penso que a atual situação de incerteza política e legislativa relativamente ao acordo ortográfico (AO) nos obriga a alguma prudência, que aliás é reconhecida pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa quando aceita que os alunos optem por seguir a norma atual ou a anteriormente vigente. Ademais, mesmo que o dito AO acabe por entrar definitivamente em vigor, continuará a haver diferenças consideráveis entre as duas normas de ambos os lados do Atlântico e parece-me que a atitude mais saudável num mestrado como este será a de não ocultar as diferenças, mas antes pô-las em relevo, como aqui faço, mantendo a grafia brasileira em todas as citações de autores brasileiros.

ANEXO 1**Carta-testamento de Getúlio Vargas (versão manuscrita)**

“Deixo à sanha dos meus inimigos, o legado da minha morte. Levo o pesar de não ter podido fazer, por este bom e generoso povo brasileiro e principalmente pelos mais necessitados, todo o bem que pretendia. A mentira, a calúnia, as mais torpes invenções foram geradas pela malignidade de rancorosos e gratuitos inimigos numa publicidade dirigida, sistemática e escandalosa.

Acrescente-se a fraqueza de amigos que não defenderam nas posições que ocupavam à felonía de hipócritas e traidores a quem beneficiei com honras e mercês, à insensibilidade moral de sicários que entreguei à Justiça, contribuindo todos para criar um falso ambiente na opinião pública do país contra a minha pessoa.

Se a simples renúncia ao posto a que fui levado pelo sufrágio do povo me permitisse viver esquecido e tranqüilo no chão da pátria, de bom grado renunciaria.

Mas tal renúncia daria apenas ensejo para, com mais fúria, perseguirem-me e humilharem-me.

Querem destruir-me a qualquer preço. Tornei-me perigoso aos poderosos do dia e às castas privilegiadas.

Velho e cansado, preferi ir prestar contas ao Senhor, não dos crimes que não cometi, mas de poderosos interesses que contrariei, ora porque se opunham aos próprios interesses nacionais, ora porque exploravam, impiedosamente, aos pobres e aos humildes.

Só Deus sabe das minhas amarguras e sofrimentos.

Que o sangue dum inocente sirva para aplacar a ira dos fariseus.

Agradeço aos que de perto ou de longe me trouxeram o conforto de sua amizade.

A resposta do povo virá mais tarde...”

(in

http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/as_duas_cartas_de_getulio_vargas.html)

Carta-testamento de Getúlio Vargas (versão datilografada)

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no

pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

(in

http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/as_duas_cartas_de_getulio_vargas.html)

ANEXO 2**Relatório da viagem a Lisboa em 1941**

Emb. Berlim/RESERVADO/129/1941/Anexo Único. EMBAIXADA DO BRASIL EM BERLIM

M E M O R A N D U M Para o Senhor Embaixador.

Em 13 de junho de 1941

De regresso de Lisboa, aonde fui em desempenho da incumbência de correio diplomático, com a qual honrosamente me distingui a confiança de Vossa Excelência, apresso-me em fixar, nesta exposição, tudo o que na minha viagem ocorreu, digno de menção, bem como as observações e informações que consegui colher.

2. Seguindo prévias instruções, vim de Hamburgo, no dia 25 de maio último, para esta capital, onde permaneci dois dias, recebendo as derradeiras ordens e os bondosos conselhos de Vossa Excelência, e ultimando, com o auxílio obsequioso e dedicado de todos os funcionários desta Embaixada, os preparativos para a partida, que se afetuou no dia 28, quando embarquei, às 7 e 30' da manhã, em Tempelhof, no avião de carreira.

3. O vôo se realizou em condições normais, com pouso nos aeroportos da escala regulamentar; as autoridades policiais e aduaneiras dos países que atravessei deram-me todas as facilidades; nada se passou, portanto, que mereça assinalamento.

4. Desci em Sintra às 20 e 30', hora portuguesa, e cheguei a Lisboa às 22 horas, dirigindo-me imediatamente para a Embaixada do Brasil, onde fiz a entrega de toda a correspondência que conduzia, conforme o recibo, que vai aqui em anexo.

5. Se bem que o vapor "Bagé", que trazia a correspondência da Secretaria de Estado, tivesse aportado, quase que simultaneamente comigo, na capital portuguesa, cumpria-me aguardar lá, numa demora de nove dias, a saída do avião no qual tinha reservada a passagem de volta.

6. Durante todo o tempo da minha permanência em Lisboa, procurei manter-me em estreito contato com a Embaixada do Brasil, o que me foi assaz fácil e agradável, graças à simpática e benévola acolhida que me proporcionou o Senhor Embaixador Araújo Jorge, e às atenções que para comigo teve o Senhor Mendes Gonçalves, Primeiro-Secretário.

Ambos me comunicaram várias informações e novidades interessantes, as quais, principalmente as ministradas pelo Senhor Embaixador, constituem o núcleo do relato, que, páginas adiante, tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência.

7. Também o Cônsul-Geral, Senhor Pinto Dias, o Cônsul Adjunto, Senhor Frank Moscoso, e o Vice-Cônsul, Senhor Milton Faria, me cumularam de gentilezas e deram-me toda a ajuda de que carecia, facilitando assim grandemente as minhas tarefas.

8. Encontrei-me, igualmente, com o Senhor Ministro Alves de Souza, a quem sou deveras grato, pelos esclarecimentos que me transmitiu, acerca da hora política européia, e pelos conselhos com que me ajudou.

9. A 7 do corrente, tomei o avião, para regressar, trazendo comigo a correspondência, que me fora entregue pela Embaixada em Lisboa. De acordo com o horário regulamentar da companhia de navegação aérea, tive de interromper a viagem em Madrid, onde passei o domingo, dia 8. Aliás, não deixou de ter alguma utilidade essa interrupção, porquanto, na capital espanhola, consegui captar outras informações, que serviram para completar as minhas vistas sobre as relações políticas entre as duas nações da Península. Foram-me bem gratas as atenções de que me cercou, ali, o Senhor Neves da Rocha, Secretário da Embaixada.

10. Finalmente, na manhã do dia 9, retomei a viagem, chegando a Berlim e entregando, nesta Embaixada, toda a correspondência oficial que trazia.

11. Reconhecendo que, também na viagem de volta, as autoridades aduaneiras portuguesas e alemãs não me tenham criado dificuldades, mostrou-me a experiência, as vantagens que teria tido, caso pudesse exhibir, principalmente aos funcionários da Alfândega de Lisboa, qualquer folha-de-apresentação, expedida pela Embaixada do Brasil naquela cidade, a qual, aliás, estaria pronta a conceder tal papel aos colegas que, futuramente, tenham de ir à capital portuguesa em funções de correio diplomático.

12. Aqui, Senhor Embaixador, antes de entrar a narrar as coisas que vi e ouvi, nas capitais neutras que me foi dado visitar, permita Vossa Excelência que eu cumpra o agradável dever de expressar-lhe o meu sincero reconhecimento, pela oportunidade que me proporcionou, tão rica de experiências, em todos os sentidos, tão útil.

PORTUGAL E ESPANHA

Abrangidos, obrigatoriamente, numa primeira divisão de conjunto, os dois países ibéricos, afins e contíguos, se contrapõem, hoje em dia, quanto à respectiva situação econômica, numa disparidade impressionante: a Espanha, combalida da guerra civil e colhida pelas conseqüências segundas da conflagração atual, emacia-se numa triste miséria e crescente penúria; ao passo que Portugal, recolhendo os benefícios materiais, compostos em vários anos, não-revolucionários, sob sábia administração, e agradecendo ao destino a sua posição geográfica, marginal e distanciada, ostenta uma desafogada abastança, fartura feliz que espanta agradavelmente o viajante que lá chega, vindo que seja de qualquer outro país da Europa. Essa desigualdade de condições, pelas cobiças que já agora reaviva ou desperta, e pelo desequilíbrio político que é capaz de provocar, gera a intranqüilidade e o receio de grande número de portugueses (opiniões ouvidas de populares e também de pessoas qualificadas) e serve para explicar melhor certos aspectos das relações entre os dois países.

SALAZAR E FRANCO procuram intensificar, cada dia mais, os laços da cordialidade luso-hispânica, acelerando-se na linha de íntima aproximação, inaugurada logo nos primórdios da revolução espanhola. Assim, além da assinatura dos tratados de não-agressão e de amizade, dos acordos comerciais e econômicos, e de uma longa série de outros atos bilaterais, mais ou menos relevantes, têm-se multiplicado, principalmente nestes últimos meses, as trocas de visitas de pessoas de destaque, isoladas ou constituídas em caravanas ou embaixadas, e pertencentes aos círculos de escol, científicos, políticos, artísticos, sociais e outros. Além da inevitável corrente de simpatia entre dois vizinhos ditadores, ambos prudentes de índole e conservadores por tendência, parece que o Caudilho e o Presidente do Conselho diligenciam unir-se mais, para melhormente se darem mútuo apoio, não só em face dos perigos de proveniência extra-ibérica, mas também na defesa contra o dinamismo de certos elementos internos. Principalmente na Espanha, onde a Falange, com o seu fanatismo irredentista e ativista, propendendo para a adesão imediata ao Pacto das Três Potências e para a entrada na guerra, tem criado sérias dificuldades ao Generalíssimo. Aliás, como, na Espanha, a velada e surda discrepância entre Franco e Suñer, ou Falange e Exército, se apresenta já como um perigo e um problema, ao passo que em Portugal o Governo domina perfeitamente a situação, e obteve, mesmo, recentemente, uma exaltação do seu prestígio, é natural que, no momento, seja Franco o que com maior empenho procure sustentar-se no seu vizinho. Nesse programa, é ele auxiliado enormemente pelo seu irmão, Don Nicolas Franco, Embaixador

de Espanha em Lisboa - homem prudente, conservador, hábil diplomata, antifalangista definido, e fervoroso propugnador da estreita aproximação hispano-portuguesa, e que goza de grande cotação em Portugal.

Em certas camadas da população portuguesa, difundiu-se mesmo uma interpretação, excessivamente vaidosa e otimista, desse espírito de cooperação: “Salazar é quem manda em Franco!” (Opinião de um popular.) “Salazar é quem ajuda Franco!” (Idem.) Naturalmente, nem é necessário frisarse o exagero plebeu dessa crença patriótica numa projeção, para além das fronteiras terrestres portuguesas, da construtiva irradiação salazarina.

A circunstância de estarem os dois países mais ou menos comprometidos, quando mais não seja teoricamente - Portugal pela sua plurissecular aliança com a Inglaterra, a Espanha pelos seus vínculos com as Potências do Eixo - ajuda-nos a compreender o inteligente afã com que os seus governantes se apertam as destras, uma vez que cada um deles dá a mão esquerda a um dos dois grupos beligerantes. Praticam uma política de recíproca ajuda, e cultivam uma amizade compensadora, realizando, sem atritos, a osmose adaptativa, entre dois regimes, autoritários mas de diferente colorido totalitário conforme a pitoresca disposição, no mapa, das ditaduras europeias, que se escalonam, de leste para oeste, numa seriação decrescente de radicalismo.

O que é certo é que a Espanha, tal qual no tempo da revolução franquista, continua a receber, na medida do que ao pequeno Portugal é possível, auxílio em gêneros alimentícios e em artigos de toda espécie.

Até camionettes, carregadas de pão fresco, saem, todas as manhãs, de Lisboa, com destino à fronteira espanhola. (Informação dada por um popular).

Em Portugal, há, naturalmente, sérias apreensões, quanto à possibilidade de vir a predominar decisivamente a Falange espanhola, a qual, como é sabido, integra no seu programa o plano de uma “Confederação Ibérica”, com a aglutinação, mais ou menos dessoberanizante, da pequena nação vizinha.

Portugal

A SITUAÇÃO POLÍTICA INTERNA de Portugal é presentemente calma e firme. O Governo, principalmente nestes últimos meses, tem conquistado a gratidão do povo, que lhe reconhece os esforços por conservar o país fora da guerra. Depois da grande manifestação de abril, do discurso do Presidente do Conselho, e da “Nota” oficiosa de 9

de maio, pôde observar-se uma verdadeira dilatação da popularidade dos governantes, que, todavia, têm os seus opositores: remanescentes do monarquismo, democratas, oficiais descontentes, etc. Todos esses adversários genéricos do regime ou inimigos pessoais de Salazar, tentam conspirar, e aguardam a sua hora; mas, para com eles, a polícia repressiva, sempre vigilante, sabe ter os seus rigores. Fato significativo: por ocasião da manifestação de abril, toda a imprensa elogiou o Governo, até mesmo um jornal oposicionista.

ECONOMICAMENTE, Portugal, com a duração da guerra, já começa a sofrer. O bloqueio britânico se faz cada dia mais rigoroso, e tem causado muitos prejuízos. Mesmo o tráfico da metrópole com as suas colônias tem sido altamente prejudicado; mais do que isto - está reduzidíssimo, quase que praticamente interrompido. Os ingleses são severos na concessão de navycerts, e os importadores se queixam de que os cais de Angola e Moçambique estão abarrotados de mercadorias, que correm o risco de se estragar.

Consta que, tendo em vista o fato de Portugal haver importado, no ano passado, uma quantidade de café muito superior à de que necessitaria para o seu consumo interno, a Inglaterra, por justa desconfiança e legítima prudência, decidiu suspender, pelo prazo de seis meses, os *navycerts* para os carregamentos de café destinados aos portos portugueses.

Mas, simultaneamente, corre a fala de que o Governo português está resolvido a incrementar a produção do café nas Colônias, criando facilidades para a importação do mesmo, não obstante ser ele muitíssimo inferior em qualidade ao café de outras procedências.

As colheitas em Portugal se prometem péssimas, em conseqüência das destruições lavradas pelo recente ciclone e pelas pesadas chuvas que, depois dele, caíram. Já se prediz, para futuro não remoto, a escassez de determinados gêneros, como, por exemplo, o açúcar. Mas, até agora, quem mais tem sofrido são as fábricas de conservas enlatadas, que estão impossibilitadas de se prover de folha-de-flandres. Falou-se que os Estados Unidos poderiam enviar, mensalmente, certa quantidade, a qual, entretanto, só chegaria a cobrir os 10% da que é realmente carecida. Ultimamente, propalou-se que a Alemanha iria fornecer a Portugal toda a folha-de-flandres de que os seus fabricantes precisam. Apesar de circular em meios e geralmente bem informados, esta última notícia não deixa de ser algo inverossímil.

A NEUTRALIDADE PORTUGUESA, tantas vezes reafirmada no decorrer da conflagração, funciona realmente, alerta e estrita. A imprensa é sujeita a uma censura rigorosíssima. O povo é, na sua imensa maioria, anglófilo. As simpatias de Salazar pelos países do Eixo são bem conhecidas; isto não obstante os protestos de fidelidade à Aliança com a Inglaterra.

Aliás, há sempre queixas, por parte dos beligerantes, alternandose os Representantes diplomáticos da Inglaterra e da Alemanha em atribuir ao Governo português a tendência a simpatizar com a parte contrária. A fim de diminuir as ocasiões de atritos, os constrangimentos, e as reclamações sobre questões precedência, o Governo tem procurado evitar, o mais possível, as solenidades a que deva comparecer o Corpo diplomático. A Aliança com a Inglaterra persiste, e é quase certo que não será denunciada, quaisquer que sejam as porvindouras circunstâncias. Quanto à explicação de coexistir essa Aliança com a absoluta neutralidade, alegam os portugueses que a Inglaterra, até hoje, nada lhes pediu, e lhes reconhece o direito de ficar fora do conflito.

Que Portugal, caso agredido, tentará esboçar um começo de resistência simbólica, disso não há que duvidar, depois das categóricas afirmações do Presidente do Conselho, as quais, de certa maneira, vieram modificar a idéia de não-defesa, até então arraigada no espírito do povo. O que se pode perguntar é se os preparativos até hoje feitos correspondem a essa vontade expressa de não ceder à agressão.

Continuam a ser mandados reforços militares para Cabo Verde e para os Açores. Quando eu estava em Lisboa, embarcaram, com destino àquelas Ilhas, contingentes e material de aviação. Também para Angola foram mandados quadros de oficiais, destinados a ampliar as formações de soldados aborígenes. Tais embarques se realizam sempre de uma maneira aparatosa e demonstrativa.

Essa remessa de tropas, coincidindo com uma certa inércia desarmamentista, que se observa na mãe-pátria, tem dado origem a várias inferências ousadas, e a certos boatos malevolentes. Assim, dizem uns que só nas colônias e nas possessões insulares são necessários as forças armadas, porque Portugal, que não poderia pensar em querer deter um ataque alemão, por terra, pode dar-se à veleidade de se opor a uma tentativa inglesa ou americana de desembarque nas Áfricas e nas Ilhas. É patente o ingênuo simplismo desse raciocínio.

Outros, e muitos, falaram, ao contrário, que o Governo, em segredo, cogitava de trasladar-se, na hora oportuna, para qualquer chão português fora da Europa, mais ou menos longínquo. Esses boatos chegaram a impressionar, sabido como é que a transladação na história de Portugal, sempre foi uma receita, nas horas graves, dada aos reis, pelos ministros.

No dia 7, pouco antes da minha partida de Lisboa, pude ler, no “Diário da Manhã”, um “Desmentido” dos serviços de imprensa da Embaixada inglesa, negando formalmente a veracidade de “uma informação da “D.N.B.”, proveniente de Amsterdam e posta a circular em Lisboa, na qual se citava uma suposta notícia, fornecida ao “Daily Mail” pelo seu correspondente na capital portuguesa. A notícia, tal como fora citada, era concebida em termos desprimorosos para o Exército português, assacando que o mesmo estaria a evacuar, pouco a pouco, o território metropolitano.

A notícia de que a Alemanha pretendia convocar uma “Conferência da Paz na Europa”, com exclusão da Inglaterra, preocupou seriamente os dirigentes de Portugal, que veriam, nessa assembléia de paz em plena guerra, uma insidiosa manobra destinada a coagir os poucos países europeus ainda fora da torva sombra teutônica, forçando-os a uma categórica definição de atitudes. Convidado, como não poderia deixar de ser, para participar de tal conferência, teria Portugal de consumir, em trágica urgência, a escolha irreparável: de um lado o mar, o domínio colonial, a aliança inglesa, a transladação do Governo; do outro, a entrada para o esquema rígido da “Ordem Nova”, a absorção pela nebulosa neopangermânica, talvez com a manutenção de uma reles subsoberania.

A POSSIBILIDADE DE UMA INVASÃO ALEMÃ já foi e continua sendo fonte de preocupações. Como é assaz compreensível, Portugal, primeiramente, tem medo. Desde o início da guerra atual, o pequeno país lusitano vem vivendo um longo temor básico, que, refletindo as culminâncias dos sucessos guerreiros, se exalta, de vez em quando, em grandes sustos intermitentes e verdadeiras crises de pavor coletivo. Medo da gana dos falangistas; medo do desembarque de tropas de qualquer um dos beligerantes; medo de que a Inglaterra apresente exigências aos seus aliados; medo de ter de servir de campo de luta; medo dos Estados Unidos; medo da horrorosa ocupação alemã, em qualquer um dos seus vários moldes.

O receio de que as tropas alemãs, para resguardar o seu flanco direito, na marcha contra Gibraltar, venham a tomar conta do território português, tem sido constante, mas com altos e baixos, conforme a evolução da guerra. As recrudescências periódicas dos boatos

de invasão alemã se manifestaram, principalmente: 1) em junho de 1940, após a derrocada da França; 2) em setembro e outubro de 1940, como ominoso eco das entrevistas dos dirigentes espanhóis com os chefes dos países totalitários; 3) em abril de 1941, logo após o massacre da Iugoslávia e o rechaço das tropas imperiais britânicas para fora da Cirenaica.

Os maus pressentimentos se avivam com as manifestações da malcontida agressividade da Falange, e com as notícias, mais ou menos dignas de crédito, segundo as quais se estaria verificando, na Espanha, uma sorrateira infiltração tudesca. Constatou, por exemplo, que se encontravam, em território espanhol, disseminados por várias cidades, oficiais e técnicos militares alemães, em grande número, os quais, trajando à paisana, enchiam os hotéis, e traziam, nas malas, os seus uniformes. Falou-se também que estariam em Vigo cerca de 5.000 oficiais e soldados germânicos, prontos para invadir Portugal pelo norte. Diz-se que a Gestapo, sob o pretexto de ajudar a vigiar as atividades dos comunistas, já se intrometeu em muitos setores da administração espanhola. Correu a notícia de que o Estado-Maior do Reich teria reforçado, repetidamente, a suas tropas, nas “landes” da Gasconha. E assim por diante.

Todavia, quando cheguei a Lisboa a fase era de acalmia perfeita. A luta no Mediterrâneo oriental era considerada um agradável derivativo. Pensava-se, com alívio, que, enquanto a Alemanha estivesse pondo em prática a sua arremetida contra Suez e o Oriente Próximo, Portugal poderia respirar, desafogado, adiando, por alguns meses, as suas preocupações. O vezo, ou a preferência alemã, de não empreender duas ofensivas a um tempo, parecia aos portugueses suficiente garantia.

Alguns acreditam, contudo, que a hora perigosa chegará, em agosto ou outubro deste ano. (Opinião de pessoa ligada ao Ministério dos Estrangeiros).

A REAÇÃO ANTIAMERICANA foi um fenómeno que coincidiu com a minha estada em Lisboa. O descontentamento, de grande parte dos portugueses, contra os Estados Unidos, começou quando o senador Pepper expôs as suas idéias a respeito da importância das Ilhas atlânticas para o ataque ou a defesa do Hemisfério Ocidental. Os jornais abriram uma viva campanha contra aquele senador, cujas palavras foram taxadas de intempestivas, ofensivas à honra e à dignidade portuguesas, e prejudiciais às boas relações entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Alastrou-se então uma onda de desgosto para com os Estados Unidos, irritação essa que chegou a contaminar até mesmo meios tradicionalmente anglófilos - de “inglesados”, como vulgarmente em Portugal se diz. Entre essas pessoas, algumas houve, de destaque e de importância social, que, não podendo conter a sua acrimônia, invectivaram: “Antes sermos dominados por Hitler do que pelos Gangsters americanos!”

Outros diziam: “Se a Inglaterra, que está em guerra e precisa dos mares, nos tem deixado em paz, e se a Alemanha ainda não nos pediu nada, por que querem os Estados Unidos tomar-nos Cabo Verde e os Açores?” (Escutado de um popular.)

A inquietação do povo subiu a tal grau que o Presidente do Conselho, a 9 de maio, julgou oportuno fornecer à imprensa uma “Nota” oficiosa, a qual constava de três pontos: 1) dizia que o Governo português não recebera, da parte de qualquer potência estrangeira, nenhuma sugestão ou imposição para ceder parte alguma do seu território; 2) declarava ser firme propósito do Governo português defender o país contra qualquer tentativa de agressão ou sujeição; 3) afirmava que “o Governo português está habilitado, por declaração expressamente feita pelo Governo dos Estados Unidos, a dizer que as idéias do senador Pepper, como outras do mesmo gênero lançadas pela imprensa americana, não correspondem de modo nenhum ao seu pensamento de absoluto respeito pela soberania portuguesa.”

A publicação da “Nota” de Salazar trouxe ao povo grande satisfação e alívio. Mas, com o discurso do Presidente Roosevelt, a 27 de maio, reavivaram-se os temores e os melindres. Toda a imprensa lisboeta, desde o “Diário da Manhã”, órgão oficioso, até aos periódicos católicos, estamparam editoriais, comentando o discurso com desgosto, e protestando, “com reprovação serena mas clara e inequívoca da opinião pública portuguesa”: Naturalmente sobreveio o realarme, e a atordoada contra a Norte-América, a qual estava no auge, quando saí de Lisboa.

E, mesmo, depois do discurso do Presidente Roosevelt, o Governo português se mostrou discretamente irritado com os Estados Unidos. (Informação colhida da Legação americana).

A maioria da gente lusa teima em não querer compreender as graves razões e os elevados objetivos da política externa de Roosevelt, e assim é de recear-se que, caso continuem a aparecer na imprensa estadunidense alusões, à moda Pepper, aos arquipélagos portugueses, persista na opinião pública de Portugal um resíduo de desconfiança e de

animosidade, principalmente porque a Propaganda alemã não perderá a ótima ocasião de intrigar, para tirar seu partido.

O certo é que uma das primeiras conseqüências desse surto de antinorte-americanismo já se começa a delinear. Não obstante a sua extensa vulnerabilidade ultramarina, de país possuidor de vastas colônias, e a despeito do tão declamado “sentido do Atlântico”, da velha Aliança com a Inglaterra, e mesmo da excepcional situação de estar fruindo um conforto e abundância, atualmente não-europeus, Portugal, onde já tomara corpo, como uma etapa prévia, o sentimento da “consciência peninsular”, começa a imbuir-se, pouco a pouco, da “solidariedade continental”. E isso não poderá deixar de ser muito do agrado dos dirigentes da Alemanha, pelo prejuízo que advirá, naquela “esquina da Europa”, à nobre causa defendida pelos povos anglo-saxões.

Espanha

A penúria continua grande, Madrid apresenta um aspecto triste e desolado, e o povo espanhol padece hoje toda a sorte de privações. Talvez em conseqüência disso, o comunismo prolifera, aumentando constantemente o número dos seus adeptos.

Em Madrid, voltei a ouvir, sobre a infiltração alemã, policial e militar, os mesmos boatos, já escutados em Lisboa, e cujo grau de correspondência com a realidade não posso, infelizmente, avaliar.

Soube também que o regimen franquista se defende, com excessivo rigor, dos seus possíveis opositores e conspiradores, e que a polícia política interna é vigilante e severíssima.

Quanto aos projetos e manobras da Falange, e às suas subterrâneas dissenções com o Caudilho, às quais já me referi, pude obter algumas informações, não de todo desinteressantes, sobre certos fatos, ocorridos no meado de maio último e confirmadores desse antagonismo.

Com efeito, no segundo decênio do mês passado, foram, repentinamente, exonerados vários funcionários, detentores de altos cargos públicos e todos eles falangistas; as vagas abertas pelos mesmos foram preenchidas por militares da confiança do Generalíssimo. Houve na população, naturalmente, tensão e estupor. Os jornais da Falange deixaram transparecer, nas suas entrelinhas, descontentamento e despeito. E houve muita gente que pensou ter chegado a hora final daquela organização política, esperando-se a demissão de Serrano Suñer.

Mas, quatro ou cinco dias depois, o Caudilho voltava a nomear, para postos igualmente de relevo, um número de falangistas equivalente ao dos que tinham sido antes destituídos.

Sobre o significado dessa inesperada solução, houve naturalmente diferentes palpites. Segundo uns, Franco, apoiando-se na maioria do Exército, e pretendendo dar realmente um golpe mortal na Falange, quisera, antes disso, sentir as reações que tal gesto produziria. Outros acham que tudo foi feito pelo Caudilho, de comum acordo com Suñer, visando ao mesmo objetivo, de sondagem e tateio.

De todo o acontecido, seja qual for a interpretação que lhe queiramos dar, resultou um sensível acréscimo de predomínio e prestígio para a Falange.

Quanto à personalidade do Ministro Serrano Suñer, propala-se que há, no seio da agremiação falangista, muitos descontentes com o seu chefe, a quem acusam de ser um oportunista, desprovido de convicção e de fervor profundos.

Fala-se também que Franco, que de há muito vem amistosamente resistindo à pressão combinada do Fueher e do Duce, para uma participação na guerra ao lado dos países do Eixo, estará para o futuro, na quase impossibilidade de fazer valer junto àqueles os seus argumentos, repassados de prudência e bom senso, principalmente a sensata opinião de que a Espanha, dadas as suas atuais dificuldades e misérias, viria a ser - mesmo se na sua colaboração ela se limitasse a conceber livre trânsito às tropas alemãs - mais um peso-morto onerante do que uma vantagem para os seus aliados futuros. Em Lisboa, eu já tivera ocasião de ouvir esta explicação pitoresca: “Os alemães cá não virão, que terão medo de atravessar o Sahara espanhol...”

Inglaterra

Não havia, no momento, na capital portuguesa, nenhum brasileiro recém-chegado da Inglaterra, e, assim, muito poucas foram as informações, dignas de algum crédito, que pude obter, sobre a situação interna da Grã-Bretanha, em geral, e particularmente sobre as conseqüências, na vida quotidiana dos habitantes do Reino Unido, dos bombardeios aéreos e do contrabloqueio alemão.

Contudo, ouvi dizer que a diminuição de determinados gêneros alimentícios, bem como de outros produtos, se observa na Ilha, e que esse estado de coisas ter-se-ia acentuado algo, nos últimos meses. A escassez de açúcar, por exemplo, seria bem sensível,

desabundando ainda, entre outras coisas, a carne e o chá. Rareiam, nas lojas, as peças de vestuário, principalmente as de uso masculino, e as meias de senhoras já seriam um artigo quase inexistente.

Pelos jornais ingleses, do dia 29 de maio, pude conhecer as novas medidas preventivas adotadas: a instituição do racionamento obrigatório para o leite e os ovos, bem como o controle da venda do peixe. Também em Lisboa, tive notícias pela leitura das folhas britânicas, de ter sido estabelecido o sistema de “cupons”, para a compra de roupas e de calçados. Soube também que as destruições, produzidas pelos bombardeamentos aéreos, em Londres, Liverpool e outras cidades, têm sido realmente grandes.

Cumpr-me todavia assinalar que, segundo todos os meus informantes, o moral do povo inglês continua elevadíssimo, e o fervor de levar a guerra até a vitória final é compartilhado pela quase unanimidade da nação. Naturalmente, tais notícias se reportavam a um tempo anterior à tomada de Creta - sucesso militar que, pelo que se pôde ler, posteriormente, na imprensa inglesa, assim como pelas tristes ressonâncias nas rodas anglófilas lisboetas, poderia, quiçá, ter empanado um pouco, passageira ou demoradamente, aquelas brilhantes disposições de um grande povo.

Interessante foi o que ouvi, aliás de segunda ou terceira boca, a respeito da opinião que, dos alemães, teriam as pessoas do baixo povo e das classes medianas de Liverpool, em sua maioria. Segundo essas informações, os aludidos habitantes daquela cidade costumam referir-se aos seus adversários, com expressões honrosas, considerando-os os seus verdadeiros parentes, racialmente afins e com qualidades muito superiores às dos latinos e demais povos, e lamentando o fato de terem agora de guerreá-los, a fim de libertá-los dos horrores da tirania nazista. Todavia, tais considerações - vestígios talvez da campanha inicial da Propaganda inglesa, que distinguia entre povo alemão e Governo nacional-socialista - não apoucam, de maneira alguma, o ânimo de resistência e a capacidade combativa da gente que as expende.

Nas rodas norte-americanas de Madrid e Lisboa, admite-se também que o moral britânico seja excelente, e acredita-se na inexpugnabilidade da Ilha a uma tentativa alemã de invasão. Segundo uma informação, obtida de diplomatas norte-americanos, os Estados Unidos irão fornecer à Inglaterra, em fins deste mês ou no começo de julho próximo, grande quantidade de maiores e melhores aeroplanos de bombardeio de sua fabricação, inclusive dos chamados “fortalezas voadoras”.

Vindos dos Estados Unidos, em trânsito para a Inglaterra, têm passado ultimamente por Lisboa aviadores norte-americanos, em grande número.

Estados Unidos

Diplomatas norte-americanos, nas duas capitais ibéricas, afirmam que dos Estados Unidos se pode dizer, agora, que já são “quasebeligerantes” e que, a qualquer momento, poderá o país ver-se obrigado a oficializar a sua entrada na guerra. Afora esta, outras opiniões interessantes não ouvi, sobre a grande nação americana, que fossem além de balelas, indeterminadas e contraditórias.

Itália

Pessoas, chegadas da Itália, afirmam que a opinião pública daquele país se desinteressa, em geral, pela guerra, cujas conseqüências são aturadas pelo povo com uma desmoralizada resignação.

Uma dessas pessoas teria usado de uma expressão engraçada, dizendo que “os italianos têm pela guerra atual o mesmo interesse que os argentinos tinham pela guerra do Chaco”..

Alemanha, vista lá de fora

A tomada de Creta, pelas circunstâncias especiais de que se revestiu, veio reforçar a crença, generalizada, na capacidade e no poder ofensivo da aviação e do Exército alemães.

Em Portugal, o povo tem uma opinião um pouco exagerada dos resultados dos bombardeios da RAF em território alemão, e há também um pouco de exagero na idéia que ali se faz a respeito das restrições alimentares neste país.

Quase ninguém mais se interessa pelo “caso Hess”, o qual, pelo sagrado mutismo que ultimamente tem merecido, tanto da parte da Propaganda inglesa como da alemã, já vai sendo relegado ao limbo dos grandes mistérios históricos.

Outras informações

No dia 3 de junho, tendo ido, em companhia do Dr. Mendes Gonçalves, à estação, a fim de receber o Ministro Alves de Souza, fui apresentado ao Encarregado de Negócios da Iugoslávia em Lisboa, o qual, no decorrer da conversa, contou coisas interessantes: na linha de divisa russo-alemã, desde Lublin até à beira do Báltico, estar-se-iam defrontando fortes concentrações de tropas dos dois países; os alemães, que já teriam organizado, em

segredo, em Berlim, novos Governos postigos para a Lituânia, Letônia e Estônia, e que, além disso, haveriam mobilizado bando de “intérpretes”, balto-eslavos e russos brancos exilados, estariam fazendo intensa pressão sobre o Governo de Moscou, a fim de dele obter livre passagem e vantagens outras, na Ucrânia; acreditava o meu informante que já era quase certa a anuência da Rússia às exigências da sua poderosa vizinha.

Naquele mesmo dia, o Embaixador Araújo Jorge me transmitiu o que lhe contara o Embaixador japonês, o qual dizia haver recebido, em telegrama do seu Governo, duas comunicações: a primeira, informando que os russos tinham retirado a maior parte das suas tropas estacionadas na fronteira Sibéria-Mandchúria, tropas essas que teriam sido reenviadas a duplo destino - para as fronteiras da Rússia com a Alemanha e com o Irã; a segunda, recomendando ao Embaixador que se mantivesse atento a qualquer notícia sobre um possível acordo entre a Inglaterra e a Alemanha.

Aliás, naquela ocasião, oriundos de interpretações apressadas da ida de Winant à América e da entrevista dos dois Ditadores no Brenner, corriam em Lisboa, vagos e efêmeros, rumores de paz.

Respeitosamente,

a) J. Guimarães Rosa

ANEXO 3

Discurso de tomada de posse de João Guimarães Rosa na Academia Brasileira de Letras

Cordisburgo era pequenina terra sertaneja, trás montanhas, no meio de Minas Gerais. Só quase lugar, mas tão de repente bonito: lá se desencerra a Gruta do Maquiné, milmaravilha, a das Fadas; e o próprio campo, com vasqueiros cochos de sal ao gado bravo, entre gentis morros ou sob o demais de estrelas, falava-se antes: “os pastos da Vista Alegre”. Santo, um “Padre Mestre”, o Padre João de Santo Antônio, que recorria atarefado a região como missionário voluntário, além de trazer ao raro povo das grotas toda sorte de assistência e ajuda, esbarrou ali, para realumbrar-se e conceber o que tenha talvez sido seu único gesto desengajado, gratuito. Tomando da inspiração da paisagem a *loci opportunitas*, declarou-se a erguer ao Sagrado Coração de Jesus um templo naquele mistério geográfico. Fê-lo e fez-se o arraial, a que o fundador chamou “O Burgo do Coração”. Só quase coração – pois onde chuva e sol e o claro do ar e o enquadro cedo revelam ser o espaço do mundo primeiro que tudo aberto ao supra-ordenado: influem, quando menos, uma noção mágica do universo.

Mas, por “Cordisburgo”, igual, verve no sério-lúdico de instantes, me tratava, ele, chefe e o amigo meu, João Neves da Fontoura. - “Vamos ver o que diz Cordisburgo...” - com o riso arroucado, quente, dirigindo-se nem reto a mim, senão feito a escutar sua presente sempre cidade natal, “no coração do Rio Grande do Sul”. Provinciano - no justo traço psicológico e moral, que não no social e político - buscasse, aqueles momentos, uma reinsuflação de lá, entre o aconselhamento. Dessa Cachoeira, que o formou, que ele constante amou, a que como Prefeito prestou devotado e afincado anos de vida, refazendo-a, e pronunciando-se ainda filho devedor, dela orgulhoso; como, pensando “rio-grandensemente”, diz ser o Rio Grande “orgulhosamente província”. Ribeiro Couto, saudoso mais hoje conosco, e que a ponto co-adoptara o hipocorístico, de Belgrado vem vez me telegrafava: “Pouso Alto se embandeira e toca os sinos em honra de Cordisburgo”. João Neves, porém, nosso Embaixador e Chanceler - requerendo o interior e a província, onde firma residir ainda “a força do Brasil, especialmente nos maiores Estados”, reclamando seu trato como necessário para quem aspire a exercer qualquer notória influência, imputando às metrópoles levarem “ao diletantismo, à superficialidade, ao epicurismo”, e professando nada conhecer “que melhor exprima a vontade do povo em geral do que o povo municipal”, - entendíamos juntos, do modo, o País entrançado e uno, nosso primordial encontro seriam resvés íntimos efeitos regionais. Para Paris, escreve-me: “Vi uma fotografia da entrega de credenciais do Carlinhos. Nela você aparece no fundo ostentando uma gravata de listas vivas, que tanto pode ser fabricação do Sulka, como comprada no armarinho da *Main Street* de Cordisburgo”. Via-me lento e desacostumado mineiro capiau, indeformado, ou o-quê, segundo seu avaliar, xará e çaçula companheiro no sentir de homem lá-de-fora ou lá-de-dentro; isso nos concertava. Às quandas, equivocava-se e dava-me “Barbacena” - a sagaz e espiritual, onde, em tempos diversos, ambos residíramos gratamente, e tão-então não menos um nosso “lugar geométrico”. Por mim, frequente respondia-lhe topando topônimos. - “Cachoeira

concorda?" - se bem que, no comum, o chamasse de "Ministro". Escuto-o: - "E agora? Que há com Cordisburgo?"

- Muito, Ministro. Muita coisa...

De fim a fundo. Digo, conto o que de João Neves da Fontoura, por afortunada aproximação, me foi dado colher - o transordinário na experiência humana ordinária, ideia e impressão, singelo testemunho simples, do ato ao fato - na memória mais sentida. Para tanto, terei de à-pauta citar-me. Embora. No que refiro, sub-refiro-me. Não para a seus ombros aprontar minha biografia, isto é, retocar minha caricatura. Não eu, mas mim. Inábil redutor, *secundarum partium*, comparsa, mera pessoa de alusão, e há de haver que necessária. O espelho não porfia brilhar nem ser; mas, por de-fim, para usação, bem tem de relustrar-se. Direi.

Dele devo, por exemplo, datar o que recebi, com mãos menores. Da valia intelectual e dos rastros de cumprida vida pública - sua vasta capacidade inquieta, sua folha de batalhas, seus breves postos em poder e frementes empenhos de antagonista, seu inteiro atuar na política brasileira, tantas horas decisivo, tensa sua figura histórica - discorrem e esclarecerão, a olhos gerais, os anais, arquivos, livros, esplêndida informação autobiográfica. Esse o metal já amoadado - não permitido a alguma espécie de desaparecimento e esquecimento. Duvidemos, isto, dos que o não souberam compreender; a traça não pode com a alfazema. Tenho, sim, muito pouco, um tantésimo, um quantésimo. O que devo portar por fé.

Nem o que queria atinjo. Como redemonstrar a grandeza individual de um homem, mérito longuíssimo, sua humanidade profunda: passar do João Neves relativo ao João Neves absoluto? Sua perene lembrança - me reobriga. O afeto propõe fortes e miúdas reminiscências. Por essa mesma proximidade, tanto e muito me escapa; fino, estranho, inacabado, é sempre o destino da gente.

Vai para 40 anos; e era momento de juventude. Súbito, o povo guardava brado e gesto, um começo de começo. Foi a 5 de agosto de 1929. Aparecia para o Brasil, deste tamanho, um nome - o do destravador, servo dá palavra e de prender fogo. (João - que nem os Crisólogos, Crisóstomos, donde ouro qual tal: Fons Aurea, Fonte áuria, Fontoura; alvo - Neves - em nitidez). Davam os jornais, eco centelhar de fragmentos, sua fala na Câmara, de três horas, discurso-suma de toda uma esquipada: "... Vamos para o prélio aceso das urnas, e quiçá para o prélio sangrento das armas." Vocava "uma crença nas forças imortais do espírito de renovação." Reportava-nos os da altiva marca meridional, de rajadas, rasgos, verticalidade e ímpeto, robusta evolução cívica: ... "os rio-grandenses, que traçaram as fronteiras da Pátria a ponta de lança e pata de cavalo..." - o gaúcho de brio e cerne ao ar livre. Trazia a Paraíba, valente em entono em sonância, "até às montanhas de Minas Gerais. Minas pacífica, Minas vitoriosa!" Tomamo-lo a tento. Ele ardia. Ia, no entreassomo, mas no eito do arremesso:

"Sonhava nesta geração bastarda
Glórias. . . e liberdade!

.
O gênio das pelejas parecia..."

- o de ÁLVARES DE AZEVEDO, no "Pedro Ivo". Mas, de quem, então:

"A fronte envolta em folha de loureiro
Não a escondamos, não!"

Na convibração, no momento, comportávamos, nós outros, seja ou não, sobeja exaltação e fantasia. Seduzia-nos assim entanto, imantados, o pregador, o Orador por antonomásia - que acudira das assembleias de sua terra, politizada e parlamentária, sobressaído em quanto âmbito de acústicas e toda sorte de embates, medalhado já de fulgor e forma, desde as pugnas de estudante senhor da tribuna. Vinha-se mais de ouvi-lo, frente às artes-mágicas do fatural e retendo-o daí como haraldo de um futuro em faces limpas. Seu discurso - seus discursos "liberais" - rota de obrigação - trem e incessar de lumes. Neles podia-se experimentar não apenas a comensura de facúndia e talento: mas coragem, de cor, ânimo, de alma. Tive-o, imediato, antes que outro incorporando em si o movimento que arrancava. Todo o mais adiante foi confirmação. Graças por este sóbrio meu não desacerto.

Seguiu-se, meses altibaixos, o comando do líder, causa avançadora daquelas jornadas, que tangeram o remate da Primeira República. Reconhece-se e unânime refere-se que João Neves da Fontoura - promotor da inteligência com Minas e, a todo e próprio risco e quase rituar mística significação, com Minas firmador do pacto da Aliança - susteve e alentou, inarredado, infatigável, insobrossoso, o rojão da campanha até à revolução e o triunfo. Dele foi a representação em relevo. Dele se retraiu - modo algum por machuque em melindre, frustração ressentida ou rancor de ambição, sei-quê; senão por drástico realismo conforme desconfiado desencanto, - sempre operário todavia tentando servir a uma então impossível congraça ou enquistando-se na vigilância mais lúcida. Dele não desmentiu ao conspirar a pronta reconstitucionalização de um Brasil renovado na ordem democrática - e a sustentar, verbo, o glório São Paulo de 1932, para onde arriscara-se a abrir o arco, num mixe aviãozinho de aluguel, em expediente dramático qual leal declaração de firmeza e vivo audaz como labareda metáfora. Nem o denegriu, já depois no exílio, publicando-se desabusado acusador; menos ainda, mais tarde, ao repor-se com o Governo, porquanto flui, outro-e-outro, o rio humano, certo se no álveo do árduo de propósitos, e: quem pensa no Brasil, e no povo do Brasil, vezes quantas rebeija pedras e santos. Notável esse mirável João Neves. Voltava, em 35, remanente líder, à Câmara, da Minoria, de novo facho e voz.

Esta era uma vontade, frágil alta força.

"Orador, foi dos maiores senão o maior, do nosso tempo" - consigna Afonso Arinos de Melo Franco. Depõe: "João Neves da Fontoura... oriundo dos mais ilustres troncos sulinos... o fulgurante paladino de 1930... o mosqueteiro gaúcho... contou com um incomparável instrumento: a sua verdadeira e magnífica eloquência. João Neves chegara dos pagos com fama de temível orador. A brilhante campanha oratória de João Neves por esse tempo, que transformou, afinal, a oposição em revolução, não encontra talvez nada superior, e pouco haverá de comparável, em toda a história parlamentar do Brasil. Quantas vezes o vi e outras tantas o admirei."

Por mim escutei-o sempre com alegria alertada. Ver era vê-lo partir a falar, sem manhas de virtuose que soberbas de ás, vezes nem rompante: cumprindo apenas correto informar o recado, propor sua pleita, dar conta. Ele, que meditava e redigia os discursos, drede botava-os sob contido arranjo, alinhando tópicos reflexivos, conceitual o pensamento, lisa correntia a linguagem, lhano o teor cogente. Lidos, pegavam logo disciplinada

periodicidade e velocidade uniforme: nanja boleações, arrastos, retóricas ou vocais surpresas; por-pouco nenhum ornato. Sérias serenas as feições, também ele não se prometia em porte e aspecto; retreito de gestos, não mimava a jogo. A voz, antes desbrilhada, só insistência e volume, forjando-se hirta ou adensada se entornando, dados foscas subtons, tocava as frases num andamento ascendente quase invariado, sequência de pontuais cortes e simétricas modulações, homofônicas.

Então. E, em instante, brusco ou gradual, baixavam-lhe outras veras, estalo, faculdade, fôlego, expediam-se-lhe por volta anjos novos da guarda, caboclos, gênio, verbigênio, apolínica chispa, o "duende", o "daimon"? Erguia-se e erguia-nos, por comoção e impacto, raptura. Ereto - mínimo vulto, mais mente e menos matéria - maludo e esmarte agora, ao ápice e às ordens, no tinir do metal, centro de círculos até que em fecho enfim o circuito único encantatório, por efluxo também invariável -: daquela presença e intensidade anímica. Induzia, convencia; impressionava, quando não, encostando em respeito adversários, e nos sem-jeito os emparedadamente insensíveis. Isto: isto é, sabeis, o orador, o fluido e o halo. O que responde igual, mas circumpatia e nimbo espúrios, a outras dicções, que não menos sojigam e enfeitiçam - a pítica, a hipnótica, pseudo e só-labiosa, a elemental ou animal, mesmo a vesânica. Não a dele. Sua palavra era lavada forra do ideal sobre o contingente.

Assim aqui, assim lá, nas alienas e internacionais reuniões. Ao abrir, inesquecivelmente, a IX Interamericana, de Bogotá, por lembrar. Ou, na Conferência da Paz, em Paris, quando acorçoados o espiávamos assumir a tribuna, do mundo, convocado pelos "grandes", Bevin, Bidault, Molotov, que alternados ali presidiam: - "*I call upon the Representative of Brazil, Mr. da Fontoura...*" - "*Je donne la parole au Premier Délégué du Brésil, Monsieur Da Fontoura...*" - "*Imiéiet slóvo Pêrvyi Brazílhskii Delegat Gospodin da Fontoura...*" Ah, Ministro! Como cabe tanta coisa nos meus olhos?

Dessa oratória e eloquência - quais o mérito e crédito, o mando, o móbil? De onde fura a fonte? Diga-se: valor. O altamente impessoal, quer dizer, o personalissimamente profundo. Da cauta, recolhida verdade do sentimento - era o que se externava - veemência ética, a sinceridade mais descoberta e em fé. Tão a fio mormente seu raciocínio, tanto mais a emoção legal certa. Tenência. Integro, falava com uma autoridade; a de quem sabe ser vedor puro e por vezes pasmo da própria e movida grandeza. Retitude permeio e a fim, enraiz de convicção, sem regateio ou preço. Devoção à diáfana carne moral dos princípios. Mas à base então - a angústia pelo bem comum, a paixão da Pátria. Esse, dado a ver, o segredo do orador João Neves da Fontoura. Alma exercida, disse. E coração. Coração, é indispensável; todos sentimos por quê. O dever, mesmo, vem dele. Entanto que dever e pudor compelem-no a pejar oculto.

Volto. Vai para 30 anos. Vim aqui, por causa de um prêmio, tinha de fazer discurso, cheguei tímido e cedo. Dei no saguão com grupo de acadêmicos. Deles, um, talvez não o mais próximo, endireitou para mim. ("Um acaso? Uma coincidência?" - ele é quem indaga, noutra ocasião e por diferente passo, em de seus livros: "Melhor é acreditar que uma harmonia secreta domina..." - conclui.) Encontrávamo-nos, primeira vez. Dispôs: - "Vai o poeta tomar chá conosco." Subimos, me apresentou aos pares, de mim curou todo o tempo. (Lembro-me: Ademar Tavares, afável, glosava-me o "... nome certo para poeta..." -; guardei, tudo quanto há com nomes me apanha.) Em 29 de junho de 1937. E, a 12, ele, João Neves, tivera posse, apresentando sobre Coelho Neto estudo crítico abarcador, com achados, perdurável por substância e senso. "Assim, terçando motivo

rigorosamente literário, vós - o expoente, - provais quanto merecem e têm direito, as individualidades da vossa esmerada categoria, ao convívio acadêmico, selecionador e acertado" - saúda-o Fernando Magalhães. (Expoente - e máximo - de um gênero; contudo como asado "expoente" inajeitadamente quem-sabe se balanceasse, usando por vezes intitular modo curto a entidade: "Academia Brasileira"; e entretanto, já pois ainda antes das "MEMÓRIAS", pondo rancho arriba nas Letras do país.) E estava, eu disse, em sua doce lua com a Academia? (Mas, se sempre esteve, melenluarado e dos mais, tais querer e apreço prestava à Casa...) Me lembro - tributava jovial reverência ao mestre Antônio Austregésilo, outrora seu médico. Relembro, mais, Ataulfo, Roquette, Múcio, Alceu...? E eu enxergava o tido herói - aquém Ì nas aparências: corriqueiro, trêfego prazenteiro, leve, leviano que qual? Mais lembro! Tudo o que era, a olhos cheios, uma coisa - caseira, desusada, despercebida: bondade. O que ele endereçou, a uns e outros, natural e ágil, toda a vida. Não adamantino: barro. Mas do melhor humano. Sua real simpatia humana, ativa, principal. Ele era bom. Será que faz ainda sentido a palavra?

Semanas mais, deu-se-nos nova minúcia - senha ou casualidade?

(E ajuntemos delas, que é como a vida se faz.) Tudo o que, aliás, tutameias peripécias, se passava nas ocasiões tão avulso, cabível sem antecedência nem consequência, que pôde me parecer até enganoso, fora de esquema, lapsos de improbabilidade; só no futuro iriam assentar nexos. Foi, foi que eu vinha distraído pela Avenida e sem rumor esbarrou à beira de mim um carro, alguém cordial falando-me: - "Aonde vai o poeta?" Era, claro, João Neves. Me fizeram subir - ele estava com Olegário Mariano e, por estúrdio que se tenha, jamais me acontecera convocação do jeito! - levaram-me a casa. No caminho... bem: - "Você um dia será também acadêmico" - sisudo emitiu. - "Mas, mais tarde..." - retomou-se. Mesmo muito mais tarde (disto não sei se se riu, do analógico) comentei: - "Na terceira vez, o sr. me içou foi a chefe de seu Gabinete..." E é episódio a contar; tanto dele revela.

Vem de mais de 20 anos. João Neves, até lá, percorrera muito, incluso nos espaços diplomáticos: membro da Delegação do Brasil à II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em Havana; Embaixador em Missão Especial a Cuba e ao Panamá; e Embaixador do Brasil em Portugal. Eu, de mim eu andara por Alemanha e Colômbia, e agora, na Secretaria de Estado, tomava conta do Serviço de Documentação, valha dito, em taipa no meu hipogeu. Soube, vago, que João Neves da Fontoura ia ser o Ministro das Relações Exteriores. E - vede que homem. Vai, vai, um dia, o, saudosíssimo, Embaixador Orlando Leite Ribeiro, Chefe do Departamento de Administração, Chefe meu, me mostrou (- "Sabe de quem é esta letra?") tira de papel com o meu nome. Era uma escolha, acontecia meio algébrica, despessoal, certo modo abstrata. Escutai-me.

Em dadivada página das "Memórias", das que me honram maior e comove-me, põe ele o fato - de outra margem. E: "Rosa é um dos meus mais novos amigos. (...) Quando tive de escolher o chefe do meu gabinete, no Governo Dutra, inclinei-me por ele, por força da chamada 'dupla vista'. (...) Dou muita importância às pequenas coisas; mais do que às grandes." Já em artigo, num semanário, ele publicara: "Para a chefia do gabinete convidei o então 1º Secretário João Guimarães Rosa. Não o conhecia bem, mas, num lampejo ocasional, ele me apareceu como a pessoa de que precisava junto de mim."

Então explico. Nada quase corre simples, nesses casos, depois tremeiam-se lembranças e contralembranças; e há que, se o destino quer e faz, aplica luxo de lances, ataca por linhas

simultâneas - disto sei recheados exemplos. O que ele grava nas "Memórias", certo a certo, deu-se. Mas houve mais, confluência, e eis aqui João Neves reavulta. Se bem que conhecedor de funcionários à altura no Itamaraty, ele, jogando seguro, pediu a Leite Ribeiro indicações (e, com um e outro, confirmei comprovada essa conversa). Encomendava: "alguém que, chefe de gabinete, não se ensaiasse 'eminência parda' ou 'ministrinho' arrogando-se a ministrança..." Leite Ribeiro apontou diversos. "Mas: '... e que entrasse para a chefia com atitude de espírito igual à de quem sai..." Vindo ora a mim a vez, atentai para o que João Neves por cima perguntou. - "É de que Estado?" - "Minas." - "Fico com ele!" Assim considerava a minha pátria, à qual devesse também pelo sangue, por sua avó materna. A ela se reconhece unido e grato: "Visitando muitas vezes Minas, aí por volta de 1929 e 1930, e falando ao povo em comícios apaixonados, nunca deixei de meditar sobre os insondáveis juízos da Providência: eu tinha ido dez anos antes àquela bendita terra buscar um pouco de saúde..." Prezava não tão-só "a doçura daqueles ares de montanha"; mas própria a gente: - "Vocês, mineiros, são diferentes de todo-o-mundo..." - repetia; apreciava mesmo "as tragédias mudas da política mineira." Assaz confalasse o mote de COELHO NETO: "A terra venerável de Minas, terra de abundância e de hospitalidade, fértil e amável como o doce e generoso país quenanita..." E, pois, dela nunca poderia ser dito duvidador ou menos amigo.

Desoferecido foi que fiquei, peado quase. A um mestre achei de pedir conselho, ao Embaixador Leão Velloso, o Ministro que deixava a pasta. - "Que fazer para ser um chefe de gabinete?" Ele, coloidalmente bondoso e dono de curtida sabedoria, não à-toa vivera anos na China. Ainda assim primeiro se pasmou, um átimo. Acudiu-me, porém com fino sorriso adequado: - "Sempre trate de não chegar depois dos outros. E de mais não precisa, quem é capaz de fazer essa pergunta..." Nem tanto. Desde cedo, apenas, também eu aprendera que "o sábio fia-se menos da solércia e ciência humanas que das operações do Tao". Muito junto do braseiro, gente há às vezes que não se aquece direito, mas corre risco de sapear a roupa. Eu gosto do amarelo. Talvez enfim nunca pudesse ter sido chefe de gabinete, de ninguém; salvante mesmo só de um João Neves da Fontoura.

Não que para preposto caçasse ele homem de capim, anódino, esmorecido; estimava ao invés a franca contestação e resistência. Disso intuí nota, ligeiro. Contava eu aprender primeiro suas querências e movimentos: assunta-se o leopardo é de dentro da jaula. Mal me deu tempo. Mandara a despacho um decreto, sem que eu o visse; o que, em si, importava nada. Apenas, esse ato - e era, menina-dos-olhos, o que criou o "Curso de Preparação à Carreira de Diplomata", uma das conquistas institucionais da administração Dutra e da gestão Neves da Fontoura - suprimia, de golpe, os concursos diretos, deixando penivelmente por baixo os candidatos do interior, dos Estados. Vim estouvado opor-me; riscou-se o quadro a corisco, feito raspar de garrotes em escaramuça. Desfechou-me: - "Alguém de Barbacena ou Cordisburgo?" - "Ou de Cachoeira, por exemplo..." - tive de repontar. - "Isso nunca acontece!" - ele revirou. "Aconteceu comigo..." - pus ponto. Digo, pontuou ele, sussurrado só, numa de suas reações rapidíssimas: - "Talvez não seja mesmo democrático..." Solilóquio preemptório. O Ministro pediu de volta o decreto, para modificação; manteve o concurso de provas, excepcional e paralelo ao Curso, inventou bolsas de recurso aos estudantes desprovidos.

Sei, nesse entestar ficamos de verdade ligados. Descobrimo também que ele era, por constância e excelência, o democrata. Creio não ter encontrado outro assim inerentemente autêntico. Ideal, espírito, sentir democrático, possuíam-no - como respirada quantidade, fundamento e arraigo, sua característica. Por aí sofria, pensava, acertava ou se enganava,

persistia. Escarafunchai-lhe a vida, e verificareis. Ralavam-no a engulho quaisquer conotações de regimes superados. Chegou a mandar proceder a original escrutínio no Itamaraty, a respeito de mudança de horário. Seu conviver demonstrava, porejante, a ingente crença. A mim, a quem o conceito da soberania do povo suscitava ainda visos meu tanto teóricos, ensinou-me que ela tem outrossim carne e canseiras, tarimba e pão, consolação; mas, principalmente, certeza criadora.

E esse - revolucionário, o removedor, exemplar de cultura e humanidade, dado ao esforço progressivo e aberto a quanto de construtivo, visando permanentemente ao bem da comunidade, admitindo a coexistência honesta das ideologias - desatentou na temática da transformação social, dela se desavisou ou dessentiu-a, a grau de merecer tacha e pecha, não andou com o tempo?" "A idade que vivemos é a da cooperação niveladora" - proferiu. Repetia-me citação: "Vivemos no seio de uma grande injustiça..." Detestava toda sorte de usurpação, não toleraria o mínimo retrocesso, o rejeito de nenhuma das duras e graduais aquisições nesse plano, no qual somente não colocava a urgência como um optativo categórico. Temesse, há de ser, qualquer sôfrega dissolução do genuíno no aleatório, receava o destabocamento, caos, a má ordem. De feita, apostrofou-me: - "Você pensa que a gente vive no Céu?!" Desde menino destinado, e desde a adolescência entrado à lida partidária, e por uma carreira de seis decênios na estacada, prisioneiro de cívicos intuítos - confez-se aos despóticos valores políticos da ação em superfície, sem pausa para esfriar-se do tumulto e da força adquirida - incicatrizado investindo sempre o imediato - e portador de um alarme.

João Neves vinha à direção dos negócios sabendo o aranzel do ofício. Dominara encargos e responsabilidades de sua missão e enorme experiência diplomática, de 1943 a 1945, em Lisboa, neutra, posto crucial pelo entrojogo de meias manobras, pressões, urgidas decisões ponderosas. Comandante, agora, e por duas vezes, desestreitado e no cluso, deuse à faina de nossas relações internacionais: de maneira forra, lúcida, objetiva, sutil, decente e oportuna. Sei que, a pensar e realizar, ele se adiantava em toda iniciativa e dignificava qualquer rotina. Documentado está o que pôde, conservado nos rascunhos e registros. Apenas, o meu Itamaraty, mansão de equilíbrio e mourejo, fiel e febril, muito mais do que fora se crê, e também uma Casa hierárquica, timbra seus assuntos - não por cavilosidade, culpas, má-fé, senão rigor de precaução essencial, moderação co-harmonizadora e universal regra específica de estilo - pelo selo de "secretos", "confidenciais" ou "reservados". Do que ele fez, sem subservir ou omitir-se, sem falsimilhanças, me penetro. Disto não darei parte; nem serei quem deixe de deixá-lo sub rosa. Mas aqui inscrevo, como premissa honrada e sustentada, a que, a 1o de fevereiro de 1951, em discurso de posse, foi seu juramento: "Convém tornar explícito que, na condução da política externa, o Governo - acima de tudo - velará para que aos interesses fundamentais do Brasil não se sobreponham, em quaisquer circunstâncias, interesses alheios."

Reevoco-o: vejo que trabalha, trabalha, à mão-cheia entusiasmada, no retângulo-arena de seu gabinete. Solto lépido, serviçal que nem jovem secretário-de-embaixada, e a todo tempo impartível da exata dignidade, e da amenidade de irmão da gente, ingênita gentileza. Fazia conta do bem-estar e das necessidades ainda que de servidores infimífimos. Manipulador agudo do concreto, descia, prático, a sugerir meios e aconselhar-nos na execução das tarefas; e eu me envergonhava da minha entorpecedora e distanciadora precisão do absoluto, nas ocasiões em que, enrolado ele mesmo a debater tropel de assuntos, em reuniões, tomava instante para passar-me expeditivos bilhetes de

auxílio, - solícito espontâneo, valedor constante, servidor de seus servidores. Difícil de quadrar-se a tolhedores métodos, aparentemente um absorvedor individualista, lia tudo, tudo capturava e examinava, produzia e orientava, sem cessar, ditava com proba avidez. Arremetia grandes olhos a qualquer problema, não enjeitando a farinha por grossa nem o angu por duro, jamais avaro de si. Nunca o vi bocejar; se estremunhava era como despertado gato. Seguro de modos trastando exercitado autodomínio, inimigo de ênfases, dramaticidade ou imponência, nem com ensombrar meio rosto se traía, ou só em quebrado de segundo, no semicerrar o cenho; quando indicado, ensurdecia-se um pouquinho mais, polidamente. Temi, vez, que, devido a raso descoincidir de índoles e vistas, estivesse-o menos socorrendo que estorvando, e o interpelei: - "Ministro, como é que o sr. me suporta?" (Nessa manhã, de seguida, espalhara eu alguns de seus projetos, tendo-me como isolador ou mau condutor contra as descargas de bateria poderosa.) Retrucou-me: - "Porque nós nos completamos... Você é a minha consciência mineira..." Por certo assim ministrava-me sua natural generosidade, propinado automático agrado de político; vede, porém, que na tirada predominava pico do *sense of humour*, absolutamente indispensável e uma de suas riquezas. Senhor na indubiedade, sem intricantes vacilações, destorcido era que puxava pelos mais complexos fatos; nem se furtando de abrir janela ao vento. Discorria-os a fino e gume ardor inteligente, seja sobre a tábua da justa medida e bom senso. Sabia esperar, conquanto suponho achasse que esperar é dar-se em hipoteca. Nada desandava, entretanto, nem desconchavando mesmo a quem não afeito a esse ritmo e velocidade de espírito. Inteligência que ao auge resplêndida se exercia, quando no aperreio do arrocho e já a horas de estalar, sem beirada o prazo. Dele então se inesperava: faísca, a inédita ideia, terminante, ou a útil definição, saltada acima, brasa. Ainda mais se em contenda. Parece mesmo que, para com toda a eficácia fixar-se a escogitar coisa do correr comum, primeiro carecesse ele de atribuir-lhe sentido adverso hostil, para acometida e de vencida.

"Mas meu signo era claramente o da luta" - vem descobre. Decerto. Seu era o signo do Escorpião, sob cujo influxo hoje transpiramos, campo-de-força de Marte. Scorpio reparte a seus filhos, com senso extra dos deveres e força de vontade tremenda, a pugnacidade decidida, intrepidez, gosto da rusga e da guerra. Fazem aos punhados inimigos. São políticos perigosos. O sujeito do Escorpião desfaz no risco, não alui por temor nenhum, defende-se atacando, nutre-se do conflito, dele extrai renovada substância ao contrário de despender energia nervosa, resiste até à morte. João Neves, a gente encontrava-o amofinado, perrengue, pessimista, e já se sabe: embaraçava-o a apatia dos entreatos pacíficos, atolava-se na tranquilidade. Ele não via o sol nos belos brejos, horizontais. Depois, a gente voltava, e eis ora o homem sem achaquilhos e o acessório, são, alegre esportivamente, suas forças todas enfeixadas. Pois então, é que de novo em patriótica briga - era o realizar-se e renitir - o entrevero! Disso deixa conhecimento: "a poesia da peleja", "o sabor agradável dos embates". Define-se? "Por uma longa experiência, estou convencido de que a consciência do perigo e a certeza de vencê-lo influem uma grande paz nos espíritos atribulados." Daí mais sua filosofia, ou, melhor, Weltanschauung, resoluta cosmovisão, que era já a de Jó, de Uz. Diz: "Toda segurança é aparente, todo bem-estar terrivelmente interino." "A escolha e a luta são nossas inseparáveis companheiras." Portanto; "andava sempre, como se diz, com sete sentidos". "A vida é uma perpétua emboscada." Só que com ainda escorpiônica sensatez, mas nada de supérfluas cautelas; e humano não é sinônimo de paradoxal? Refrega durante e em avante, sim, desembuçado respeito pelo contendor. Nem o estúrdio potencial de ódio do Escorpião podia com sua não menos inata magnanimidade.

Então - e ele e Vargas? E ante Aranha? A dúvida pertine e o ponto pertence, cortando aqui desconversa, porquanto dentre bando e numeroso escol - os brasileiros grandes do Rio Grande - plano adiante inscritos na mesma moldura: tríade que em conjunto giro insólito a História nos trouxe. Impende a pergunta. Resposta, Deus sabe, só sou contador. Vínhamos, por exemplo, de visitar Oswaldo Aranha - feérico de talento, brilho, genialidade, uai, e daquele total conseguido esculpir-se em ser - e Neves pauteou: "Você estava extasiado, empolgado..." Mas vi e já advertira em que não menos cedia ele à cordial fascinação. - "Sagarana (sic sempre), cuida disto para o João..." - telefonava-me Aranha alguma vez. Prezavam-se e queriam-se, alta, gauchamente; a despeito de quaisquer despiques, queixas, rixas, unia-os a verdade da amizade. Getúlio Vargas, muito falávamos a seu respeito, compondo uma nossa tese de controvérsia. Meu interesse, sincero, pela imensa e imediata individualidade de Vargas, motivava-se também no querer achar, em sã hipótese, se era por dom congênito, ou de maneira adquirida mediante estudo e adestramento, que ele praticava o *wu wei* - "não-interferência", a norma da fecunda inação e repassado não-esforço de intuição - passivo agente a servir-se das excessivas forças em torno e delas recebendo tudo pois "por acréscimo". - "Enigma nenhum, apenas um fatalista de sorte..." - encurtava João Neves, experimentando fácil dissuadir-me. Mas, apto ele mesmo ao mistério, sensível às cósmicas correntes, à anima mundi antiga, teria de hesitar, de vez em quase, também a memória cobradora beliscando-o. - "De fato, o Getúlio dá estranhezas, nunca ofegou ou tiritou, nem se lastimava de frio ou calor, que nós outros todos padecíamos, nada parecia mortificá-lo..." - concedia-me, assim, pequenas observações. Logo, porém, sacudia-se daquilo. Fazia pouco de minha admiração-esimpatia por Vargas, sem com ela se agastar. Diferença fundamental de temperamentos em contraste - o ousado opugnador sem coleios e o elaborador expectante do contempo - de incerto modo inconciliava-os: por um lado insofrido espenejar-se contra visco, de outra banda quieto apartar-se de picadas. Voltas e contravoltas de longo acontecer, as vãs vicissitudes, fizeram o resto. Ou injunções de foro íntimo, públicas concepções diversas. Aproximações, afastamentos, reaproximações, como termos periódicos, patenteiam nada de outro que uma forma do "kaempfernde Liebe", de afeto combatente. Demais, não se pisaram nem cuspiram nos ponchos, haveriam de entender-se, dia ou dia, em fim; já não pelo hábito caroável e em tradição cavalheiresca, mas por vinculação predeterminada e obedecida, acima de dessemelhanças ou revergências no obscuro e ambíguo das causas transitórias. Lembremo-nos sempre do que ainda não houve. Retirou-lhes a tragédia a extensão dessa substância amorfa e escolhedora - o tempo. Esta horária vida não nos deixa encerrar parágrafos, quanto mais terminar capítulos. Entanto que, como viável esteira do próprio tempo, só nos resta, a nós, cegos rastreadores, o desconjuntado flou de uma má montagem. Recordo: "As coisas estão amarradinhas é em Deus" - entimema único que punha em acordo minhas Vovó Chiquinha, de Traíras, no Rio das Velhas, e Vovó Graciana, de um povoado do Paredão do Urucuia.

Mesmo em meio de política.

Salteai-o nos tomos de crônica comentada - "Borges de Medeiros e seu Tempo" e "A Aliança Liberal e a Revolução de 1930" - em que João Neves da Fontoura nos estende texto digno de estadista sarado, de marca. Asseado depoimento, razoado a rigor de cunho positivo, nas formas da lógica; entrediz-nos entanto, quando por zelo explanador ou afã de interpretação, o titubear do autor, testemunha ou personagem, frente ao desconforme improvisado dos casos e rente ao ultrapropósito de acontecimentos. Tal quer-se transparente para objetividade e acurácia - e a transparência pressupõe fundo luminoso - tão logo tem

de citar os "altos juízos", os "desígnios" da Providência, seu "império", o "papel" que ela lhe distribui. Alega antecipações, não pode "desviar o pensamento de certas forças imponderáveis", reitera menção de outroversas coincidências numerológicas. Duvida enfim do plano empírico: "Sonhos ou realidade? Será que a gente vê mesmo, com exatidão, as pessoas e as coisas?" Nem estamos em Alexandria ou Ásia, mas soletrando verídico relato de um americano latino, de ideias ordenadas.

Supersticioso, sim; é claro. Superstição não preconceito, o ilusório; antes quase poesia. Percepção e arejo, defensivo psíquico automatismo, uma respiração cutânea do espírito, talvez. Soubesse que poesia é remédio contra sufocação. (Acompanhei-o, primeira sexta-feira, aos franciscanos, achávamos benigno gesto sob apaziguadoras signas de ensalmo. Não emprendia longa viagem, sem à última folga visitar igreja, mas assim mobilizava-se era para o que der e vier do agir. De outra levada, voltávamos de Petrópolis, rodamos ao outeiro de São Bento, aplicaram-nos os monges a bênção de São Brás, 3 de fevereiro, acesas as velas cruzadas, era como em remoto em meu Cordisburgo sobre o Ribeirão-da-Onça, a gente reenrava a intacta confiança e infância.) Sabe-se disto - que justo os rijos fazedores, de maneira calada ou confessada têm de ser no particular susceptíveis ao mais, captem os cantos de todos os galos. Tudo, pela metade, é verdade. Os extremos já de si sempre se tocam, antes que tese e antítese se proponham.

Mas, esse tom intuicional, aquela atmosfera passada de eflúvios, compertencem ao que se espera de currículo descrito por homem público? Talvez não; tanto nuamente são mesmo é da vida.

Salvo dissermos ainda do indivíduo discernis entre obrigação e vocação, tendência e necessidade. João Neves foi político por encaminhamento, determinismo ambiente, renovados ditames; não por vício. Melhor, por recorrente ecologia pessoal como inevitável campo de ação, a metade estática do fadário - seu *dharma*. Estou-lhe no eco: afirma que em política sempre caminhou e subiu dando as costas aos mais entretidos desejos, até mesmo aos propósitos mais fincados. Dela diz ter sido, "talvez hereditariamente", sua "fatalidade". Vê, nela litigando, a imposta relatividade que a macula - bem em intenção, mal necessário. Aí dá-se outra medida de sua nobreza e rareza. De fato.

Surpreendi-o, amiúde, no vivo. Uma vez, por exemplo, descansávamos, especulando disso e daquilo, chegou-se a confronto entre o político e o artista. Precipitei-me a grado de argumentos e exercício. Neves, repartido absorto, externou-se então em frases muito planas, não dissertava, recordava. Falou das obras que pudera promover na Cachoeira, de tanto que no Brasil precisava de urgente ser feito, imaginava humildes enormes realizações. De ato, entendi. O que ele pretendia e perseguia era a política substantiva, seu discreto cívico exercício e trabalhosa consecução, sacrifícios pelo cabedal coletivo, a concreta causa do povo: culto aprendido, desde quando contemplava famoso manifesto de Júlio de Castilhos, impresso em cetim branco, num quadro no escritório do Pai - que ele acompanhava, a cavalo, em suas idas de Chefe local do município. Colocava-a alta, mas na escala dos deveres, sem refugar nem reter seus aspectos subalternos.

Provável porém daí também decorram as constantes negativas que o embaraçaram na falácia das situações vitoriosas: um sobrevir de empecilhos "between the cup and the lips", entre a colher e a boca perdendo-se a sopa, e o obstinado opor-se da perfídia imanente às coisas, "*die Tuecke des Objekts*". Cabia-lhe, nas campanhas, "receber os

primeiros e os últimos golpes", entanto que, "na hora das honrarias e dos postos", sofrer as "injustiças e preterições" - diz.

Tenho que o onerasse o handicap de excessiva sensibilidade, com a mobilidade, mercurial, conseqüente; mais alguma incontida impaciência de idealista. Faltavam-lhe, além da gana irracional que em vontade-de-poder se revela, blindagens grossas, densidade epidérmica, o quanto de maciez para o desempenho do calibanato. Da sensibilidade e inteligência tem-se sempre de pagar ingrato preço.

Por contra, que formidável campeador, quando na oposição, aquelas mesmas aparentes limitações o faziam, com destaque dado e conquistado! O que se pensava dispersivo, plástico e fragmentário, resolvia-se em flexibilidade presta, multiplicados meios e órgãos de movimento e ataque. A fartura de antenas sensitivas provia-o de incomparável tino, quase adivinhador. Funcionavam-lhe enghadas as imaginosas aspirações, vezesmente, sem relaxe; tanto quanto jogando-o ao arranque de superação a própria experiência de reveses. Tremendo, ei-lo, contendor duro, conspirador sério, conferindo força de persuasão e evidência convincente, inchante fermento; pequeno polegar, malasarte, malino não maligno nem maquiavelhaco, mutuca - como Sócrates de si mesmo na "Apologia" diz-se "a mutuca de Atenas" - ou melhor na pressa não reta das abelhas em voo, à mão-de-deus-padre de táticas inseguras e certos desatinos, fogo em todas as frentes, não lhe importando perda de chumbo ou pólvora. Espetáculo! Franzino a performar seus trabalhos-de-hércules. E, aqui, estamos no vértice do incontestável. Contai-os.

Revede, a etapas, o que dele guarda lasca e garra, e dívida à eficácia de sua impulsão sustentada exata, à ponta extrema. Recitem-se, 29/30, Aliança e Revolução; 32 a Epopeia da gente Paulista, que remeteu inadiável em prumo o Brasil; a vitória, 1945, da candidatura Dutra, por ele alevantada (e recusara filar em mãos a sua, própria, com manilha e trunfo, posta por Vargas); a campanha mesma pró-Vargas, 1950. Mas meramente marcos de geodésica, ou, devo, digo, rebojos que mexem à flor de correnteza estrênuo. Drede detendo-me de algum juízo entre o quer-que de homólogo ou díspar, aí, eventos e causas. Quem julga? Apreendeu já alguém, sobre o fluxo dos fenômenos e dar-se de valores instantâneos, a ortografia das tortas linhas altas? Seja sim obediente então a intenção - em que quanta composta coisa se insere, coalesce e coere. Teste-se, no mais severo balanço, sem encarecimento, de João Neves da Fontoura: não um bélico tumultueiro, lansquenete, buscador de vantagens ou construtor de revanches. Só o servidor enxuto. Sete-capotes, rompe-gibão, tranca-porteiras, angico-branco, ouricuri que a queimada lambe e poupa, quebra-machado, tamboril-bravo. Até ao final, montou guarda.

Mas, política, tempo e modo, mudavam em antes não visto acelerar-se, ultrapassante, enquanto que a idade pegava-o já com meio frias meias mãos; tanto o viver vai maior e mais ligeiro que a gente. - "A vida é uma série crescente de restrições" - falava-me. Rejeitara ainda ser Ministro do Exterior do Governo Kubitschek. Na lonjura as trépticas festas de orador - e a diminuição auditiva (dizia-se ele um "hipoacúsico") toda maneira tolher-lhe-ia a tribuna polémica. Embora, à altura, procurado sempre para opinião e conselho, irradiador, prezada mais sua presença condutora. Então entrou à imprensa que nem a outra paliçada. Formou de jornalista, dos pontualmente mais atuantes, em artigos e editoriais, coraçoados, escorridos, acertantes, de destopeteada bravura. Das coleções de O Globo, por mencionar, estariam de desentranhar-se, desses, volume e volume.

E envelhecia bem; isto é, tomava posse do passado. O passado também é urgente. Abriu-o em todas as páginas. Escreveu as "MEMÓRIAS". Narração e demonstração. O lutador conta - descreve as passagens de próprias guerras, fama devida... - perfila-se. Máxime. Não era homem de não prosseguir, ao sol-entrar, quando a lembrança cria exemplo. Fez grande, importante livro. Tirando-o de cadernos, maços de documentos, tanto quanto do tutano da memória, mesma, objetiva e afetiva, recuo montante. Mais de sua arte de rever e aviventar, forte honestíssima. Fiel às amizades e às inimizades; leal, acima, à verdade, perceba-se. Ivan Lins refere como João Neves fiou-lhe a ler os originais e tomou em rigorosa atenção todas as retificações; procedeu também assim com outros, igualmente íntegros e fidedignos. Quis ser justo, daí o escrúpulo e cuidados para com os fatos. Vereis que pôde falar, em desparato, do muito que foi, "a contragosto, e o imenso que não quis ser". Seu *ethos* - o da era, que começa, dos comportamentos a descoberto - é o roteiro esforçado da fé e a dinâmica da humildade. A de homem culto: o que sabe pensar. Por outra parte, são as "Memórias" livro de que se honrará a nossa cultura. Relede-lo. Jamais enfara; cativa e gratifica, a cada volta; com ele se convive. Tudo põe e repõe, desenredado, simplificado, pormiudamente humano, com tacto e lisura, tanto bastante. João Neves nele confessa-se, espontâneo e discreto, desimpedido e comedido, como um recibo de entendimento, como o clamor de um cochicho. Vem franquear, a quantos, um fundo de consciência, o centro de sua personalidade. Ele mesmo - transretratado. Direi, escreveu-o para o Juízo Final, como todo livro deveria ser escrito.

Seu fervor literário, aliás, se extravasava sempre. Lido, lia em dia, fazendo das leituras a um tempo húmus para a mente e estímulo às ideias que povoavam-lhe aqueles retidos "territórios íntimos". Dividia-os, entanto, prazeroso pleno conversador, nos entremeios da ação, lembro-o de novo: quaisquer vezes, quando a gente corria - "Allons-y!" - estradas de Flandres e Holanda, ou passeando sós longo-praias de Ipanema e Leblon, ou tomando chá à beira do Marne, qual se sob sombra de um plátano à borda do Ilissos, quer debaixo de caraíba ou umbu, vendo a covilha ou a chapada.

Nem esqueço, em Bogotá, quando a multidão, mó milhares, estourou nas ruas sua alucinação, tanto o medonho esbague de uma boiada brava. Saqueava-se, incendiava-se, matava-se etc. Três dias, sem policiamento, sem restos de segurança, o Governo mesmo encantado em palácio. Éramos, bloqueados em vivenda num bairro aristocrático, cinco brasileiros, e penso que nem um revólver. Recorro a notas: "12.IV.48 - 22 hs. 55'. Tiros. Apagamos a luz." Mas, o que, com João Neves, por sua calma instigação, então discorríamos, a rodo, eram matérias paregóricas: paleontologia, filosofia, literatura; ou lembrava tropelias brilhantes de seu Sul, citava o saudoso nosso Dr. Glicério Alves, nobre tipo humano, do melhor gaúcho e amigo. E, todavia foi sua determinada e ativa decisão um dos ponderáveis motivos por que a IX Conferência se manteve na capital andina, adiante e a cabo.

Sua contenção derivava do bom gosto, essa forma ameníssima de renúncia; imolava-se, diário diuturno, com naturalidade. Daí a gentileza de espírito e elegância de maneiras - econômico de corpo mas não nadamente mesquinho, petulante ou cosquilhoso - jamais vulgar nem em desclasse. E a permanente galanteria: portava-se com sua netinha Fátima como se perante uma lady ou um flirte. E no neto Joãozinho já visse futuro o adulto, seu continuador em renome, renhir, responsabilidades. Sob o afoito combativo, a gente acertava mais, sempre, a tranquila sabedoria do medimento: *sophrosyne*. Não punha contra si em movimento os mecanismos da Nêmesis. Era quase como um menino que ele pedia alguma coisa à vida. Compreensivo, notava-se pela benevolência e de-sobra

tolerância - "Ninguém muda ninguém..." - não julgava. Usava e dava a esperança. Imortal é o que é do sofrido e espírito; tudo, abaixo daí, é póstumo. As coisas que ele me disse não se afastam com o tempo.

E expande-se: "... cada alma vai sentindo, na descida do caminho, a ânsia de se dedicar a deveres mais altos do que as paixões públicas." Tem-se então, imediato, avançando dos grandes fundos, outra extraordinária personalidade, Arthur da Silva Bernardes, que faleceu súbito, em meio à lida lúcida, mas deixando, como por toque de reconhecimento, num derradeiro bilhete: "O fim do homem é Deus, para o qual devemos, preferentemente, viver. Eu, porém, vivi mais para a Pátria, esquecendo-me d'Ele" - pedindo ainda aos amigos, correligionários, e aos de boa-vontade, que com orações o ajudassem a resgatar aquela falta.

João Neves, tão perto o termo, comentávamos, suas filhas e eu, temas desses, de realidade e transcendência; porque agradava-lhe escutar, ainda que não tomando parte. Até que falou: - "A vida é inimiga da fé..." - apenas; ei-Io, ladeira pós ladeira, sem querer fim de estrada. Descobrisse, como Plotino, que "a ação é um enfraquecimento da contemplação"; e assim Camus, que "viver é o contrário de amar." Não que a fé seja inimiga da vida. Mas, o que o homem é, depois de tudo, é a soma das vezes em que pôde dominar, em si mesmo, a natureza. Sobre o incompleto feito que a existência lhe impôs, a forma que ele tentou dar ao próprio e dorido rascunho.

Talvez, também, o recado melhor, dele ouvi, quase *in extremis*: - "Gosto de você mais pelo que você é, do que pelo que você fez por mim..." Posso calá-lo? Não, porque sincero sei: exata estaria, sim, a recíproca, tanto a ele eu tivesse dito. E porque deve ser esta a comprovação certa de toda verdadeira amizade - impreterida a justiça, na medida afetuosa. Acredito. Nem creio destoante ou mal assentado, numa solene inauguração de acadêmico, sem nota de despondência, algum conteúdo de testamento. Giremos a perspectiva.

Ainda talvez mais que eu, ele vos agradecerá minha presença aqui, aonde desejei vir - para o ver "claro e quieto" que Machado de Assis inculca. Só não cismando, há-de-o, que em sua mesma vereda, a subseguir, orgulhoso e transido, o elenco destes que ganharam vida difícil, trabalharam sem repouso e hora por hora renderam-se à intimação interna - escolha ou chamado. Eles, Neves da Fontoura, Álvares de Azevedo, o que morreu moço, ponto de poesia. Coelho Neto, amoroso pastor da turbamulta das palavras. Tenho-os comigo. Pois não descendemos dos mortos?

Deferidos, entretanto, à simpatia dos vivos. Vós. Demais que vindo-me o bom modo de vosso agasalho pela palavra de um a mim bem próximo, admirado e querido, malungo, autorizado. Afonso Arinos de Melo Franco -: capaz para pretender-se "mineiro, totalmente", por estirpe e por espécie, "das Gerais e dos Gerais"; idôneo de declarar que tudo o que sente de mais espontâneo e natural no seu espírito "tende a considerar intelectualmente e mesmo literariamente a vida"; autor de A Alma do Tempo, que fundo releio, para alongamento e consolo, um dos livros maiores do pensar e sentir brasileiros; originário dessa Paracatu - grande e memoriosa entre chapadões sertões -, e cuja estranha notícia, trazida por vaqueiros, boiadeiros, tropeiros, desde a meninice enriquecia-me a imaginação, qual outrotanta maravilhosa Tombuctu, a depois do Saara, sobrenomeada "a Rainha das Areias". Dele temo e alegra-me ouvir afirmações de doador muito entusiasmado; já que arriscado e conturbante é a gente se tirar das solidões fortificadas.

Trar-me-á, igual, simbólico, vosso primeiro abraço, o escritor sem falsas e amigo sem falha: Josué Montello. Cumulo-me.

Nem aguentaria dobrar mais momentos, nesta festa aniversária - dele, a octogésima, que seria hoje, no plano terreno. Tanto tempo a esperei, e fiz que esperásseis. Relevai-me.

Foi há mais de quatro anos, a recém. Vésper luzindo, ele cumprira. De repente, morreu: que é quando um homem vem inteiro pronto de suas próprias profundezas. Morreu, com modéstia. Se passou para o lado claro, fora e acima de suave ramerrão e terríveis balbúrdias.

Mas - o que é um pormenor de ausência. Faz diferença? "Choras os que não devias chorar. O homem desperto nem pelos mortos nem pelos vivos se enluta" - Krishna instrui Arjuna, no Bhágavad Gita. A gente morre é para provar que viveu. Só o epitáfio é fórmula lapidar. Elogio que vale, em si, perfeito único, sumário: JOÃO NEVES DA FONTOURA.

Alegremo-nos, suspensas ingentes lâmpadas. E: "Sobe a luz sobre o justo e dá-se ao teso coração alegria!" - desfero então o salmo. As pessoas não morrem, ficam encantadas.

Soprem-se as oitenta velinhas.

Mais eu murmure e diga, ante macios morros e fortes gerais estrelas, verde o mugibundo buriti, buriti, e a sempre-viva-dos-gerais que miúdo viça e enfeita: O mundo é mágico.

- Ministro, está aqui CORDISBURGO.

BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES:

ALMEIDA, Lucia de Oliveira, *Revista USP em foco: percorrendo o sertão*, in <file:///C:/Users/Miguel%20RM/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/NIUQYXOL/7809-25699-1-PB.pdf>

ALVES, Marcio Moreira, *A Igreja e a Política no Brasil*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978

ARAÚJO, Heloísa Vilhena de, *Guimarães Rosa: diplomata*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, in <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0676.pdf>

BAPTISTA, Abel Barros e SILVESTRE, Orlando M., (*apresentação de*) *Seria uma rima, não seria a solução*, Curso Breve de Literatura Brasileira, vol. 4, Lisboa, Edições Cotovia, 2005

BARRETO, Fernando de Mello, *Os Sucessores do Barão: Relações Exteriores do Brasil: 1912 a 1964*, São Paulo, Paz e Terra, 2001

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan, *Branco e Negro em São Paulo*, São Paulo, Brasiliana volume 305, Companhia Editora Nacional, 1971

BERTHOLET, Denis, *Claude Lévi-Strauss*, Librairie Plon, 2003

BIELSCHOWSKY, Ricardo, *Pensamento Econômico Brasileiro – o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000

BLOEM, Ruy, *A crise da democracia e a reforma eleitoral*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1954

BOLLE, Willi, *grandesertão.br ou: A Invenção do Brasil?*, São Paulo, Editora 34, 2004

BRAGA, Cláudio da Costa, *O Último Baile do Império: O Baile da Ilha Fiscal*, Rio de Janeiro, Cláudio da Costa Braga, 2006

CANÇADO, José Maria, *Os Sapatos de Orfeu - Biografia de Carlos Drummond de Andrade*, São Paulo, Editora Página Aberta Ltda., 1993

CANDIDO, Antonio, *Literatura e Sociedade – Estudos de Teoria e História Literária*, 8ª edição, São Paulo, T. A. Queiroz Editor, 2000

- CANDIDO, Antonio**, *Textos de intervenção / seleção, apresentação e notas de Vinicius Dantas*, São Paulo, Duas Cidades, Editora 34, 2002
- CARONE, Edgard**, *A Quarta República (1945-1964)*, São Paulo – Rio de Janeiro, Difel/Difusão Editores, 1980
- CARVALHO, José Murilo de**, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990
- CARVALHO, José Murilo de**, *Forças Armadas e Política no Brasil*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores. 2005
- CARVALHO, Ruy Duarte de**, *Desmedida, Luanda - São Paulo – São Francisco e volta*, Lisboa, Edições Cotovia Lda., 2006
- CASTRO, Celso**, *Os Militares e a República*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1995
- CESAR, Guilhermino, SCHÜLER, Donald, CHAVES, Flávio Loureiro e MEYER-CLASON, Curt**, *João Guimarães Rosa*, Porto Alegre, Edições da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1969
- CLAVAL, Paul**, *A Construção do Brasil*, Lisboa, Instituto Piaget, 2010
- COELHO, Alexandra Lucas**, *Vai, Brasil*, Lisboa, Tinta da China, 2014
- CUNHA, Celso**, *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, 10ª edição, Edições Tempo Brasileiro Ltda. Rio de Janeiro, 1994
- CUNHA, Euclides da**, *Diário de uma Expedição*, organização Walnice Nogueira Galvão, São Paulo, Companhia das Letras, 2009
- CUNHA, Euclides da**, *Os Sertões*, Intérpretes do Brasil, organização Silviano Santiago, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2ª edição, 2002
- D'ARAUJO, Maria Celina**, *O Estado Novo*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2000
- DEAECTO, Marisa Midori**, *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*, São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2002
- FANTINI, Marli**, *Guimarães Rosa – Fronteiras, Margens, Passagens*, São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2013
- FAUSTO, Boris**, *Negócios e ócios / história da emigração*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997

FAUSTO, Boris, *O Pensamento Nacionalista Autoritário*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2001

FAUSTO, Boris, *História do Brasil*, 13ª edição, 2ª reimpressão, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque, *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*, (in <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>)

FINAZZI-AGRÒ, Ettore, *Um Lugar do Tamanho do Mundo. Tempos e Espaços da Ficção em João Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001

FONSECA, Rubem, *Agosto*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990

FONTOURA, João Neves da, *Memórias (volumes I e II)*, Rio de Janeiro, Editora Globo, 1958

GAMA, Mônica Fernandes Rodrigues, *“Plástico e contraditório rascunho: a autorrepresentação de Guimarães Rosa*, Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013

HANSEN, João Adolfo, *o O: a ficção da literatura em Grande Sertão; veredas*, São Paulo, Editora Hedra, 2000

HANSEN, João Adolfo, *Grande Sertão: Veredas e o ponto de vista avaliativo do autor*, in <http://seer.uniritter.edu.br/index.php/nonada/article/viewFile/39/13>

HANSEN, João Adolfo, *Forma, indeterminação e funcionalidade das imagens de Guimarães Rosa*, in *Veredas no sertão rosiano*, Rio de Janeiro, Tema Eventos Culturais, 2007

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 26ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1995

IGLÉSIAS, Francisco, *História e Literatura*, São Paulo, Perspectiva; Bel Horizonte, Cedeplar - FACE - UFMG, 20098

LACERDA, Carlos, *No Tribunal da Imprensa: Crônicas sobre a Constituinte de 1946*, org. Sérgio Braga, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2000

LACERDA, Rodrigo, *Calos Lacerda / A República das Abelhas*, São Paulo, Companhia das Letras, 2013

LAFETÁ, João Luiz, *1930: a crítica e o modernismo*, São Paulo, Duas Cidades, 1974

LINS, Ivan, *História do Positivismo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense volume 322, segunda edição revista e aumentada, Companhia Editora Nacional, 1967

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA, *Em memória de João Guimarães Rosa*, Rio de Janeiro, 1968

LORENZ, Gunther, “Diálogo com Guimarães Rosa”, in Eduardo F. Coutinho (ed.), *Guimarães Rosa. Seleção de Textos*. Col. Fortuna Crítica. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, in <http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/GuimaraesRosa-1965.htm>

LEVINE, Robert M., *Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001

LOCHERY, Neill, *Brasil – A Segunda Guerra Mundial e a Construção do Brasil Moderno*, Lisboa, Editorial Presença, 2014

LUCAS, Fábio, *O Caráter Social da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Editoria Paz e Terra S.A. 1970

MAIA, João Roberto, *Sobre a crítica de Guimarães Rosa*, in <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero37/guimaro.html>

MARINHO, Marcelo, *João Guimarães Rosa, “autobiografia irracional” e crítica literária: veredas da oradura*, in *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 47, n 2, p. 186-193, abr./jun. 2012

MARTINS, Wilson, *História da Inteligência Brasileira, volumes VI e VII*, S. Paulo, T. A. Queiroz, 1996

MEDEIROS, Raquel, *Mário de Andrade e a busca pela arte brasileira: a pesquisa estética, a inteligência artística brasileira e a consciência criadora nacional*, in <http://www.dezenovevinte.net/artistas/marioandrade.htm>

MENEZES, Roniere Silva, *O Traço, a Letra e a Bossa: arte e diplomacia em Cabral, Rosa e Vinicius*, tese apresentada na UFMG, Belo Horizonte, 2008, in <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/>

MICELI, Sérgio, *Nacional Estrangeiro – História social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003

MONTELLO, Josué, *O Baile da Despedida*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992

- MONTELLO, Josué**, *A Coroa de Areia*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 1984
- MORAIS, Pessoa de**, *Tradição e Transformação do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Leitura S/A, 1967
- MORAZÉ, CHARLES**, *Les trois ages du Brésil*, Paris, Librairie Armand Colin, 1954, também in http://www.centre-charles-moraze.msh-paris.fr/article.php3?id_article=22
- NASSIF, Luís**, *O Menino de São Benedito e outras crônicas*, São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2002
- NUNES, Benedito**, *A Rosa o que é de Rosa – Literatura e filosofia em Guimarães Rosa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013
- OLIVEIRA, Lucía Lippi**, *O Brasil dos Emigrantes*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2001
- PEDROSA, Mário**, *Dimensões da Arte*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, Coleção “Letras e Artes”, 1964
- PEREZ, Renard**, *Escritores Brasileiros Contemporâneos*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A., 1960
- PERRONE-Moisés, Leyla**, *Vira e mexe, nacionalismo – Paradoxos do nacionalismo literário*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007
- PRADO, Paulo**, *Retrato do Brasil*, 9ª edição, S. Paulo, Companhia das Letras, 1997
- PRIORE, Mary del (organização)**, *Revisão do Paraíso – os brasileiros e o estado em 500 anos de história*, Rio de Janeiro, Campus, 2000
- QUINTELA, Antón Corbacho**, *Guimarães Rosa e a política cultural do Estado Novo*, in http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041203105949.pdf
- RAMPINELLI, Waldir José**, *A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português*, in http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_waldir.pdf
- ROSA, João Guimarães**, *Grande Sertão; Veredas*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira S. A., 2001 (19ª edição)
- ROSA, João Guimarães**, *Sagarana*, 28ª edição, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1984

ROSA, João Guimarães, (prefácio e glossário de **Alberto da Costa e Silva**), *Sagarana*, Lisboa, Livros do Brasil, 1961

ROSA, João Guimarães, *Primeiras Estórias*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira (40 anos, 40 livros), 2005

ROSA, João Guimarães, *Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, 1967, in <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=685&sid=96>

ROSA, João Guimarães, *Correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri*. São Paulo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1972 / Nova Fronteira, 2001

ROSA, João Guimarães, *Correspondência com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason (1958-1967)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2003

ROSA, João Guimarães, *Tutaméia. Terceiras estórias*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1967

SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio, *Brasil, um século de transformações*, São Paulo, Editora Schwarcz Ltda., 2001

SANSEVIRINO, Antônio Marcos Vieira, *Primeiras estórias: o livro e a obra*, in <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2350-1.pdf>

SCHWARCZ, Lília M. e STARLING, Heloisa M., *Brasil: uma biografia*, Lisboa, Temas e Debates – Circulo de Leitores, 2015

SEITENFUS, Ricardo, *O Brasil vai à guerra*, Barueri, SP, Editora Manole, 2003

SENDAS, Noé Freire, *O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930)*, Estudos históricos (Rio J.) vol. 22, nº 43, Rio de Janeiro, Jan./Junho de 2009

SEVCENKO, Nicolau, *Orfeu Extático na Metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992

SILVA, Hélio, *1922 – Sangue na Areia de Copacabana*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964

SILVA, Hélio, *1964: Golpe ou Contragolpe?*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975

SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas, *A Renúncia 1961*, São Paulo, Editora Três, 1975

SILVA, Isabel Corrêa da, *Espelho Fraternal*, Lisboa, Divina Comédia Editores, 2013

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coordenação), *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa - São Paulo, Editorial Verbo, 1994

TAVARES, Flávio, *O dia em que Getúlio matou Allende*, Rio de Janeiro- São Paulo, Editora Record. 2004

TRAVASSOS, Elisabeth, *Modernismo e música brasileira*, Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 2000

VARGAS, Getúlio, *A Nova Política do Brasil, I- Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano de Governo 1930-1931*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1938

VELLOSO, Mônica Pimenta, *A Literatura como Espelho da Nação*, Rio de Janeiro, revista *Estudos Históricos do CPDOC*, vol. I, n. 2, pp.239-263

VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica, *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*, São Paulo, Paz e Terra, 1999

WAGLEY, Charles, *A Revolução Brasileira*, s/d (meados dos anos 1950), edição conjunta com a Fundação para o Desenvolvimento da Baía, Livraria Progresso Editora

ZWEIG, Stefan, *Brasil – País de Futuro*, Sintra, Feitoria dos Livros, 2014

FILMES:

Outro Sertão, de Adriana Jacobsen e Soraia Vilela, Brasil, 2013

Esse viver ninguém me tira, de Caco Ciocler, Brasil, 2013

CATÁLOGOS DE EXPOSIÇÕES:

Arte no Brasil, uma História na Pinacoteca de São Paulo, 2ª edição, Governo do Estado de São Paulo, 2003

Olhares Modernistas, Museu do Chiado, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000

PROGRAMA RADIOFÓNICO:

Programa Acervo Origens: <http://www.acervoorigens.com/>

BLOGUES E SÍTIOS:

Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br/>

História do Brasil, Textos, Resumos e Documentos da História do Brasil: <http://www.historiadobrasil.net/documentos/>

Portal Governo Brasileiro: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidentes/>

Fundação Getúlio Vargas: <http://portal.fgv.br/>

Templo Cultural Delfos: <http://www.elfikurten.com.br/>

Projeto Releituras: http://www.releituras.com/guimaraosa_bio.asp

No You tube: <https://www.youtube.com>

- vários depoimentos sobre Guimarães Rosa, de Antonio Candido, Antônio Callado, Eduardo Coutinho, Haroldo de Campos

- Grandes Cursos Cultura na TV: José Miguel Wisnik sobre Guimarães Rosa